



Relatório de Execução do Programa Rumos Ano 2008



Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região

Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 05 2 PO 001

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano
e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2008

Data de aprovação pela Comissão de Acompanhamento: 03.06.2008

Índice

4	Glossário de Siglas
5	Nota Introdutória
6	Sumário Executivo
11	1. Identificação
12	1.1. Estrutura do Programa
13	2. Aspectos gerais da execução do Programa Operacional
13	2.1. Realização e análise dos progressos
23	2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário
23	2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
24	2.4. Mudanças no contexto de implementação do Programa
40	2.5. Complementaridade com outros instrumentos
41	2.6. Modalidades de acompanhamento
41	2.6.1. Actividades de Gestão
49	2.6.2. Avaliação
51	2.6.3. Sistema de informação
53	3. Execução por eixo prioritário
53	3.1. Eixo prioritário I - Educação e Formação
53	3.1.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
59	3.1.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
60	3.2. Eixo prioritário II - Emprego e Coesão Social
60	3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
65	3.2.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
67	4. Coerência e concentração
67	4.1. Descrição da coerência e da sinergia do Programa com as acções empreendidas no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego
70	4.2. Descrições de como as acções do FSE contribuem para concretizar as recomendações referentes ao emprego
73	5. Assistência técnica
75	6. Informação e publicidade
85	7. Conclusão e perspectivas futuras
89	Anexos
90	Anexo I - Eixos Prioritários do Programa
91	Anexo II - Acções de Informação e Publicidade – 2008
94	Anexo III - Cronograma do Estudo da Monitorização e Avaliação das Acções do PEC – 2008

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 - Estrutura do Programa	12
Quadro n.º 2 - Resumo Implementação Física	13
Quadro n.º 3 - Eixos prioritários por fonte de financiamento	15
Quadro n.º 4 - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria	16
Quadro n.º 5 - Dados sobre os participantes em operações do FSE, por prioridade	17
Quadro n.º 6 - Momentos mais determinantes no processo de implementação do Programa	18
Quadro n.º 7 - Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa	18
Quadro n.º 8 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário	19
Quadro n.º 9 - Montantes Aprovados no Programa	20
Quadro n.º 10 - Montantes Executados no Programa	21
Quadro n.º 11 - Repartição do FSE por temas prioritários	22
Quadro n.º 12 - Estrutura sectorial da economia regional	25
Quadro n.º 13 - Estrutura do VAB por ramos de actividade	26
Quadro n.º 14 - Índice de produtividade (PT=100)	27
Quadro n.º 15 - Taxas de escolarização na RAM e no Continente, por nível de ensino	33
Quadro n.º 16 - Indicadores do Mercado de Emprego - Variação homóloga Dezembro 2007 - Dezembro 2008	36
Quadro n.º 17 - Unidade de Gestão	42
Quadro n.º 18 - Comissão Governamental de Orientação	43
Quadro n.º 19 - Manuais de Procedimentos do Programa Rumos	44
Quadro n.º 20 - Verificações no Local (amostra seleccionada)	47
Quadro n.º 21 - Comissões de Acompanhamento	48
Quadro n.º 22 - Cronograma de implementação do Plano	50
Quadro n.º 23 - Fases do Projecto SIIFSE	52
Quadro n.º 24 - Resumo Implementação Física - Eixo I	53
Quadro n.º 25 - Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo I - Ano 2008	54
Quadro n.º 26 - Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por concursos	55
Quadro n.º 27 - Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por tipologia	56
Quadro n.º 28 - Distribuição dos projectos aprovados por Tipologia de intervenção do Eixo I	57
Quadro n.º 29 - Montantes Aprovados no Eixo I	58
Quadro n.º 30 - Montantes Executados no Eixo I	58
Quadro n.º 31 - Resumo Implementação Física - Eixo II	60
Quadro n.º 32 - Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo II - Ano 2008	61
Quadro n.º 33 - Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção	62
Quadro n.º 34 - Distribuição dos projectos aprovados, por Tipologia de intervenção do Eixo II	63
Quadro n.º 35 - Montantes Aprovados no Eixo II	64
Quadro n.º 36 - Montantes Executados no Programa	64
Quadro n.º 37 - Visitas ao site em 2008	76
Quadro n.º 38 - Adaptações SIIFSE/QREN Janeiro a Dezembro 2009	86
Quadro n.º 39 - Previsão de Pedidos de Pagamento Intermediários para 2009	86
Quadro n.º 40 - Eixos Prioritários do Programa	90
Quadro n.º 41 - Acções de Informação e Publicidade – 2008	91
Quadro n.º 42 - Cronograma do Estudo da Monitorização e Avaliação das Acções do PEC – 2008	94

Índice de Gráficos

Gráfico n.º 1 - Distribuição Financeira por Eixo	12
Gráfico n.º 2 - Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário	19
Gráfico n.º 3 - Taxa de compromisso por Eixo	20
Gráfico n.º 4 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário	21
Gráfico n.º 5 - Taxa de crescimento real do PIB em Portugal e na RAM	24
Gráfico n.º 6 - Índice de disparidade do PIB per capita de Portugal e da RAM	24
Gráfico n.º 7 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2007 (PT=100)	25
Gráfico n.º 8 - Formação Bruta de Capital Fixo na RAM	27
Gráfico n.º 9 - Índice de produtividade (UE27=100)	28
Gráfico n.º 10 - Evolução da taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor	28
Gráfico n.º 11 - Evolução do comércio internacional da RAM	29
Gráfico n.º 12 - Evolução demográfica na RAM	29
Gráfico n.º 13 - Evolução das taxas de natalidade e mortalidade, do índice de envelhecimento e da esperança média de vida na RAM	30
Gráfico n.º 14 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários em 2000 e em 2007 a)	30
Gráfico n.º 15 - Estrutura da população por nível de escolaridade completo	31
Gráfico n.º 16 - Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da RAM, por nível de ensino, em 1999/2000 e em 2006/2007	31
Gráfico n.º 17 - Taxas de retenção na RAM, por nível de ensino, em 1999/2000 e em 2006/2007	32
Gráfico n.º 18 - Taxas de retenção na RAM e no Continente, por nível de ensino, em 2006/2007	32
Gráfico n.º 19 - Participação em actividades de educação formal e não formal por regiões NUTS II ao longo de 2007	34
Gráfico n.º 20 - Evolução das principais componentes do mercado de trabalho na RAM	34
Gráfico n.º 21 - Evolução da taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na UE27	35
Gráfico n.º 22 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)	37
Gráfico n.º 23 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)	38
Gráfico n.º 24 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Vertente de Intervenção	58
Gráfico n.º 25 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Vertente de Intervenção (Eixo II)	65

Glossário de Siglas

AG	Autoridade de Gestão
BCE	Banco Central Europeu
BREPP	Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas
CA	Comissão de Acompanhamento
CE	Comissão Europeia
CGO	Comissão Governamental de Orientação
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
CTC	Comissão Técnica de Coordenação
DRQP	Direcção Regional de Qualificação Profissional
EEE	Estratégia Europeia de Emprego
EUA	Estado Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu para as Pescas
FIC	Feira da Indústria e da Construção
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
IGFSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
INE	Instituto Nacional Estatística
IRE	Instituto Regional de Emprego
JORAM	Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira
OI	Organismo Intermédio
PDES	Programa de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Plano Estratégico de Comunicação
PGA	Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013
PIB	Produto Interno Bruto
PO	Programa Operacional
PNACE	Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego
PRAI	Plano Regional de Acção para a Inclusão
PRE	Plano Regional de Emprego
RAM	Região Autónoma da Madeira
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SADG	Sistema de Apoio à Decisão e à Gestão
SIIFSE	Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
SFC	Sistema Informação da Comissão
SO	Sistema Operacional
UC	Unidade de Controlo
UE	União Europeia
UG	Unidade de Gestão
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Nota Introdutória

A Autoridade de Gestão (AG) apresenta à Comissão de Acompanhamento (CA), para análise e aprovação, um relatório anual sobre a execução do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Rumos, após o que o mesmo deverá ser apresentado à Comissão Europeia (CE) (nos termos do artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho).

A coordenação global do Relatório de Execução Anual coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Rumos, em articulação com os contributos de cada organismo associado à gestão, nomeadamente a Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP) e o Instituto Regional de Emprego (IRE).

O Relatório agora apresentado segue o disposto no Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro., bem como as observações transmitidas pela Comissão Europeia aquando da apreciação do Relatório de Execução de 2007 foram igualmente tomadas em consideração. Pretendeu-se dar informação que possibilitasse a análise anual do Programa Operacional, de acordo com o estipulado no artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

Sumário Executivo

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Rumos, é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional com aplicação exclusiva na Região Autónoma da Madeira (RAM). Este Programa foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C(2007) 4622, de 5 de Outubro, o que permite à RAM co-financiar operações no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE).

Tendo o ano de 2008 sido marcado pelo início da apresentação de candidaturas, verificamos, como seria expectável, que o Programa apresenta uma grande adesão por parte dos potenciais beneficiários ao mesmo, pois foram apresentadas, até à data, 485 candidaturas (destas 246 haviam merecido aprovação por parte da Autoridade de Gestão).

Nesta fase de desenvolvimento do Programa, verificamos que os projectos aprovados no âmbito do Eixo Prioritário relativo à Educação e Formação reflectem as prioridades-chave de qualificação do potencial humano da Região, considerando que estas prioridades evoluíram, no actual período de programação, para um peso de formação permanente mais consentâneo com as necessidades de qualificação dos activos empregados.

Neste Eixo, na distribuição pelo número de projectos aprovados, mais de dois em cada três projectos reportam às tipologias de intervenção integradas na Prioridade da Estratégia Europeia de Emprego referente à Adaptabilidade de Trabalhadores, Empresas e Empresários.

Por outro lado, a distribuição de projectos aprovados no âmbito do Eixo Prioritário referente ao Emprego e Coesão Social, reflecte as opções das políticas activas de emprego da Região, no apoio à inserção e empregabilidade de jovens e adultos. Não obstante a diversidade das tipologias de intervenção em presença, que responde de forma significativa aos pilares/directrizes do Plano Regional de Emprego, os volumes de investimento nas demais tipologias apresentam-se relativamente residuais. A dinamização destas tipologias de intervenção deverá continuar a constituir uma componente relevante do esforço de divulgação e suscitação de iniciativas, desenvolvido pelo serviço público de emprego regional, a par da activação dos instrumentos de apoio à procura de emprego.

Embora o Programa apresente uma dinâmica de aprovação considerável, 34,6% da dotação FSE disponível, em contrapartida, em termos de execução, regista uma taxa de execução face ao programado de apenas 3,7%, resultado esse que reflecte o atraso sentido na implementação dos procedimentos necessários à verificação das despesas apresentadas pelos beneficiários, nomeadamente ao nível do Sistema de Informação, uma vez que só no último trimestre de 2008 é que se efectivaram as condições para funcionar na sua plenitude.

Refira-se que os elementos reportados à execução até 31.12.2008 dos projectos aprovados, traduzem fundamentalmente as dinâmicas induzidas pelos projectos transitados nas tipologias de intervenção de carácter mais institucionalizado (p.e., sistema de aprendizagem e cursos educação/formação), a par dos programas de médio prazo destinados a apoiar adultos desempregados e subsidiados, no âmbito da vertente de Intervenção “Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos” (Eixo Prioritário II - Emprego e Coesão Social). Esta vertente de intervenção tem, aliás, a taxa de execução da despesa pública (executado/programado) mais elevada (8,2%).

Uma referência ainda à afectação dos recursos a projectos que se insiram, pela sua natureza, nos princípios consignados na Estratégia de Lisboa (despesas earmarking). Na data em reporte, os temas prioritários que mais contribuíram para as prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos, quer em termos de aprovações, quer de execução, foram os temas 73 (medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, ...) e 66 (Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho).

Relativamente aos resultados em termos da execução física, é possível aferir que os valores alcançados em 2008 concorrem, na sua generalidade, para o cumprimento dos objectivos operacionais propostos.

O desvio verificado, designadamente ao nível do Eixo I, é reflexo do atraso verificado no desenvolvimento de alguns projectos, bem como, por parte dos beneficiários, do atraso na apresentação da respectiva execução. Verifica-se, no entanto, um número significativo de pedidos de reembolso intermédio e de pedidos de saldo final que já se encontram submetidos, facto que não se reflecte nos indicadores por se encontrarem ainda em processo de análise e decisão. Corroborando esta situação, registe-se que o número de projectos que contribuíram para os níveis reportados (realização efectiva) é substancialmente inferior ao número de projectos aprovados e em execução (realização prevista).

A obstar também ao pleno cumprimento das metas previstas, encontra-se a conjuntura desfavorável que tem condicionado, em particular no âmbito do Eixo II, a acção, por um lado, dos serviços de emprego e, por outro, dos próprios beneficiários, de que é exemplo a dificuldade sentida na criação de novos postos de trabalho e de pequenas iniciativas empresariais

formadas por desempregados. Em particular, no que toca ao apoio a desempregados, a actuação será no sentido da revisão dos respectivos programas tornando-os mais atractivos e adaptados à realidade do actual contexto socioeconómico.

Igualmente, por reporte às dinâmicas de aprovação registadas pelos Eixos Prioritários na relação com os objectivos comunitários referentes ao emprego, destaca-se no domínio da Educação e Formação, o peso de investimento dos projectos enquadrados nas modalidades que remetem para o reforço do capital humano, inscritas na Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida, ligeiramente suplantado pelo investimento em tipologias revertíveis à Adaptabilidade de trabalhadores, empresas e empresários quer no tocante à formação de adultos/ativos empregados, quer no tocante à formação/consultoria. No domínio do Emprego e da Coesão Social as dinâmicas de aprovação (e de execução) do respectivo Eixo Prioritário são significativamente marcadas pelo apoio aos jovens e pelo peso das tipologias referentes ao apoio aos desempregados e à inclusão social. Trata-se de modalidades com elevada prioridade numa conjuntura caracterizada pela consolidação de níveis de desemprego elevados para o contexto regional.

Note-se que, embora a apresentação do Programa tenha ocorrido já em 2007, as condições para um efectivo arranque material ao nível da apresentação e aprovação de candidaturas efectivaram-se somente no ano de 2008, dado o facto de só neste ano ter sido possível estabilizar o processo de criação da regulamentação específica do Programa. A própria Comissão de Acompanhamento só teve condições para aprovar a totalidade dos critérios de selecção no decorrer de 2008.

Refira-se ainda que, utilizando as fracções relativas aos pré-financiamentos transferidas pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), a Autoridade de Gestão do Programa efectuou já pagamentos aos beneficiários finais, ficando no entanto aquém do previsto para este ano.

Atendendo que até ao final do ano o Sistema de Gestão e Controlo criado pela AG ainda não tinha sido aceite pela CE, não foi possível formalizar qualquer pedido de pagamento intermédio à CE, nem em consequência receber da CE reembolsos, nos termos do artigo 85º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, pelo que o Programa não apresenta despesa certificada.

Esta fase inicial de implementação do Programa decorre num contexto particularmente desfavorável, pois, para além de ser este o ano de arranque do Programa, foi também o ano em que o Programa se confrontou com os importantes desafios que a Região enfrenta na actual conjuntura de crise.

Neste contexto, a nível também da Região não podemos deixar de referir que os efeitos nefastos da conjuntura adversa, alimentada pela crise financeira, induzem impactos negativos na economia real, e em particular no desempenho do tecido empresarial – seja pela acrescida dificuldade de acesso ao financiamento, seja pelo abrandamento da procura externa e interna – com óbvias consequências no domínio do emprego. Além do referido, o clima de desconfiança que marca o espírito dos agentes económicos propicia o adiamento de decisões de consumo e de investimento que minam as perspectivas de recuperação económica.

As incertezas em torno da actual crise, designadamente no que se refere à magnitude e persistência do abrandamento da economia mundial, a par das dúvidas sobre a eficácia das medidas para reverter a actual conjuntura, envolvem as actuais projecções num elevado grau de falibilidade, pelo que será de admitir, no futuro, revisões de crescimento económico em baixa, o que, a suceder, agravará ainda mais as expectativas de crescimento da economia nacional e, em particular, da Região.

As alterações ao nível da implementação do Programa tiveram - e continuarão a ter nos tempos mais próximos - impactos directos sobre a execução do Programa, por afectarem indiscriminadamente todos os sectores de actividade económica, o que induz constrangimentos de carácter transversal no contexto da execução do Programa, para além de que imprime uma pressão de cariz psicológico sobre os operadores económicos, com reflexos extremamente negativos ao nível do emprego e do mercado de trabalho em geral.

A crise financeira global começa assim a exercer uma influência cada vez mais acentuada, nomeadamente no que concerne à dinâmica do Programa, o que implicou alguns ajustamentos nas prioridades relativas aos apoios mais directos no âmbito das políticas de âmbito social.

Atendendo a que o modelo de governação e gestão adoptado para o Programa Rumos se encontrava estabilizado desde 2007, também o princípio do ano de 2008 marcou o início dos trabalhos de elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, para cumprimento do disposto no artigo 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, em estreita colaboração com as Autoridades de Certificação e de Auditoria.

Este processo englobou todos os aspectos relativos à organização e procedimentos das Autoridades e Organismos intervenientes, sendo que, com o envio em 30.09.2008 à Autoridade de Certificação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Rumos e respectiva transmissão via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), a 14 de

Outubro, após o respectivo parecer de conformidade por parte da Autoridade de Auditoria, iniciou-se a fase seguinte do procedimento, a qual não foi no sentido esperado, dado que na sequência do envio da Descrição à Comissão Europeia, em 12.12.2008, esta considerou que os Sistemas de Gestão e Controlo criados para o Programa não cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, tendo sido a partir daí desencadeados todos os esforços para a resolução das observações efectuadas por este órgão.

Esta situação gerou alguma instabilidade na implementação do Sistema de Gestão e Controlo, criando alguns constrangimentos à estabilização de procedimentos e obtenção de resultados ao nível das novas exigências comunitárias.

Neste enquadramento do Programa, em particular sobre a criação das condições para a sua implementação, ainda uma nota para a função de Avaliação cometida à Autoridade de Gestão, pois foi possível rever a proposta de Plano que existia desde 2007, e assim iniciar um pleno processo de planeamento e operacionalidade dessa função, em estreita articulação com a Rede de Interlocutores de Avaliação, rede esta coordenada pelo Observatório do QREN, e com as orientações que têm vindo a ser emanadas pelos órgãos competentes.

O Plano de Avaliação do Programa Rumos orientará os exercícios de avaliação a desenvolver durante o período de implementação da intervenção, apontando para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. Trata-se, não tanto de prestar contas (matéria das actividades de gestão e controlo estabelecidas) mas, sobretudo, de valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo, eventuais desvios face aos objectivos e metas e (re)orientar as modalidades de intervenção, se tal se justificar.

O Programa Rumos utiliza o Sistema de Informação Integrado do Fundo Social Europeu (SIIFSE), como sistema de informação de suporte às actividades de gestão, certificação, registo de fluxos financeiros, controlo, acompanhamento, avaliação, monitorização física e financeira das operações. Na sua configuração actual (versão Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN) o SIIFSE resulta da reutilização/adaptação da solução implementada no Quadro Comunitário de Apoio III, estando todos os Programas Operacionais com intervenção do FSE integrados neste Sistema de Informação.

No decorrer de 2008, ao abrigo do contrato de prestação de serviços com a entidade responsável pela manutenção do Sistema, procedeu-se à adaptação do SIIFSE ao Programa Rumos, tendo este projecto sido dividido em quatro grandes etapas, de acordo com o ciclo de vida dos projectos (Fase I – Candidaturas, Fase II – Circuito de Análise, Fase III – Gestão da Execução e Fase IV - Saldo).

Após a sessão pública de apresentação do Sistema, procedeu-se, a partir de Março do ano em reporte, à substituição da solução de contingência existente e usada inicialmente pelo Organismo Intermédio responsável pela gestão do Eixo I do Programa, pelo SIIFSE, iniciando-se assim todo o processo de registo e recuperação de informação.

Do ponto de vista de recuperação de informação para o SIIFSE, à data de encerramento do ano em análise, encontravam-se registadas no sistema, as aprovações do Programa (Fases I e II) e os dados referentes à execução (Fase III) de algumas tipologias de intervenção.

O Programa Rumos enquanto Programa enquadrado no QREN é ainda acompanhado nas várias componentes, estratégica, operacional e financeira, através do sistema de monitorização do QREN. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização, construídos com base em “queries” extraídas do SIIFSE.

Em termos da análise da coerência e da sinergia das intervenções apoiadas pelo FSE com as acções empreendidas no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego (EEE), os dados relativos às dinâmicas de aprovação permitem destacar, como principais sinergias do Programa com as acções empreendidas no âmbito da EEE, o forte peso do investimento na transição para a vida activa, compreendida nas tipologias de intervenção do Eixo Emprego e Coesão Social, designadamente através dos apoios aos estágios profissionais que se tem revelado o principal instrumento facilitador do acesso ao emprego dos jovens, bem como o forte investimento no capital humano, através da melhoria dos níveis educativos e das competências da população jovem, mediante o financiamento de um leque diversificado de percursos alternativos, com destaque para as formações profissionalizantes (cursos profissionais, sistema de aprendizagem e cursos educação/formação para jovens).

Em matéria de divulgação, informação e publicidade, o ano de 2008 destacou-se pela implementação de um conjunto de actividades integradas em duas fases de actuação e previstas na proposta de Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013: o Lançamento e Notoriedade (período: 2007-2008) e o Relançamento e Consolidação (período: 2008-2011) deste Programa/Marca.

Refira-se ainda os trabalhos relativos à preparação da própria proposta de Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 (PEC), bem como todo o processo decorrente da sua aceitação pela Comissão Europeia, que decorreu na primeira metade do ano de 2008.

O PEC assume-se como uma ferramenta dinâmica de participação e diálogo com o Cidadão e mobiliza os diferentes públicos-alvo, com vista a assegurar uma ampla divulgação e as respectivas possibilidades proporcionadas pelo Programa, e integra dois tipos de acções: as acções estruturantes, que possuem uma acentuação informativa e as acções temáticas que apostam na interacção entre as pessoas e as instituições, com vista a gerar uma inter-motivação dos actores sociais.

Saliente-se o facto de estar previsto uma monitorização e avaliação das acções do PEC, com periodicidade anual, com vista a ajustar a acção prevista no Plano. O primeiro estudo teve início em Dezembro de 2008 e prevê-se que decorra até finais de Março de 2009.

Em balanço, e apesar do contexto de crise, cumpre-nos deixar a nota que, com a perspectiva de aceitação do Sistema de Gestão e Controlo, no primeiro trimestre do próximo ano, estarão reunidas as condições para que 2009 seja determinante para imprimir a velocidade cruzeiro de que o Programa carece, em particular numa vertente essencial para a gestão, como é a da execução.

I. Identificação

Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 05 2 PO 001

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2008

Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 03.06.2008

I.1. Estrutura do Programa

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 assume a prossecução das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o mesmo período (PDES 2007-2013), prosseguindo, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida nesse instrumento de planeamento, cuja concretização é susceptível de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu.

A coerência estratégica do Programa é alcançada pela consagração de objectivos e recursos que deverão contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013, o de manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O Quadro n.º 40 (Anexo I) apresenta de forma sistemática, para cada um dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

O Programa Rumos está estruturado em três eixos prioritários, mobilizando 125 milhões de Euros de financiamento comunitário propiciados pelo FSE, que permitirão assegurar um financiamento total de 156 milhões de Euros. O quadro seguinte - Quadro n.º I - sintetiza os eixos do Programa e os montantes programados envolvidos.

A distribuição da despesa pública programada por Eixo encontra-se representada no Gráfico n.º I.

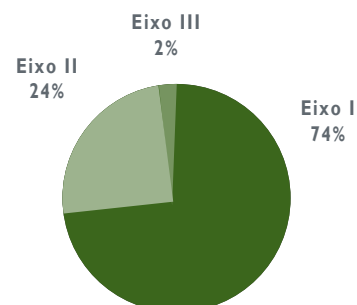
Quadro I - Estrutura do Programa

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Designação	Financiamento Total	Despesa Pública	Financiamento Comunitário
Eixo I	Educação e Formação	114.625.000	114.625.000	91.700.000
Eixo II	Emprego e Coesão Social	38.250.000	38.250.000	30.600.000
Eixo III	Assistência Técnica	3.176.471	3.176.471	2.700.000
TOTAL		156.051.471	156.051.471	125.000.000

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Gráfico I - Distribuição Financeira por Eixo



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

2. Aspectos gerais da execução do Programa Operacional

2.1. Realização e análise dos progressos

Informação sobre os progressos físicos do Programa

Pretende-se neste ponto descrever o estado de avanço dos Eixos Prioritários e das respectivas vertentes e tipologias de intervenção, e, em resultado, do próprio desempenho físico do Programa, decorrente da análise das realizações físicas até ao ano de 2008.

A informação respeitante aos indicadores de realização é apresentada no Quadro n.º 2 (informação relativa à realização física acumulada) e no Quadro n.º 5 (dados sobre os participantes em operações do FSE, por prioridade).

A análise específica ao desempenho dos Eixo I e II é apresentada no capítulo 3, o qual inclui igualmente o Quadro n.º 25 (ventilação dos indicadores do Eixo I por género, nível de escolaridade, público-alvo e tipo de bolsa) e o Quadro n.º 32 (ventilação dos indicadores do Eixo II por género, tipo de entidade e público-alvo).

Quadro n.º 2 - Resumo Implementação Física

Eixo Prioritário	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo I - Educação e Formação	N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	Realização Efectiva (execução)	0	1.901								1.901
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	2.914								2.914
		Metas	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	14.400
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de activos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	982								982
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	7.425								7.425
		Metas	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	9.000
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de Funcionários Públicos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	1.308								1.308
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	7.428								7.428
		Metas	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	36.000
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de PME 's abrangidas	Realização Efectiva (execução)	0	0								0
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	510								510
		Metas	50	50	50	50	50	50	50	50	50	450
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	1.073								1.073
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	6.219								6.219
		Metas	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	18.000
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	Realização Efectiva (execução)	0	416								416
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	4.986								4.986
		Metas	550	550	550	550	550	550	550	550	550	4.950
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de pessoas que se encontram abrangidos por uma destas bolsas ou por estes programas	Realização Efectiva (execução)	0	348								348
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	465								465
		Metas	200	200	200	200	200	200	200	200	200	1.800
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.

Eixo Prioritário	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Nº de estagiários apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0								0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	852								852
		Metas	230	230	230	230	230	230	230	230	230	2.070
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	0								0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0								0
		Metas	350	350	350	350	350	350	350	350	350	3.150
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº de postos de trabalho apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	17								17
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	174								174
		Metas	144	144	144	144	144	144	144	144	144	1.296
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	133								133
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	545								545
		Metas	119	119	119	119	119	119	119	119	119	1.071
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº de clubes de emprego apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	35								35
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	35								35
		Metas	17	17	17	17	17	17	17	17	17	153
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	760								760
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	1.714								1.714
		Metas	432	432	432	432	432	432	432	432	432	3.888
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.

NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

(2) Core indicators: na fase de negociação do QREN e dos Programas Operacionais foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem “metas” nem “valores de referência / situações de partida” para estes indicadores.

n.a. - não aplicável

Fonte: SIIFSE

Informação financeira

Em conformidade com a alínea a) do n.º I do artigo 82º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 31 de Julho, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, Autoridade de Certificação do Programa Rumos, recebeu da Comissão Europeia, em 2008, um 2º pré-financiamento de 3% no valor de 3.750.000 Euros.

O IGFSE, IP, transferiu para a Autoridade de Gestão a quantia de 6.250.000 Euros referente aos pré-financiamentos de 2% (2.500.000 Euros) e de 3% (3.750.000 Euros), em 26.02.2008 e 26.05.2008, respectivamente. Refira-se que o adiantamento de 2% havia sido transferido pela CE ao IGFSE em Novembro de 2007.

No ano de 2008 foram efectuados pagamentos aos beneficiários finais no montante de 5.079.902 Euros, ficando aquém do previsto para este ano (8.500.000 Euros), atingindo uma taxa de 80% dos pagamentos totais da Comissão Europeia, no montante de 6.250.000 Euros.

Atendendo que, até ao final do ano de 2008, o Sistema de Gestão e Controlo criado pela AG ainda não tinha sido aceite pela CE, não foi possível formalizar qualquer pedido de pagamento intermédio à CE, nem em consequência receber da CE reembolsos, nos termos do artigo 85º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, pelo que o Programa não apresenta despesa certificada.

Durante o ano de 2008, foram efectuados pagamentos aos beneficiários no montante de 5.079.902 Euros. Estes pagamentos foram efectuados no âmbito de operações aprovadas nos três eixos prioritários, conforme expresso no Quadro n.º 3.

Quadro n.º 3 - Eixos prioritários por fonte de financiamento

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à autoridade de gestão	Contribuição pública correspondente	Despesas pagas pelo organismo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo I	4.110.987	2.435.868	2.761.762	0
Eixo II	1.664.567	1.711.210	2.102.116	0
Eixo III	141.647	141.647	216.025	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	141.647	141.647	216.025	0
Despesas correspondentes à intervenção do FEDER	0	0	0	0
Sub-Total	5.917.201	4.288.725	5.079.902	0
Adiantamentos	-	-	-	6.250.000
Total	5.917.201	4.288.725	5.079.902	6.250.000

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

* Os pagamentos são relativos a adiantamentos

Informação sobre despesas abrangidas no âmbito da intervenção do Fundo Europeu Desenvolvimento Regional (FEDER)

Nos termos do n.º 2 do artigo 34º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, o Programa Rumos prevê financiar no âmbito do Eixo III – Assistência Técnica, medidas que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do Programa Intervir+ (FEDER), de forma a complementar - e até um limite de 10% do financiamento comunitário - e viabilizando eventuais despesas de investimento associadas à instalação da estrutura de apoio técnico à gestão e acompanhamento do Programa, nomeadamente, a aquisição de mobiliário e de equipamento informático.

Até à data o Programa Rumos ainda não utilizou dotação financeira para este fim.

Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos

No Quadro n.º 4 é apresentada a repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por categoria, de acordo com o previsto na parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 11 de Julho.

Quadro n.º 4 - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria

Unidade: Euros

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Montante**
62	4	07	03	300	115.869
62	4	07	05	300	50.045
62	4	07	06	300	3.276
62	4	07	11	300	73.274
62	4	07	13	300	63.926
62	4	07	14	300	398.341
62	4	07	16	300	29.174
62	4	07	17	300	601.891
62	4	07	18	300	1.704.789
62	4	07	19	300	13.246
62	4	07	20	300	2.153.507
62	4	07	21	300	5.145
63	4	07	16	300	42.107
63	4	07	18	300	171.493
63	4	07	20	300	5.010.907
71	4	07	13	300	33.743
71	4	07	14	300	153.328
71	4	07	16	300	694.791
71	4	07	17	300	41.392
71	4	07	18	300	2.832.628
71	4	07	19	300	102.805
71	4	07	20	300	419.230
72	4	07	16	300	80.648
72	4	07	17	300	80.141
72	4	07	18	300	218.164
72	4	07	20	300	444.567
73	4	07	18	300	15.066.321
73	4	07	20	300	395.670
74	4	07	16	300	2.450.676
74	4	07	18	300	15.841
74	4	07	20	300	59.900
Total					43.271.015

* As categorias de cada dimensão devem ser codificadas utilizando a classificação-tipo.

** Montante afectado da contribuição comunitária a cada combinação de categorias.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Assistência por grupos-alvo

Relativamente à análise dos dados sobre os participantes em operações do FSE por prioridade, patentes no Quadro n.º 5, são de assinalar as seguintes constatações:

- Foram abrangidos por intervenções do FSE - nos domínios da Educação e Formação, por um lado, e do Emprego e Coesão Social, por outro - um total de 7.737 pessoas/ano, 88% das quais ao abrigo da intervenção do Eixo I - Educação e Formação.
- A maioria deste universo de participantes é representada pelo sexo feminino (61%), sendo tal realidade comum tanto ao Eixo I como ao Eixo II (59% e 74%, respectivamente).

Quadro n.º 5 - Dados sobre os participantes em operações do FSE, por prioridade

Eixo	Indicador	2008						Valores cumulativos desde o início			
		Pessoas que Entram		Pessoas que Saem		Pessoas Apoiadas		Pessoas que Entram		Pessoas que Saem	
		Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
Eixo I	Número total de participantes	6.828	4.021	3.780	2.500	6.828	4.021	6.828	4.021	3.780	2.500
Eixo II	Número total de participantes	910	672	910	672	910	672	910	672	910	672

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Apoio restituído ou reutilizado

Não se registaram situações previstas no n.º 2 do artigo 57º e no n.º 2 do artigo 98º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

Análise qualitativa

O Programa Rumos foi aprovado pela Comissão Europeia somente no último trimestre de 2007, pelo que o ano de 2008 foi efectivamente o ano de “implementação” do Programa.

Apresentamos no Quadro n.º 6 o resumo dos momentos mais determinantes no processo de implementação do Programa.

Quadro n.º 6 - Momentos mais determinantes no processo de implementação do Programa

	2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Abertura de concursos Eixo I	15											
Regulamento Específico do Programa Rumos		15										
Despacho Conjunto relativo aos Custos FSE		15										
Transmissão da proposta de Plano de Comunicação		26										
Aprovação das primeiras candidaturas			12									
Aprovação dos Contratos de delegação de competências entre o IDR e a DRQP e entre IDR e o IRE				10								
Aprovação dos últimos critérios de selecção (Eixo III)				30								
Transmissão da proposta revista do Plano de Comunicação					21							
2ª facção pré-financiamento					26							
Carta da aceitabilidade do Plano de Comunicação						10						
Manual de Procedimentos de Verificação das Operações						16						
Manual Procedimentos Eixo I						18						
Guia do Beneficiário do Eixo I						18						
Manual Procedimentos Eixo II e eixo III						30						
Transmissão da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do PO e do respectivo relatório e parecer da IGF										14		
Aprovação do Plano de Avaliação											4	
Carta da não conformidade do Descrição do Sistema de Gestão e Controlo. Pedido de reformulação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo												12

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Tendo o ano de 2008 sido marcado pelo início da apresentação de candidaturas, verificamos que o Programa apresenta uma grande adesão por parte dos potenciais beneficiários ao mesmo. Como evidencia o Quadro n.º 7, foram apresentadas 485 operações, tendo sido o Eixo I – Educação e Formação o que mais candidaturas registou - 94% do Programa, como seria expectável.

Quadro n.º 7 - Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa

	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Contratadas	Nº de Candidaturas Concluídas
Eixo I	457	218	218	221	186	92
Eixo II	27	27	27	0	27	0
Eixo III	1	1	1	0	1	0
TOTAL	485	246	246	221	214	92

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

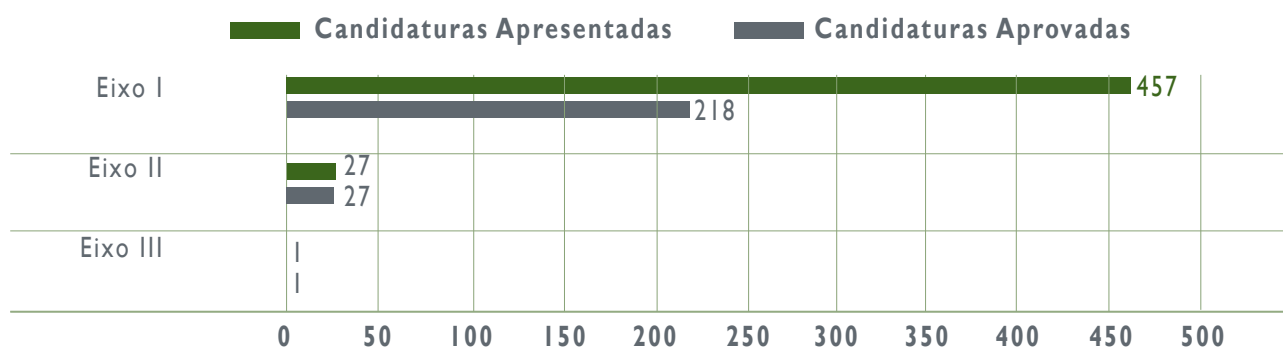
Do total das candidaturas apresentadas, 246 foram aprovadas por parte da Autoridade de Gestão, o que traduz um nível de aprovação de 50,6%, em termos globais do Programa. Em termos de Eixo Prioritário o grau de aprovação revelou-se diferenciado: no Eixo I foi de 47,7%, no Eixo II e no Eixo III de 100%.

É de salientar que, relativamente ao período de abertura de candidaturas, este é diferenciado consoante os Eixos que operacionalizam o Programa.

No âmbito do Eixo I, a apresentação de candidaturas funciona em períodos fechados, através de concursos, para a generalidade das tipologias de intervenção, com excepção das candidaturas apresentadas nas tipologias de intervenção I.3.1 - Bolsas para Professores/Investigadores, I.3.2 - Programas e Bolsas de Pós - Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós - Doutoramento e I.3.4 - Projectos de Investigação, que funcionam em regime de candidatura aberta, sendo que o respectivo início do período se reporta a 18 de Dezembro de 2007.

As candidaturas no âmbito dos Eixos II e III são apresentadas ao longo do período de programação, ie, funcionam igualmente em regime de candidatura aberta, (início a 18 de Dezembro de 2007).

Gráfico n.º 2 - Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O grau de admissibilidade, medido pela relação entre as candidaturas admitidas e o universo das apresentadas é bastante elevado, chegando mesmo a atingir os 100% para o Eixo II e III e 48% no Eixo I.

Até ao final de 2008, encontravam-se já contratadas e com termo de aceitação já assinado, um total de 214 operações envolvendo um montante de fundo de 33.153.293 euros. No Eixo Prioritário I registou-se a maior taxa de operações contratadas, 86,9% do total, seguindo-se o Eixo II, com 12,6% e finalmente o Eixo III, com 0,5%.

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro n.º 8) podemos verificar que são as “Empresas ou associações de empresas” o tipo de entidade com maior número de candidaturas apresentadas, seguido de “Outras entidades não especificadas”, cerca de 35,1% e 26,0% respectivamente. No que respeita a projectos aprovados o tipo “outras entidades não especificadas” representa 30,1% das candidaturas, e entidades “Tipo escola” com 21,5 % das mesmas.

Quadro n.º 8 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Associação de Desenvolvimento Local	7	1,4	4	1,6
Autarquias Locais	5	1,0	1	0,4
Centro de Formação	8	1,6	4	1,6
Empresa ou associação de empresas	170	35,1	25	10,2
Empresas ou outras entidades da Administração Local	1	0,2	1	0,4
Fundação	5	1,0	2	0,8
Instituição do Ensino Superior Politécnico	1	0,2	0	0,0
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social	10	2,1	7	2,8
Organização Patronal ou Empresarial	17	3,5	14	5,7
Organização Profissional	2	0,4	0	0,0
Organização Sindical	11	2,3	8	3,3
Outras Entidades não especificadas	126	26,0	74	30,1
Serviços da Administração Central	1	1,0	1	0,4
Serviços da Administração Regional (Regiões Autónomas)	56	11,5	31	21,1
Tipo Escola	65	13,4	53	21,5
Total	485	100	246	100

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Até final do ano de 2008, o Programa apresentava um volume de despesa pública de 54.041.894 Euros a que corresponde uma comparticipação de FSE de 43.271.015 Euros, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 34,6% da dotação FSE disponível.

Foi no Eixo I que se verificou uma maior taxa de compromisso, atingindo os 36,6% da dotação do Eixo. A taxa de compromisso obtida no Eixo II foi de 29,8% e no Eixo III de 23,6%, como podemos verificar no Quadro n.º 9.

Quadro n.º 9 - Montantes Aprovados no Programa

Unidade: Euros

Eixos Prioritários Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações (AP)		Taxa de Compromisso (%) (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I – Educação e Formação	114.625.000	91.700.000	41.908.543	33.526.834	36,6	36,6
Eixo II – Emprego e Coesão Social	38.250.000	30.600.000	11.383.351	9.106.681	29,8	29,8
Eixo III – Assistência Técnica	3.176.471	2.700.000	750.000	637.500	23,6	23,6
Total	156.051.471	125.000.000	54.041.894	43.271.015	34,6	34,6

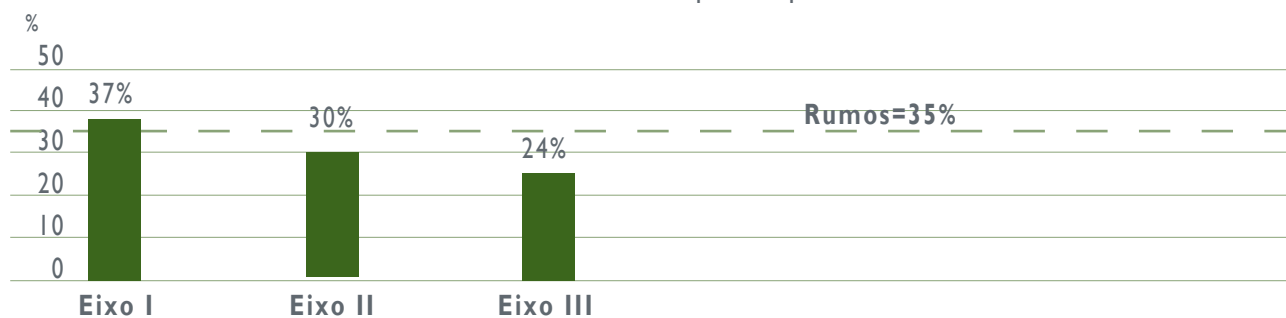
Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Fazendo uma análise global por Eixo Prioritário, verificamos que todos os Eixos apresentam um nível de compromisso muito próximo, o que traduz a plena execução do Programa no que toca às aprovações.

Em particular, o Eixo I – Educação e Formação já comprometeu 36,6 % em relação ao programado. As aprovações nestes Eixo atingiram o montante de despesa pública de 41.908.543 Euros, e o montante de 33.526.834 Euros de FSE.

O Eixo II – Emprego e Coesão Social também já apresenta um nível de aprovações elevado, 29,8% e o Eixo III – Assistência Técnica cerca de 23,6%, face ao Programado.

Gráfico n.º 3 - Taxa de compromisso por Eixo



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Ao analisarmos o Programa relativamente à execução, este apresenta uma taxa de execução face à programação de apenas 3,7% o que é reflexo do atraso sentido nas aprovações das operações.

Apesar de ser o Eixo I que apresenta uma taxa de compromisso mais elevada, é o Eixo II que regista maior índice de execução, 4,4% contra 3,5% do Eixo I.

Quadro n.º 10 - Montantes Executados no Programa

Unidade: Euros

Eixos Prioritários Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução (EX)		Taxa de Execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I – Educação e Formação	114.625.000	91.700.000	3.990.663	3.192.530	3,5%	3,5%
Eixo II – Emprego e Coesão Social	38.250.000	30.600.000	1.664.567	1.331.654	4,4%	4,4%
Eixo III – Assistência Técnica	3.176.471	2.700.000	141.647	120.400	4,5%	4,5%
Total	156.051.471	125.000.000	5.796.876	4.644.584	3,7%	3,7%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

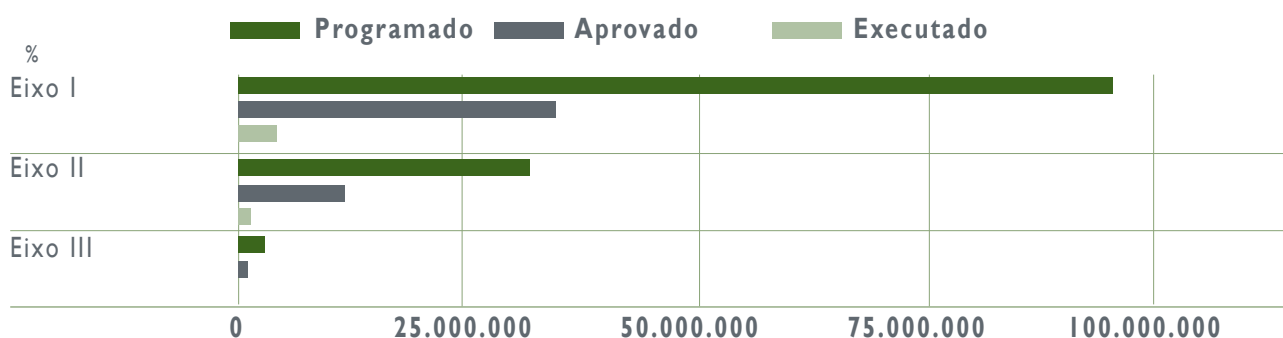
O Eixo I – Educação e Formação apresenta, em 31.12.2008, uma execução de 3.990.663 Euros, relativamente à despesa pública, e de 3.192.530 Euros, em termos de fundo, o que corresponde a uma taxa de 3,5% em relação ao programado e de 9,5% em relação ao aprovado.

Relativamente ao Eixo II - Emprego e Coesão Social, a taxa de execução situa-se nos 4,4%, tendo já atingido um montante de despesa pública de 1.664.567 Euros e 1.331.654 Euros de FSE.

No que concerne ao Eixo III, a taxa de execução situa-se nos 4,5%.

A baixa execução reflecte o atraso sentido na implementação dos procedimentos necessários à verificação das despesas apresentadas pelos beneficiários, nomeadamente ao nível do Sistema de Informação, uma vez que só no último trimestre de 2008 é que se efectivaram as condições para funcionar na sua plenitude.

Gráfico n.º 4 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Os elementos reportados à execução, até 31.12.2008, dos projectos aprovados traduzem fundamentalmente as dinâmicas induzidas pelos projectos transitados nas tipologias de intervenção de carácter mais institucionalizado (ex.º, sistema de aprendizagem e cursos educação/formação), a par dos programas de médio prazo destinados a apoiar adultos desempregados e subsidiados, no âmbito da Vertente de Intervenção “Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos”. Esta vertente de intervenção tem, aliás, a taxa de execução da despesa pública (executado/programado) mais elevada (8,2%).

No âmbito das categorias de despesa definidas no Anexo IV do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho e apresentadas no Quadro n.º 11, verificamos que, do total aprovado, 36% respeitam a aprovações no tema prioritário 73 e 17% no tema 66. Estes temas apresentam igualmente uma elevada percentagem no que se refere aos montantes executados (59% e 24%, respectivamente).

Dos temas prioritários apresentados, apenas os temas com os códigos 80, 81, 85 e 86 não correspondem a despesas earmarking. Os temas com os códigos 73 e 66 foram os que mais contribuíram para as prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos.

Refira-se que 75% das despesas do Programa Rumos destinam-se às prioridades da União Europeia de Promoção da Competitividade e Criação de Emprego, tendo em vista o cumprimento dos objectivos das Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego (2005-2008), que constam da Decisão 2005/600/CE do Conselho.

Quadro n.º 11 - Repartição do FSE por temas prioritários

Unidade: Euros

Código do tema Prioritário	Programação	Aprovação	%	Execução	%
62	8.800.000	5.212.483	12	185.912	4
63	2.100.000	5.224.506	12	0	0
64	2.300.000	0	0	0	0
65	400.000	0	0	0	0
66	20.200.000	7.366.124	17	1.093.738	24
67	200.000	0	0	0	0
68	3.700.000	896.622	2	0	0
69	1.200.000	0	0	0	0
70	100.000	0	0	0	0
71	9.700.000	5.121.851	12	411.847	9
72	3.000.000	823.520	2	90.416	2
73	66.400.000	15.461.992	36	2.737.180	59
74	4.000.000	2.526.417	6	5.091	0
80	100.000	0	0	0	0
81	100.000	0	0	0	0
85	2.200.000	637.500	1	120.400	3
86	500.000	0	0	0	0
TOTAL	125.000.000	43.271.015	100	4.644.584	100

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

A Autoridade de Gestão assegura que, as operações financiadas pelo Programa cumprem com a legislação comunitária em termos de direito comunitário.

Neste sentido, foi incluída na legislação a referência à obrigatoriedade de cumprimento do normativo nacional e comunitário em matéria de contratação pública, acesso e utilização de fundos comunitários, regras ambientais e igualdade de oportunidades.

De acordo com o regulamento específico, o apoio às operações encontra-se abrangido pelo Regulamento (CE) n.º 68/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro com as respectivas alterações e, no caso de algumas acções específicas, pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, auxílios estatais de Minimis.

O controlo é efectuado, no primeiro caso de forma automática pelo Sistema de Informação (SIIFSE), que, de acordo com a informação constante nos projectos, calcula a taxa máxima respectiva de financiamento público. No caso de um auxílio de Minimis, o controlo é feito a nível nacional pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), havendo a Autoridade de Gestão que efectuar a comunicação destes apoios previamente à aprovação das respectivas operações.

No que respeita ao cumprimento das normas sobre a contratação pública, a Autoridade de Gestão emanou junto do Organismo Intermédio orientações alertando para o cumprimento das normas sobre contratação pública e para as alterações aos limiares das Directivas sobre contratação pública. Referiu ainda, a entrada em vigor em 30 de Julho de 2008, do diploma nacional de transposição das Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, onde é mencionado um conjunto de irregularidades mais frequentes detectadas em sede de contratação pública.

A Autoridade de Gestão procedeu igualmente, à divulgação junto dos potenciais beneficiários e do Organismo Intermédio (OI), de orientações relativas aos procedimentos de contratação pública a adoptar nas contratações abaixo dos limiares das Directivas.

O OI procede à verificação do cumprimento das normas da contratação pública com a utilização da check-list de análise disponibilizada pela AG, constante no Manual de Procedimentos do Eixo I, sendo verificada a totalidade da despesa apresentada pelos beneficiários, no âmbito da amostra seleccionada, que seja passível de ser abrangida pelas normas da contratação pública.

Ao nível da Autoridade de Gestão, cada procedimento de contratação levado a cabo por beneficiários que dê origem a despesas sujeitas a contratação é analisado por recurso a check-list. Se os serviços que procederem a essa verificação, detectarem algum problema ou tiverem dúvidas relativas a algum procedimento, solicitarão parecer à Unidade de Apoio Jurídico.

Em relação à promoção da igualdade de oportunidades, é efectuada em cada projecto a respectiva verificação através do preenchimento de uma check-list de análise, que identifica, em relação a um conjunto de parâmetros, em que medida é que estes se encontram presentes nos projectos.

Dado o estado de avanço da execução dos projectos, o Programa não tem situações a reportar relativamente ao não cumprimento da legislação comunitária.

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Em complemento ao já referido anteriormente aquando da apreciação em termos gerais dos níveis de realização e da análise dos progressos do Programa, e ainda que adiante, no ponto 3, se detalhe inclusive quais os principais problemas ou dificuldades encontrados a nível de cada Eixo, importa aqui salientar quais foram as principais orientações e medidas tomadas face ao surgimento de tais dificuldades.

Em primeiro lugar, carece de realce o facto do Programa registar, no geral, uma apreciável dinâmica que se reflecte de forma clara na respectiva taxa de compromisso, relativamente elevada, pese embora alguma contenção que a sujeição a períodos de candidatura importa ao Programa.

Nesta fase, procurou-se sobretudo estabilizar, de forma clara, consistente e objectiva, todo um conjunto de procedimentos que permitirão obter uma regular fluidez de recursos financeiros, de maneira a que os projectos aprovados possam dispor dos respectivos apoios em tempo útil.

Neste sentido, tem-se trabalhado de forma denodada nos principais instrumentos que permitam a certificação de despesa, designadamente em termos de verificações no local e de supervisão, os quais, aliados à conformidade do Sistema de Gestão e Controlo, constituem instrumentos fundamentais para que o Programa atinja a normalidade ao nível da implementação.

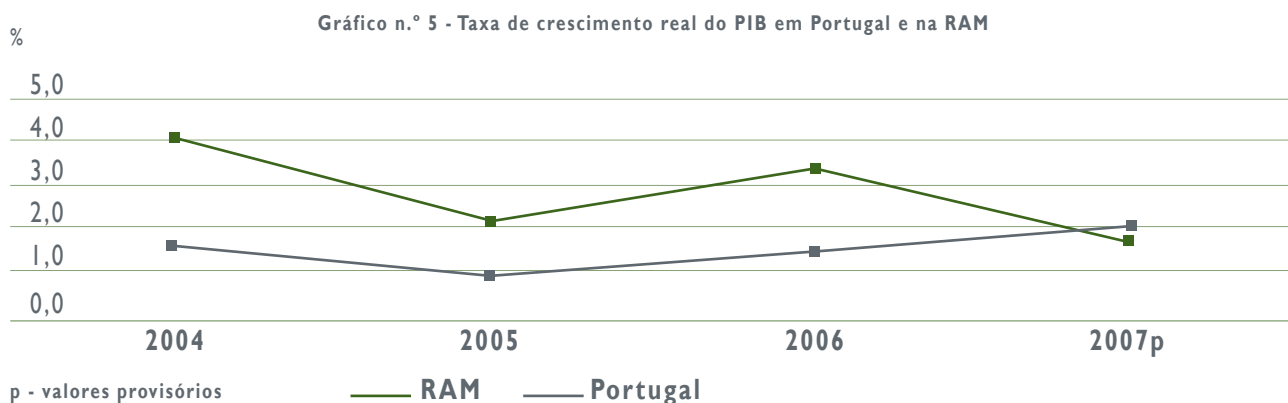
2.4. Mudanças no contexto de implementação do Programa

Análise do contexto socioeconómico

A Região Autónoma da Madeira enfrenta importantes desafios na actual conjuntura de crise, que assume contornos ainda desconhecidos, quer na amplitude, quer no horizonte temporal que lhe está subjacente. O repto de manter os elevados e sustentados níveis de crescimento económico e de emprego, assegurando, simultaneamente, a protecção ambiental, a coesão social e o desenvolvimento territorial, constitui a grande bitola de actuação para o horizonte 2007-2013.

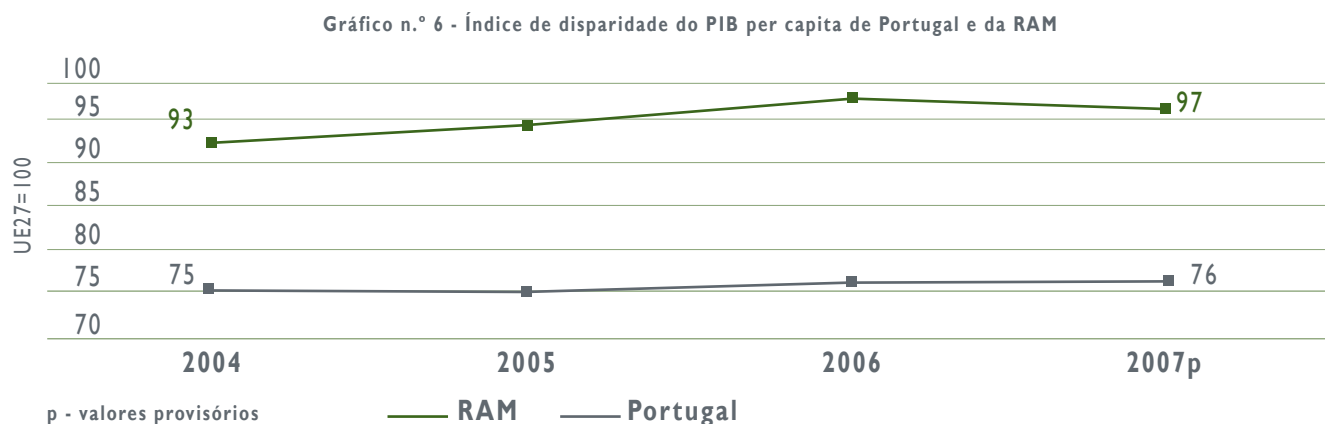
O enquadramento socioeconómico a que se dedica a presente secção pretende dissecar a realidade regional nas suas principais vertentes, procedendo-se, para o efeito, à apreciação e avaliação da evolução recente dos principais indicadores e, sempre que se justifique, à comparação com as realidades nacional e comunitária para uma melhor contextualização da realidade regional.

A dinâmica da economia regional, fornecida pela evolução em volume do Produto Interno Bruto (PIB), manifesta ritmos de crescimento sustentados, embora denunciando sinais de algum abrandamento. Com efeito, em 2007, o PIB regional registou um acréscimo de 1,6%, cristalizando uma diminuição do ritmo de crescimento económico em 1,4 pontos percentuais (p.p.) face ao registado no ano anterior. A comparação com o desempenho económico do país é reveladora de diferentes intensidades nos ritmos de crescimento do PIB, com o produto regional a evidenciar evoluções sucessivamente superiores ao nacional, à excepção de 2007, altura em que a variação real da riqueza produzida em Portugal superou o PIB regional em 0,3 p.p.. O Gráfico n.º 5 confere uma visão da evolução do PIB regional e do de Portugal entre 2004 e 2007.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A assinalável recuperação da Região em matéria de coesão com a União Europeia a 27 Estados-Membros (UE27) marca um percurso exemplar de aproximação aos padrões médios da comunidade europeia, conforme permite constatar a evolução do respectivo índice de disparidade do PIB per capita (Gráfico n.º 6).

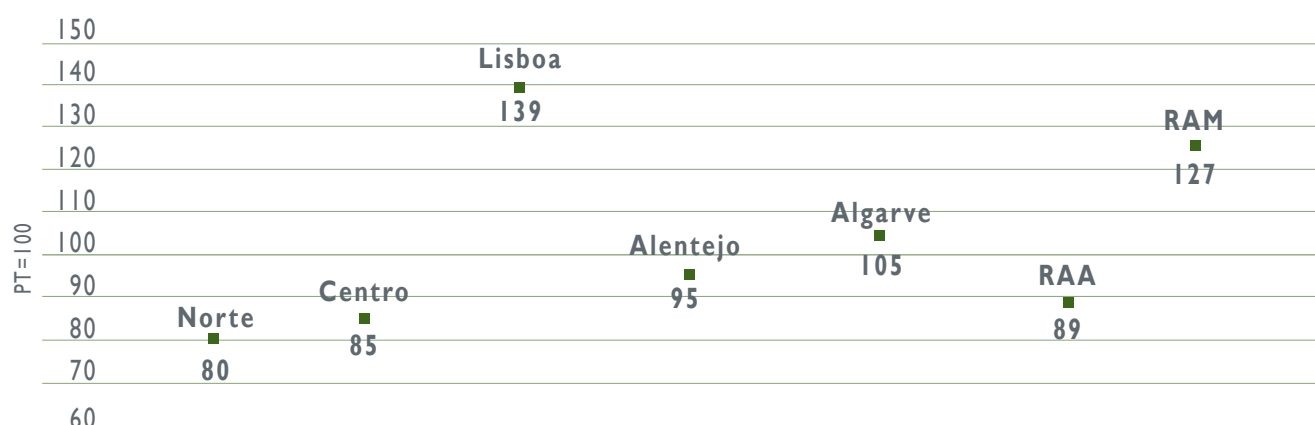


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Numa retrospectiva mais alargada, é possível comprovar que o hiato entre a média comunitária e a Região foi reduzido em 30 pontos, passando-se de um PIB per capita equivalente a 67% da média da União em 1995 para os 97% em 2007, corporizando a quase eliminação das disparidades existentes entre a Região e a média comunitária num período relativamente curto (apenas treze anos). A evolução recente deste indicador é reveladora da sustentabilidade dos progressos da Região rumo à convergência com a média da União, que compara com uma evolução menos pronunciada de Portugal face à média de referência.

A coesão intra-regional aferida a partir do índice de disparidade do PIB per capita com referência à média de Portugal (PT=100) confirma a posição de destaque da RAM no contexto nacional, que apresenta, a par de Lisboa, o PIB per capita mais elevado das regiões portuguesas, ultrapassando o valor de referência em 27%, em 2007. O Gráfico n.º 7 denuncia a subsistência de disparidades relevantes entre as várias regiões do país, com o indicador em apreço a variar entre os 139% em Lisboa e os 80% na Região Norte.

Gráfico n.º 7 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2007 (PT=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A análise da **estrutura sectorial da economia regional** evidencia a progressiva consolidação do sector terciário, que representou 81,5% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado em 2007, aumentando o seu peso relativo na economia em 0,4 p.p. face ao ano anterior. Por seu turno, o sector secundário tem registado ligeiras quebras na estrutura produtiva regional, absorvidas quase na totalidade pelo sector dos serviços, passando de um peso relativo de 17,7% em 2004 para os 16,2% em 2007. O sector primário apresenta uma dinâmica relativamente estável, tendo representado 2,4% do VAB em 2007. O Quadro n.º 12 sintetiza a evolução registada na estrutura sectorial da economia regional entre 2004 e 2007.

Quadro n.º 12 - Estrutura sectorial da economia regional

Sector	2004	2005	2006	2007p
Sector primário	2,4	2,2	2,4	2,4
Sector secundário	17,7	17,3	16,6	16,2
Sector terciário	79,9	80,5	81,1	81,5

p - valores provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A avaliação mais pormenorizada da base produtiva, fornecida pelo VAB por **ramos de actividade** da Região, permite aferir alguma concentração em torno das “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”, do “Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico” e da “Administração pública, defesa e segurança social obrigatória”, que representavam, respectivamente, 20%, 15% e 11,5% da riqueza produzida na Região em 2007. De assinalar ainda os ramos da “Construção” (8,6%), dos “Transportes” (8%) e de “Alojamento e restauração” (7,4%), pelo significativo peso relativo na estrutura económica da Região. A apreciação da estrutura produtiva permite ainda inferir a importância da actividade turística, pelo efeito multiplicador nas actividades directa ou indirectamente conexas, nomeadamente as dirigidas ao ramo da imobiliária, alugueres e serviços prestados às empresas e ao comércio e, por outro, a relevância da sector público na dinâmica da economia regional, tanto pelo contributo directo do ramo “Administração pública, defesa e segurança social obrigatória”, como pelos impactos das actividades de carácter iminentemente público como sejam as relacionadas com a educação (5%) e com a saúde e acção

social (6,6%). O Quadro n.º 13 completa a informação relativa à estrutura da economia regional segundo os ramos de actividade.

Quadro n.º 13 - Estrutura do VAB por ramos de actividade

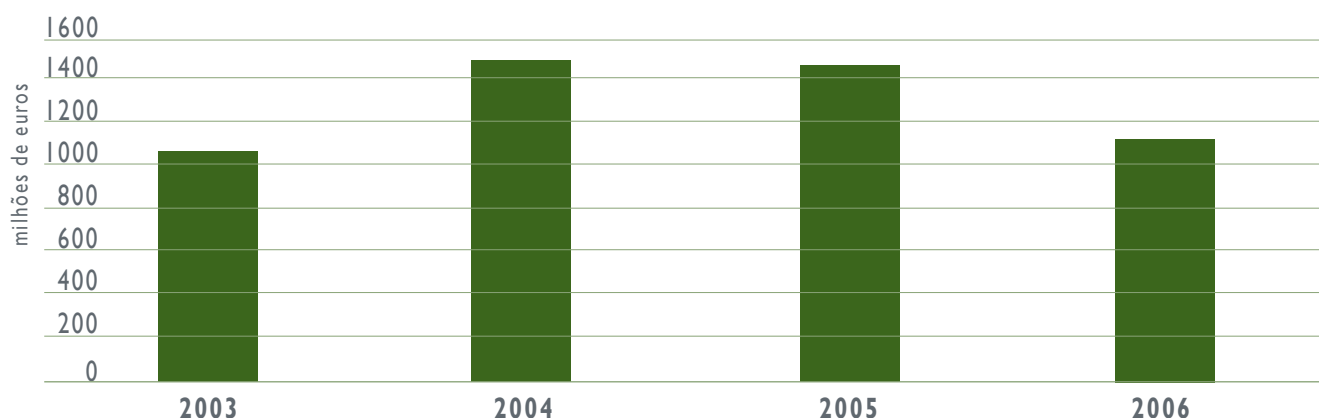
Ramos de Actividade	2004	2005	2006	2007p
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura, produção animal, caça, e silvicultura	1,7	1,7	1,7	1,6
Pesca	0,7	0,6	0,7	0,8
Indústrias extractivas	0,5	0,4	0,3	0,3
Indústrias transformadoras	4,1	3,9	3,6	3,4
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	3,0	3,4	3,7	3,9
Construção	10,2	9,5	9,0	8,6
Comércio por grosso e a retalho, rep. veículos autom., motoc. e bens de uso pes. e doméstico	14,0	15,2	14,4	15,0
Alojamento e restauração	7,4	7,7	7,6	7,4
Transportes, armazenagem e comunicações	7,8	7,8	8,0	8,0
Actividades financeiras	4,3	4,1	5,8	5,2
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	21,6	18,9	19,6	20,0
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	12,6	11,9	11,6	11,5
Educação	4,8	5,0	5,0	5,0
Saúde e acção social	4,5	7,0	6,2	6,6
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	2,2	2,3	2,2	2,1
Famílias com empregados domésticos	0,6	0,7	0,7	0,7

p - valores provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A informação relativa ao comportamento do **investimento** na RAM dá conta de uma evolução desfavorável desta componente entre 2005 e 2006, que atingiu os 26%. As quebras de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das actividades associadas ao sector secundário, e em especial o ramo da construção, que registou uma variação anual negativa de 56%, o abrandamento do investimento na área dos transportes, armazenagem e comunicações (-54%) e a diminuição da intensidade do investimento público (-48%) constituem os principais factores que motivaram a inflexão da trajectória de evolução face ao passado recente. O abrandamento do investimento público, motivado pela atenuação das carências de infra-estruturas e equipamentos públicos – que têm vindo a ser significativamente supridas, ao longo dos últimos anos, por todo o território regional – e a perda de algum vigor da fileira da construção dirigida à habitação, ajudam a explicar a evolução do investimento neste ramo de actividade. Por outro lado, a grande instabilidade dos mercados internacionais de matérias-primas e as pressões inflacionistas decorrentes da conjuntura económica desfavorável, a par da consequente intervenção do Banco Central Europeu (BCE) no sentido da estabilização de preços (o BCE subiu por quatro vezes as taxas directoras em 2006), constituíram factores que, por limitativos ao investimento, podem fornecer alguma fundamentação à evolução negativa da FBCF.

Gráfico n.º 8 - Formação Bruta de Capital Fixo na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A **produtividade**, calculada a partir da relação entre o VAB e a população empregada, é reveladora do dinamismo da economia regional no contexto nacional, com a última informação disponível a indicar o reforço da posição da RAM enquanto segunda região portuguesa com maior produtividade. O índice de produtividade com referência à média nacional que compara, em termos relativos, as regiões portuguesas face à média do país (valor 100 do índice), coloca a Região Autónoma da Madeira 23% acima da média nacional em 2007 (22% em 2006), superada apenas pela Região de Lisboa, que registou um nível de produtividade superior ao valor de referência em 36%, tendo evoluído, contudo, negativamente face ao ano anterior (-1 p.p.). A apreciação da evolução recente deste indicador é consistente com a convicção de que a RAM tem registado um percurso marcado por ganhos assinaláveis de competitividade económica, afirmando-se como uma referência no contexto nacional (vd. Quadro n.º 14).

Quadro n.º 14 - Índice de produtividade (PT=100)

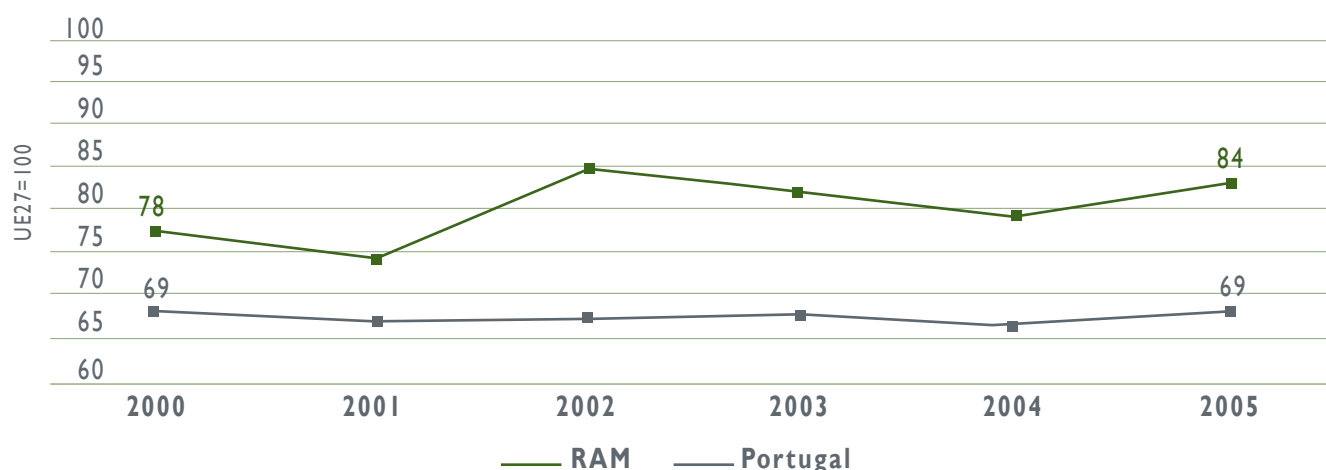
Região	2004	2005	2006	2007p
Norte	81	82	82	82
Centro	80	80	79	80
Lisboa	138	138	137	136
Alentejo	109	108	110	110
Algarve	100	102	103	103
RAA	99	99	101	100
RAM	119	122	122	123

p - valores provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A comparação com a média comunitária comprova, para o período 2000-2005, a recuperação protagonizada pela Região em matéria de produtividade, que se traduziu numa aproximação de 6 p.p. face à média de referência. Por seu turno, Portugal manteve os níveis de produtividade constantes ao longo do período considerado, conforme revela o Gráfico n.º 9.

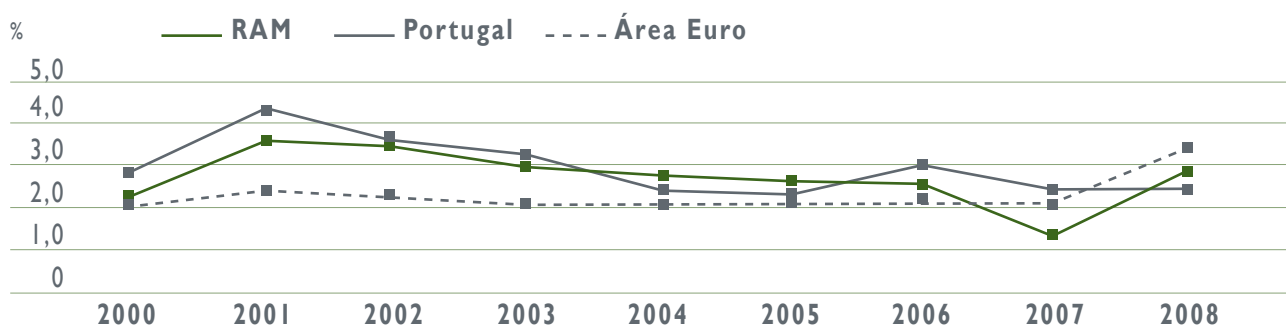
Gráfico n.º 9 - Índice de produtividade (UE27=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A taxa de variação média anual do **Índice de Preços no Consumidor** fixou-se nos 2,8%, em 2008, o que representou um acréscimo de 1,4 p.p. face ao ano anterior. A subida do nível geral de preços ficou a dever--se, essencialmente, aos acentuados aumentos verificados nas componentes “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (6,6%) e “Habitação, água electricidade e gás e outros combustíveis” (5,7%), impulsionadas pelas condições adversas dos mercados internacionais e por conjunturas geopolíticas desfavoráveis que tiveram fortes repercussões no aumento das pressões inflacionistas. O enquadramento externo impulsionou igualmente o nível geral de preços ao nível nacional, com a respectiva taxa de inflação a registar um acréscimo de 0,1 p.p. face ao ano precedente, fixando-se nos 2,6% em 2008. Na Área Euro, a variação assumiu contornos mais significativos, com o índice de preços no consumidor a crescer 1,2 p.p. relativamente a 2007, atingindo os 3,3% em 2008 (vd. Gráfico n.º 10).

Gráfico n.º 10 - Evolução da taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor



Fonte: Eurostat; Instituto Nacional de Estatística

O fluxo de bens e serviços entre a Região e o resto do mundo fornece um enquadramento das relações económicas com o exterior que permite avaliar o grau de abertura e dependência da economia regional face ao exterior e identificar, simultaneamente, os principais mercados fornecedores e receptores desta economia insular.

A última informação relativa ao Comércio Internacional dá conta de uma diminuição da intensidade das trocas comerciais com o exterior. Com efeito, em 2007¹, assistiu-se a uma quebra, tanto das saídas/exportações, como das entradas/importações, que atingiram, face ao ano anterior, os 6,1% e os 22,1%, respectivamente. Em virtude da acentuada quebra das entradas/importações, a Região viu reforçada a taxa de cobertura das importações pelas exportações, que passou dos 34,4% em 2006 para os 41,5% em 2007.

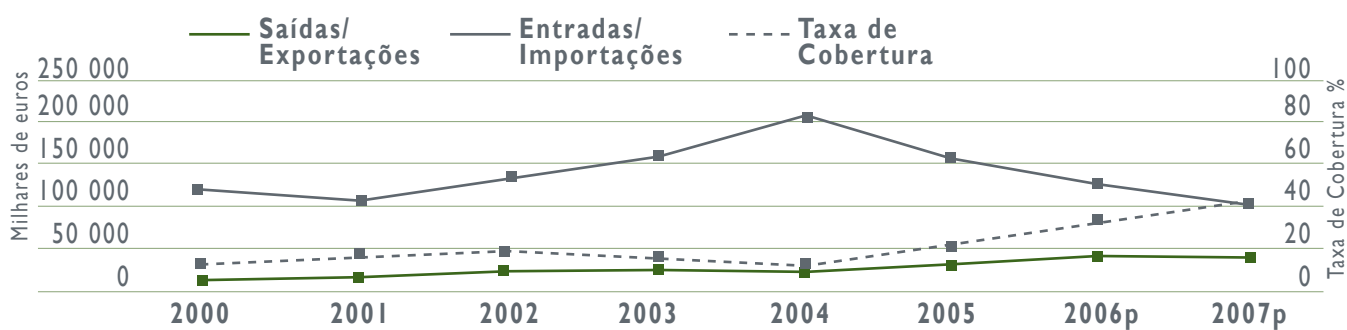
A análise mais fina dos fluxos comerciais com a Região permite identificar o mercado comunitário como um fornecedor de referência para a RAM, tendo sido a origem de 70,1% do total dos bens e serviços adquiridos em 2007, sendo de assinalar, em particular, Espanha e França como os principais fornecedores individuais, uma vez que, em conjunto, constituíram a fonte abastecedora de 41,5% do total das entradas/importações efectuadas pela RAM no ano considerado (32,1% e 9,4%, respectivamente). Por outro lado, a informação relativa às saídas/exportações permite apontar inequivocamente o

1 - Dados provisórios

mercado extracomunitário como o principal destino dos produtos regionais, dado que representaram 66,1% das vendas efectuadas, com Angola e Cabo Verde a constituírem os principais mercados receptores da Região em 2007, abarcando 51,3% do total das saídas/exportações realizadas.

A evolução recente da informação relevante para o comércio internacional deixa transparecer um crescimento sustentado das saídas/exportações regionais, ao mesmo tempo que revela, a partir de 2004, um abrandamento das entradas/importações, com visíveis resultados no reforço da taxa de cobertura das importações pelas exportações. As estatísticas reportadas à Região no domínio do comércio internacional são, por conseguinte, indiciadoras da intensificação da afirmação e da capacidade de internacionalização da economia regional, em especial no contexto extracomunitário (vd. Gráfico n.º 11).

Gráfico 11 – Evolução do comércio internacional da RAM

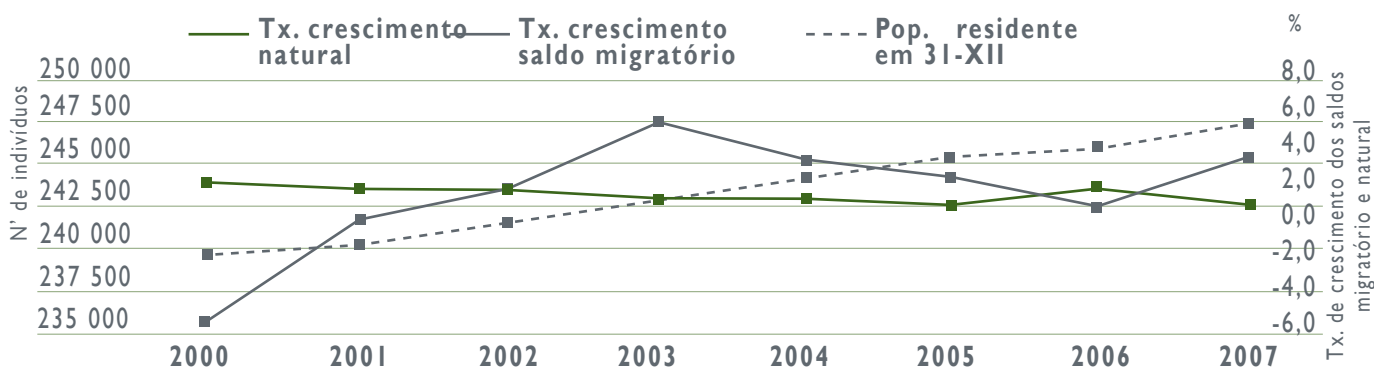


p - valores provisórios

Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

A informação demográfica para a Região, fornecida pelas estimativas intercensitárias 2007² do Instituto Nacional de Estatística, dá conta de uma população residente composta por 246.689 indivíduos, mais 883 do que no ano anterior. A apreciação da dinâmica demográfica fornecida pela evolução recente dos principais indicadores permite constatar, no horizonte 2000-2007, sucessivos aumentos populacionais (a uma taxa média anual de 0,36%), em virtude, por um lado, da estabilização do número de óbitos e, por outro, da consistência da evolução positiva verificada ao nível do saldo migratório, que se apresenta como grande impulsionador do actual dinamismo demográfico que a Região atravessa (vd. Gráfico n.º 12). O saldo natural, por seu turno, tem evidenciado ritmos de crescimento manifestamente reduzidos, pelo que o seu contributo para o acréscimo populacional registado revestiu um carácter meramente residual.

Gráfico 12 – Evolução demográfica na RAM



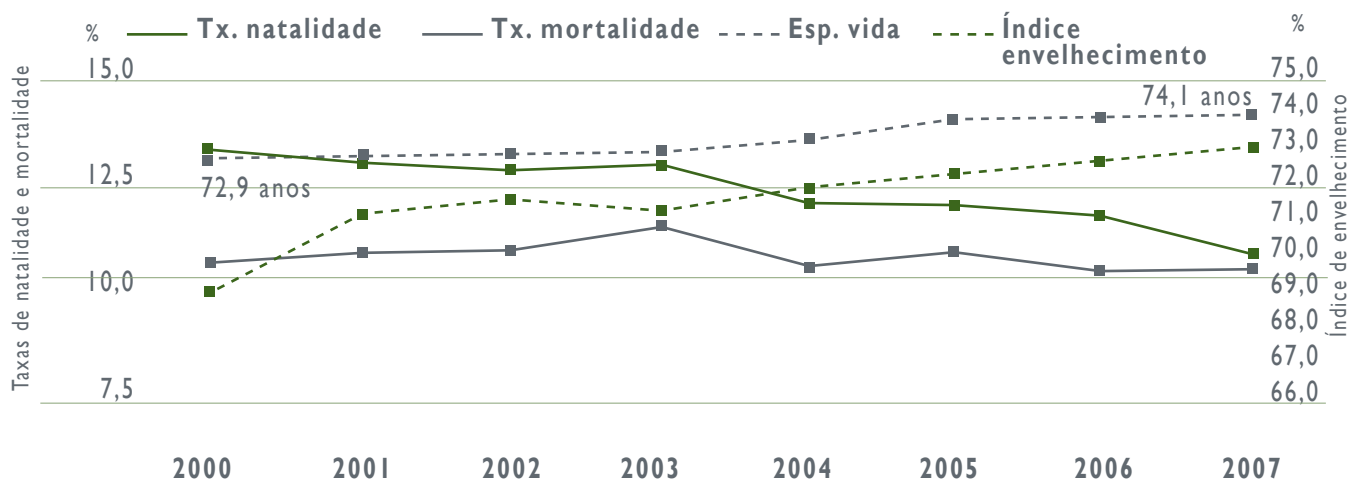
Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Direcção Regional de Estatística da Madeira

O progressivo envelhecimento da população que caracteriza a dinâmica da maioria dos países da Europa é extensivo à Região que, embora com uma estrutura etária relativamente jovem (apenas 13,1% da população tinha 65 ou mais anos em 2007), tem vindo a registar uma diminuição da população pertencente ao escalão etário dos 0 aos 14 anos a um ritmo relativamente acelerado. O abrandamento da taxa de natalidade – que não tem evoluído de forma a garantir a renovação das gerações – e o aumento da longevidade, a que se associam as visíveis melhorias na qualidade de vida da população e os inegáveis progressos ao nível da medicina e dos cuidados de saúde, determinam em grande medida que a relação entre a população idosa e a população jovem – definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65

2 - As estimativas intercensitárias referem-se a 31/XII do ano a que se reportam.

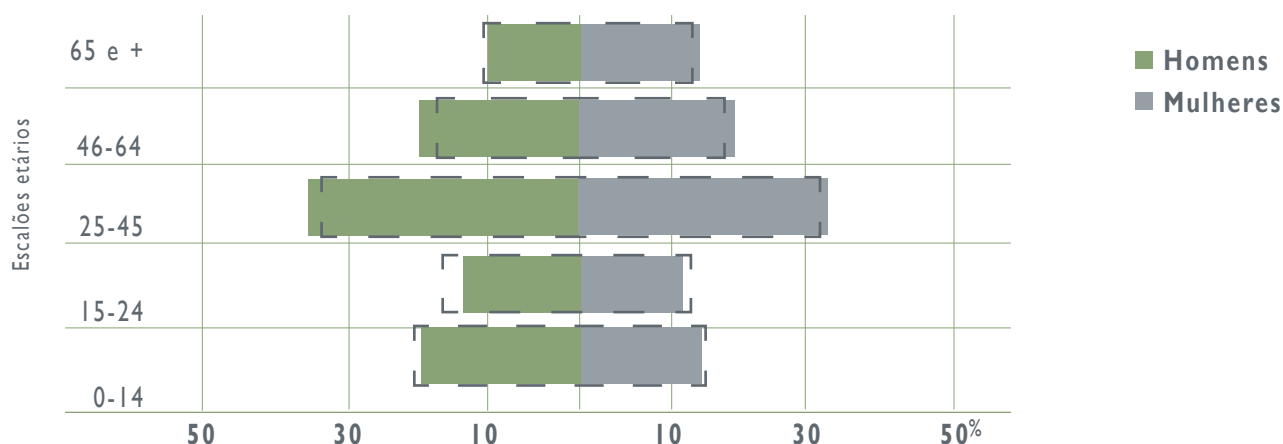
ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos – tenha aumentado em 2007 cerca de 4,2 p.p. face a 2000. O índice de envelhecimento, que utiliza precisamente a relação descrita anteriormente, representava 73,2% na Região em 2007, que compara com os 68,9% em 2000. A figura apresenta as evoluções ocorridas ao nível das taxas de natalidade e de mortalidade e do envelhecimento demográfico, desde 2000, assim como a evolução da esperança média de vida à nascença.

Gráfico n.º 13 - Evolução das taxas de natalidade e mortalidade, do índice de envelhecimento e da esperança média de vida na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Direcção Regional de Estatística da Madeira

Gráfico n.º 14 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários em 2000 e em 2007 a)



a) A tracejado está representada a estrutura demográfica em 2000. As barras reportam-se à informação referente a 2007.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

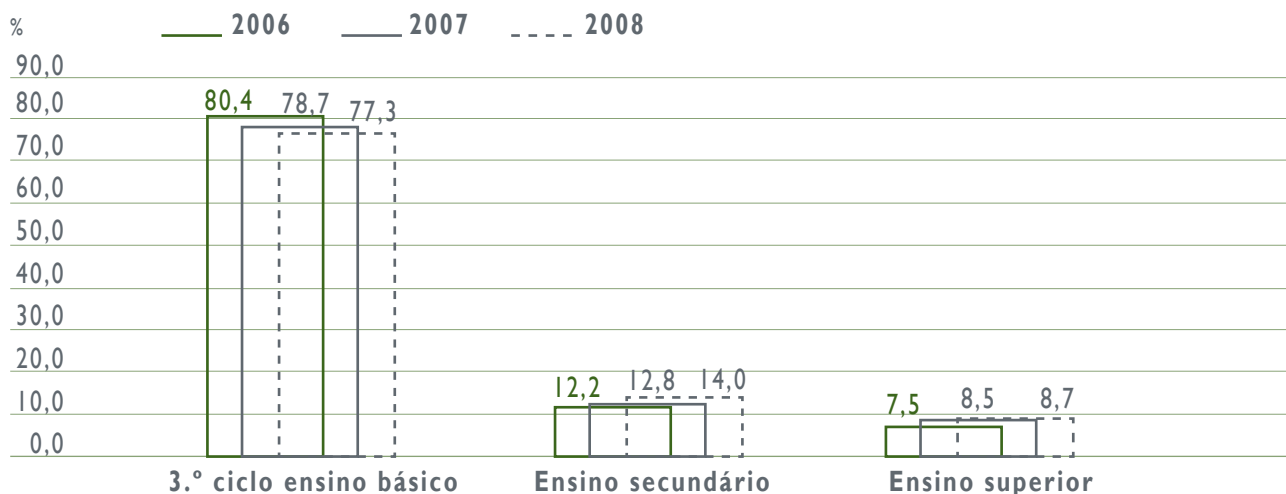
A apreciação da estrutura regional dos escalões etários revela que, entre 2000 e 2007, a população pertencente aos escalões etários mais jovens (entre 0 e 14 e entre 15 e 24 anos) tem vindo a perder peso relativo na população – em 2007, o número de indivíduos pertencentes a estas faixas etárias correspondia a 32,1%, menos 3,6 p.p. do que em 2000. A perda relativa observada foi entretanto absorvida pelas duas faixas etárias seguintes – 25-45 anos (+1,7 p.p) e 45-64 anos (+1,9 p.p.) – que passaram a representar 34,5% e 20,4% da população, respectivamente. O grupo de indivíduos com 65 ou mais anos não registou alterações significativas ao longo do período em apreço (vd. Gráfico n.º 14).

De acordo com a última informação disponível sobre os níveis de **escolaridade da população regional**³, cerca de 77,3% dos indivíduos tinham concluído, até final de 2008, o 3.º ciclo do ensino básico e apenas 22,7% detinham habilitações equivalentes ao secundário (14%) ou superior (8,7%).

3 - Estão considerados os indivíduos com 15 ou mais anos.

Apesar do ainda baixo nível de habilitações registado na RAM, a evolução dos últimos três anos evidencia progressos no sentido da elevação dos níveis de ensino atingidos. Com efeito, em 2006, 80,4% dos indivíduos com 15 ou mais anos detinham habilitações ao nível do 3.º ciclo do ensino básico, mais 3,1 p.p. do que em 2008. Por outro lado, a estrutura da população por níveis de escolaridade completo revela um acréscimo de 1,8 p.p. no número de indivíduos com o ensino secundário completo e uma progressão de 1,2 p.p. no caso da conclusão de instrução de nível superior. O gráfico n.º 15 ilustra o referido.

Gráfico n.º 15 - Estrutura da população por nível de escolaridade completo

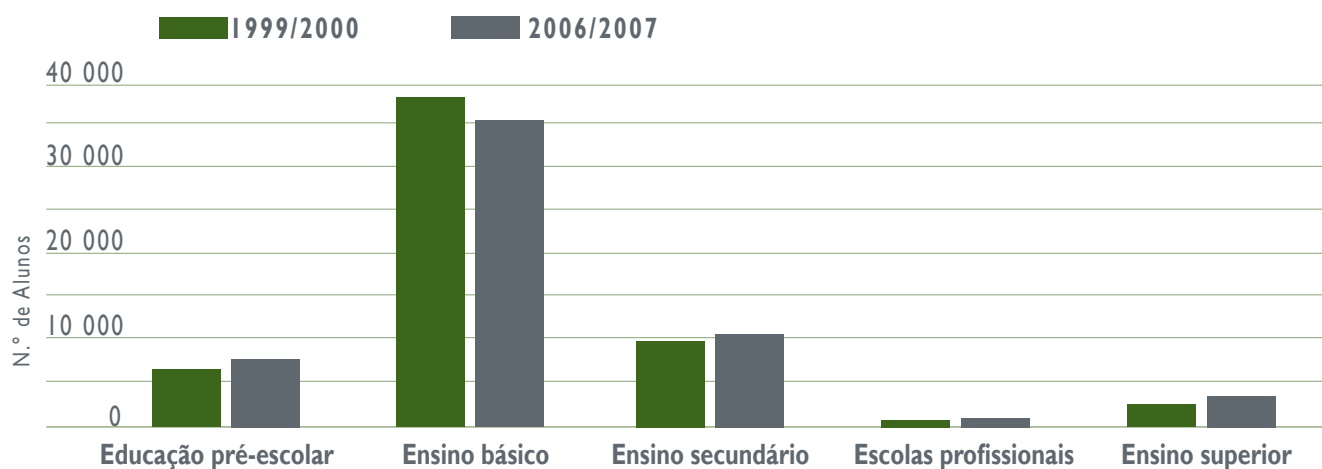


Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

Os indicadores relativos à **educação** são reveladores de uma evolução positiva no domínio do ensino na Região. A apreciação da evolução da dinâmica escolar em termos demográficos permite constatar uma progressão consistente do **número de alunos** nos últimos anos. Com efeito, no ano lectivo 2006/2007, o número de alunos matriculados na Região ascendia a 59.936, mais 1.235 do que em 1999/2000.

A informação relativa aos alunos matriculados por nível de ensino permite inferir que, à excepção do ensino básico, registaram-se acréscimos em todos os níveis de instrução do ensino regular entre 1999/2000 e 2006/2007, destacando-se em particular as evoluções registadas no número de alunos inscritos no ensino superior (41%) e do ensino pré-escolar (19,4%). Por seu turno, o universo de inscritos no ensino básico evoluiu negativamente (-6,7%). A informação relativa ao número de alunos inscritos em escolas profissionais é também reveladora de um aumento assinalável (19,6%). O Gráfico n.º 16 compara a informação reportada ao ano lectivo 1999/2000 com os valores apurados em 2006/2007.

Gráfico n.º 16 - Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da RAM, por nível de ensino, em 1999/2000 e em 2006/2007

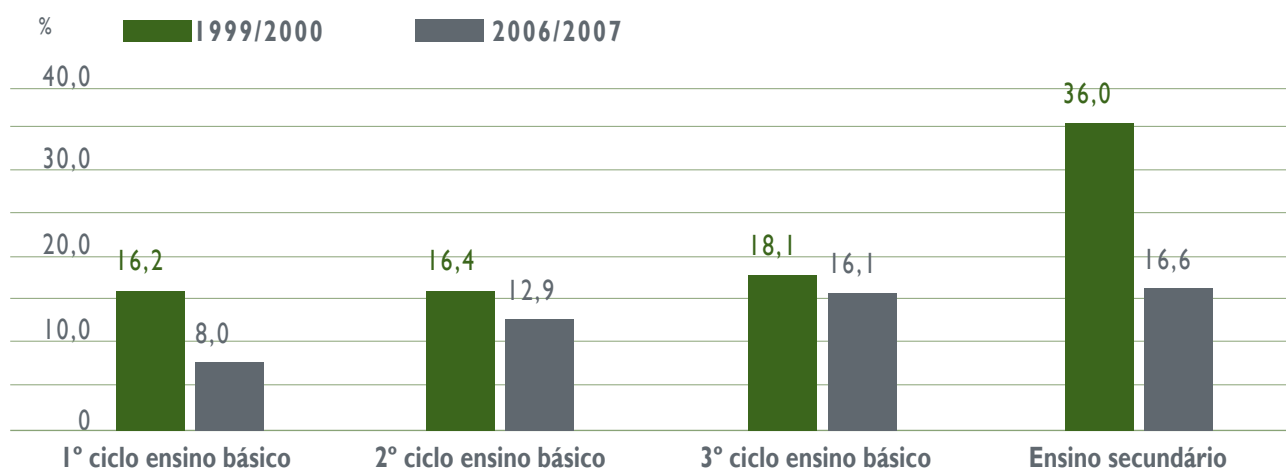


Fonte: Instituto Nacional de Emprego

O corpo **docente** com actividade na Região era composto, em 2006/2007, por 8.055 indivíduos, mais 2.977 do que em 1999/2000. O acréscimo global de 58,6% no pessoal docente que decorre do horizonte temporal considerado reflecte acentuados ritmos de crescimento no número de docentes afectos ao 1.º ciclo do ensino básico (47,5%) e ao pré-escolar (40,7%) e um acréscimo particularmente relevante no número de docentes a leccionar no ensino superior (60,6%). Em termos absolutos, os crescimentos referidos advêm de um aumento de 537 professores do 1.º ciclo e duma ascensão de, respectivamente, 299 e 126 docentes a exercer funções no ensino pré-escolar e superior.

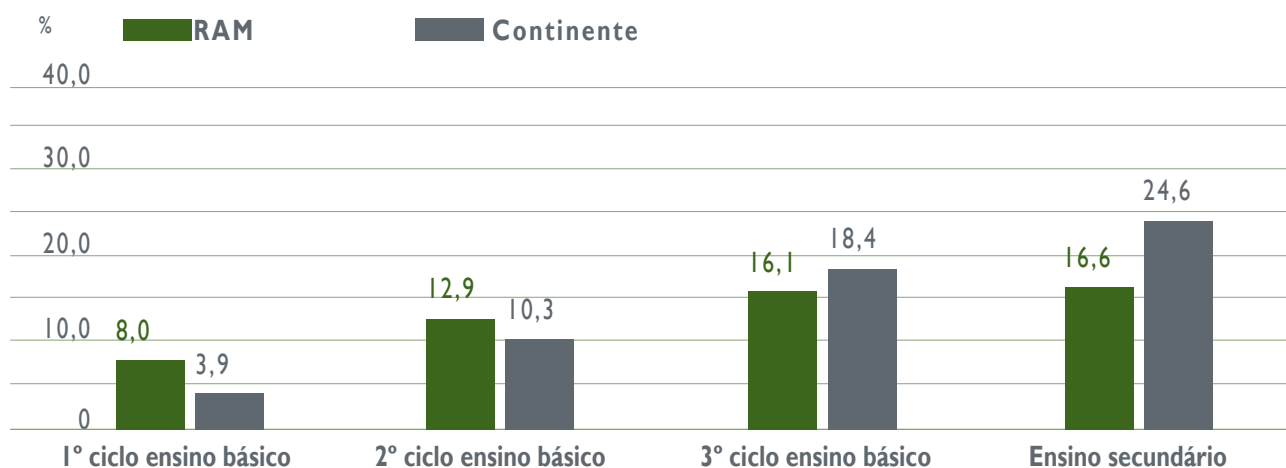
A informação relativa ao **insucesso escolar**, fornecida pelas taxas de retenção⁴, é reveladora de progressos significativos no sentido da erradicação deste problema na Região. Com efeito, entre 1999/2000 e 2006/2007, o indicador baixou em todos os níveis de ensino, assumindo particular relevo as quebras registadas ao nível do ensino secundário (-19,4 p.p.) e no 1.º ciclo do ensino básico (-8,2 p.p.). O Gráfico n.º 17 ilustra as variações nos apuramentos das taxas de retenção por nível de ensino nos anos lectivos de 1999/2000 e de 2006/2007.

Gráfico n.º 17 - Taxas de retenção na RAM, por nível de ensino, em 1999/2000 e em 2006/2007



Fonte: Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos

Gráfico n.º 18 - Taxas de retenção na RAM e no Continente, por nível de ensino, em 2006/2007



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação; Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos

A comparação da realidade regional com o Continente em matéria de insucesso escolar, documentada no Gráfico n.º 18, identifica, por um lado, a necessidade de convergência dos parâmetros regionais aos padrões observados no Continente, no que aos primeiros níveis de ensino diz respeito, e reflecte, por outro, uma situação inversa quando os valores de referência atendem aos níveis de escolaridade mais avançados.

4 - Estão considerados os indivíduos com 15 ou mais anos.

A taxa de escolarização da Região poderá apresentar potenciais desvios à realidade regional em virtude do recurso a fontes de informação distintas⁵. Não obstante, o relevo da informação e a convicção da grande proximidade à realidade determinam a alusão ao indicador em apreço e à sua trajectória nos últimos anos.

A evolução recente da taxa real de escolarização na Região revela o tendencial crescimento do indicador em todos os níveis de ensino considerados. Contudo, a informação denuncia níveis relativamente baixos de escolarização ao nível do secundário (apenas 59% dos residentes com idade de frequentar este nível de ensino encontravam-se, em 2005/2006, efectivamente matriculados). A situação descrita é no entanto extensiva ao Continente, que, em 2003/2004, registou uma taxa real de escolarização de 59,8% no ensino secundário, conforme demonstra o Quadro n.º 15.

Quadro n.º 15 - Taxas de escolarização na RAM e no Continente, por nível de ensino

Nível de ensino	1999/00	2000/01	2001/02	2003/04	2004/05	2005/06
(%)						
RAM						
Pré-escolar	76,5	79,3	81,3	82,3	84,4	83,5
1º ciclo ensino básico	111,7	112,8	112,8	112	112,8	113,6
2º ciclo ensino básico	78,8	76,9	77,5	79,7	84,7	85,5
3º ciclo ensino básico	73,9	74,7	76	74,7	75,8	79,1
Secundário	51,5	49,7	49,9	51,3	55,4	59,9
Continente						
Pré-escolar	71,6	75,4	76,9	76,9	nd	nd
1º ciclo ensino básico	100,0	100,0	100,0	100,0	nd	nd
2º ciclo ensino básico	88,2	87,9	86,7	87,3	nd	nd
3º ciclo ensino básico	84,8	87,6	84,9	83,2	nd	nd
Secundário	58,8	62,5	59,7	58,9	nd	nd

Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação; Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos

A aprendizagem ao longo da vida desempenha um papel determinante na qualificação dos indivíduos, contribui para a elevação dos níveis de desempenho e concorre para a empregabilidade. Numa sociedade dinâmica e em constante mutação, a formação ao longo da vida assume acrescido relevo na capacidade de adaptação e apresenta-se como um pilar fundamental para a competitividade económica regional.

De acordo com o 1.º Inquérito à educação e formação de adultos⁶, realizado no final de 2007 pelo INE, apenas 30,9% dos adultos portugueses participaram, ao longo de 2007, em pelo menos uma actividade de aprendizagem formal⁷ ou não formal⁸.

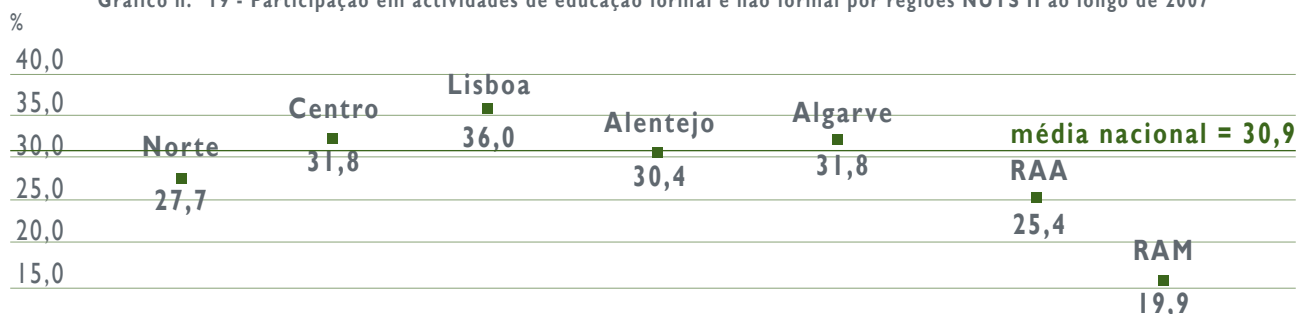
5 - A taxa de escolarização compreende a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários. No caso particular da RAM, o número de alunos matriculados por nível de ensino é apurado pela DRPRE. Contudo, a população residente por níveis etários é estimado pelo INE, o que pode originar algumas imprecisões nos resultados.

6 - Indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos.

7 - A aprendizagem formal corresponde à educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

8 - A aprendizagem não formal diz respeito à formação que decorre normalmente em estruturas institucionais, devendo conferir um certificado de frequência de curso. Esta certificação não é, normalmente, reconhecida pelas autoridades nacionais, não permitindo a progressão na sucessão hierárquica de níveis de educação e formação.

Gráfico n.º 19 - Participação em actividades de educação formal e não formal por regiões NUTS II ao longo de 2007



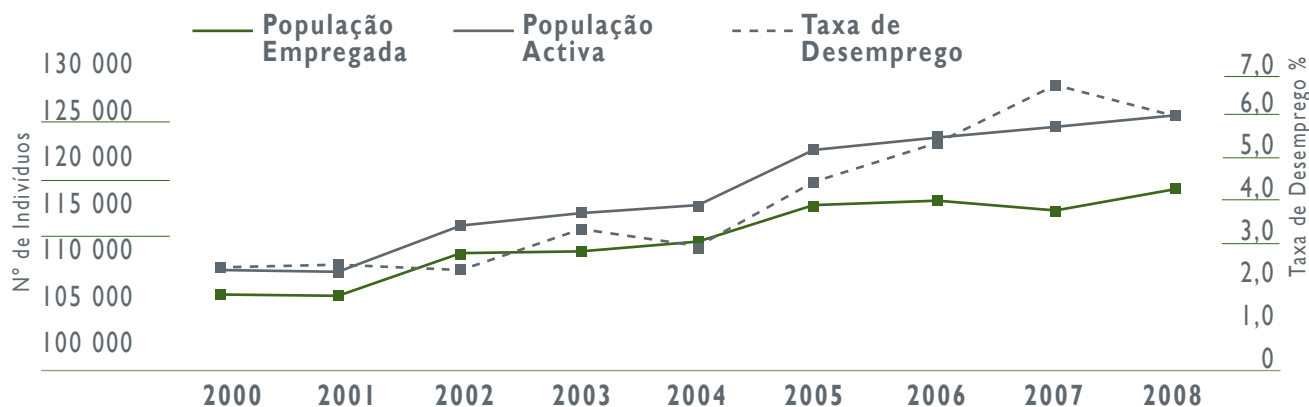
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Os dados relativos ao **emprego** assinalam um total de 118.499 indivíduos empregados em 2008, mais 2.036 do que no ano anterior, revelando uma particular capacidade de economia regional para manter uma taxa de actividade elevada, próxima da média nacional. Este dinamismo empregador é fortemente tributário do emprego nas entidades do sector público regional e das actividades do terciário de natureza social e económica, destacando-se neste último, as actividades da imobiliária turística, as actividades financeiras, o comércio por grosso e a retalho e os serviços de apoio às empresas.

A dinâmica do mercado de trabalho em 2008 é reveladora da evolução anual positiva das principais componentes que influenciam o panorama do emprego.

Com efeito, o mercado foi capaz de absorver o total do acréscimo de população activa (0,9%) e parte do universo de desempregados, donde resultou uma redução da taxa de desemprego em 0,8 p.p. face a 2007, que estabilizou nos 6%. No entanto, uma apreciação mais fina do desemprego permite constatar que é no sexo feminino que a taxa atinge proporções mais elevadas (6,3%), apresentando um hiato de 0,6 p.p. relativamente à taxa de desemprego no sexo masculino no ano de 2008. O Gráfico n.º 20 apõe a evolução das principais variáveis capazes de influenciar o mercado de trabalho regional.

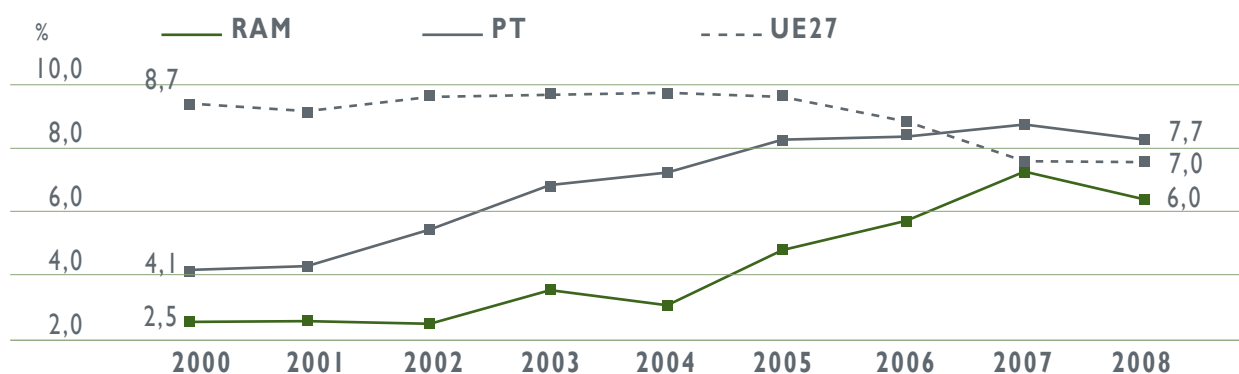
Gráfico n.º 20 - Evolução das principais componentes do mercado de trabalho na RAM



Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

Apesar dos acréscimos na taxa de desemprego dos últimos anos na RAM (que ficou a dever-se essencialmente a aumentos acentuados da população activa), é possível constatar que a economia regional tem conseguido manter os níveis de desemprego em patamares inferiores aos registados na União Europeia e em Portugal, conforme demonstra o diferencial entre as taxas de desemprego da Região, de Portugal e da UE27, patente no Gráfico n.º 21. Não obstante a ligeira inflexão da taxa de desemprego em 2008, será de esperar um acréscimo deste indicador no ano de 2009, em virtude dos impactos negativos da crise financeira na economia real.

Gráfico n.º 21 - Evolução da taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na UE27



Fonte: Eurostat; Direcção Regional de Estatística da Madeira

A síntese dos indicadores do Mercado de Emprego, tomando como referência os dados do desemprego registado, permite caracterizar sucintamente, a evolução do sistema de emprego regional, centrada nos principais atributos de um segmento importante dos destinatários-alvo das acções FSE (os desempregados), intervenções enquadradas, sobretudo, pelo Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social do Programa Rumos:

- crescimento absoluto dos pedidos de emprego entre Dezembro de 2007 e Dezembro de 2008 (+ 529 inscritos, correspondendo a um aumento de 6%); trata-se de um desemprego em que predominam os homens – aliás, naquele período, decresceu o desemprego feminino - e os adultos, com tendência para acentuar o respectivo peso destes no conjunto do desemprego registado;
- redução ligeira da incidência do desemprego de longa duração (-2,5 pontos percentuais), sobretudo, fruto de uma maior rotação dos empregos femininos;
- a procura de 1º emprego sofreu uma ligeira redução entre 2007 e 2008, reflectindo uma maior retenção nos subsistemas de formação inicial, favorecida pelas dinâmicas dos percursos alternativos disponíveis, enquadrados pelas medidas de educação e formação profissional financiadas pelos fundos estruturais;
- no final de 2008, cerca de 60% dos desempregados inscritos tinham habilitações inferiores ao 3º ciclo, enquanto apenas 7,2% detinham as habilitações médias e superiores;
- as alterações ao nível das habilitações escolares são pouco significativas, ainda que se observe uma tendência para o aumento dos desempregados jovens licenciados (variação homóloga mais expressiva).

Quadro n.º 16 - Indicadores do Mercado de Emprego - Variação homóloga Dezembro 2007 - Dezembro 2008

	Variação %
Desemprego registado	6,0
Homens	16,2
Mulheres	-4,7
Jovens	4,4
Homens	17,3
Mulheres	-4,9
Adultos	6,4
Homens	16,0
Mulheres	-4,7
Desempregados de Curta Duração	10,1
Homens	18,6
Mulheres	1,0
Desempregados de Longa Duração	-2,2
Homens	11,2
Mulheres	-15,9
Primeiro Emprego	-8,4
Novo Emprego	7,6
Nível de Instrução	
<1º Ciclo Ensino Básico	9,7
1º Ciclo Ensino Básico	8,4
2º Ciclo Ensino Básico	1,8
3º Ciclo Ensino Básico	4,9
Ensino Secundário	6,0
Ensino Médio - Bacharelato	-22,0
Ensino Superior - Licenciatura	10,2

Fonte: Instituto Regional de Emprego (www.ire.gov.pt).

A evolução do desemprego registado deve ser adequadamente monitorizada face às perspectivas de crescimento do desemprego nas actividades da imobiliária turística e a processos de reestruturação empresarial e de actividades em curso, mas face, também, ao reduzido dinamismo de investimento regional que tenderá a reflectir-se no crescimento da procura do 1º emprego.

Mudanças no contexto da implementação do Programa

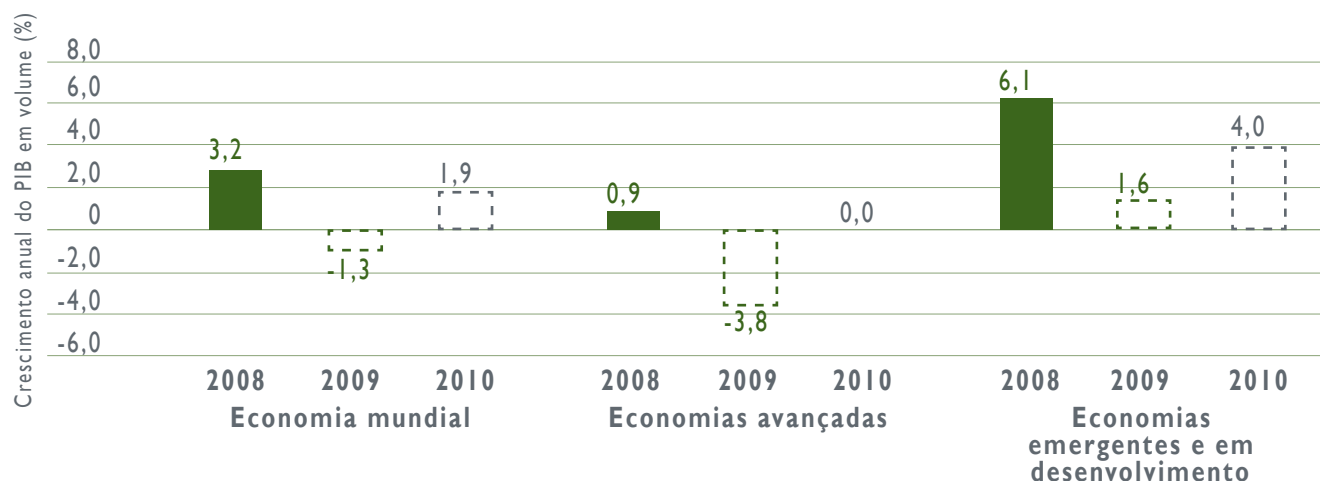
As recentes alterações na conjuntura económica internacional, actualmente marcada por uma forte crise nos mercados financeiros – cujos efeitos se fazem sentir já de forma profunda na economia real – não se encontram retratadas na informação socioeconómica analisada nesta secção, dado o diferimento dos indicadores considerados, em particular os que reflectem a realidade económica regional. Contudo, a amplitude global da crise e a profundidade dos seus efeitos justificam, com base no desempenho económico esperado para a economia mundial e para as principais economias avançadas, a avaliação das ameaças e dos riscos para a economia regional no futuro próximo.

A economia regional, condicionada pela sua natureza ultraperiférica e pela grande abertura ao exterior que as suas características próprias impõem, encontra-se particularmente vulnerável a choques externos adversos e a conjunturas internacionais desfavoráveis. Neste enquadramento, será pertinente referir as perspectivas de crescimento económico global para os próximos anos, assim como as previsões de evolução das principais economias avançadas e, bem assim, da economia nacional, por constituírem cenários indicativos para o desempenho económico regional nos próximos anos.

A profundidade da crise nos mercados financeiros internacionais é ainda desconhecida em toda a sua extensão e, por esta via, não é ainda totalmente líquido o impacto potencial dos efeitos na economia real, cuja intensidade dependerá de intervenções públicas firmes e concertadas no combate à conjuntura internacional desfavorável que marca a actualidade. Não obstante o elevado grau de incerteza associado às previsões efectuadas, as projecções para a economia mundial em 2009 apontam para o pior desempenho económico de que há memória desde a Segunda Guerra Mundial, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a prever uma quebra do produto em 1,3% (que contrasta com um crescimento de 3,2% em 2008). A recuperação deverá ter início já em 2010, ainda que de forma moderada, com as expectativas de crescimento económico a não ultrapassarem os 1,9%.

As perspectivas do FMI para as economias avançadas em 2009 reflectem uma contracção do PIB em 3,8%, sucedendo um acréscimo já de si moderado em 2008 (0,9%). Por seu turno, as expectativas de crescimento para os mercados emergentes em 2009 apontam para um forte abrandamento da actividade económica, que, não obstante, se deverá manter em terrenos positivos (1,6%). Efectivamente, apesar do comportamento aparentemente saudável da actividade nos mercados emergentes, a evolução prevista deverá materializar-se num acréscimo manifestamente abaixo do registado no ano de 2008 (6,1%). Em 2010, o panorama económico deverá melhorar ligeiramente, sendo expectável um certo revigoramento por parte dos mercados emergentes, com o PIB a crescer 4%. Por sua vez, nas economias avançadas, adivinha-se um crescimento nulo da actividade. O Gráfico n.º 22 compara a taxa de crescimento do PIB em 2008 com a esperada em 2009 e 2010 das economias mundial, avançadas e emergentes.

Gráfico n.º 22 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)



a) A tracejado estão representadas as projecções do FMI para 2009 e 2010. As barras indicam a evolução económica registada em 2008.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Gráfico n.º 23 - Evolução e previsões de crescimento económico para 2008, 2009 e 2010 a)



a) A tracejado estão representadas as projecções do FMI para 2009 e 2010. As barras indicam a evolução económica registada em 2008.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

A apreciação mais detalhada das projecções do FMI revela contracções significativas nas **principais** economias avançadas em 2009, destacando-se, em particular, a forte recessão esperada no Japão (-6,2%), na Alemanha (-5,6%) e no Reino Unido (-4,1%). Os Estados Unidos da América (EUA) deverão acompanhar a tendência de recessão das principais economias do mundo, conforme revelam as expectativas de evolução do produto de -3,8% em 2009. Em linha com o ciclo de recessão, a Área Euro deverá recuar, no seu conjunto, 4,2% ao longo do corrente ano. Em 2010, antevê-se a manutenção da tendência decrescente do produto, em especial na Área Euro, que deverá manter-se em terrenos negativos (-0,4%). O crescimento económico dos EUA deverá ser nulo e o Japão deverá recuperar de forma muito ligeira (0,5%). O Reino Unido e a Alemanha deverão progredir em linha com o esperado para o conjunto da Área Euro, com os respectivos produtos a evoluírem -0,4% e -1% em 2010. O Gráfico n.º 23 revela a evolução do PIB em 2008 e apresenta as expectativas de crescimento na Área Euro, no Japão e nos EUA para 2009 e 2010.

As previsões para a **economia portuguesa** seguem também pouco animadoras, com as últimas estimativas do Banco de Portugal a apontarem para a estagnação da actividade em 2008 e as projecções para os anos de 2009 e 2010 a denunciarem uma evolução coerente com as expectativas para as principais economias avançadas, materializadas numa contracção de 3,5% em 2009 e numa ligeira recuperação em 2010, que não deverá ultrapassar os 0,3%.

Ao nível concreto da Região, de referir que os efeitos nefastos da conjuntura adversa, alimentada pela crise financeira, induzem impactos negativos na economia real, e em particular no desempenho do tecido empresarial – seja pela acrescida dificuldade de acesso ao financiamento, seja pelo abrandamento da procura externa e interna – com óbvias consequências no domínio do emprego. Além do referido, o clima de desconfiança que marca o espírito dos agentes económicos propicia o adiamento de decisões de consumo e de investimento que minam as perspectivas de recuperação económica. O carácter global da crise e os profundos efeitos na economia real constituem pois as principais ameaças ao desempenho económico do País e da Região, que sentirão, forçosamente, os efeitos dos choques externos associados à conjuntura que marca a actualidade.

As incertezas em torno da actual crise, designadamente no que se refere à magnitude e persistência do abrandamento da economia mundial, a par das dúvidas sobre a eficácia das medidas para reverter a actual conjuntura, envolvem as actuais projecções num elevado grau de falibilidade, pelo que será de admitir, no futuro, revisões de crescimento económico em baixa, o que, a suceder, agravará ainda mais as expectativas de crescimento da economia nacional e, em particular, da Região.

As alterações ao nível da implementação do Programa tiveram - e continuarão a ter nos tempos mais próximos - impactos directos sobre a execução do Programa, por afectarem indiscriminadamente todos os sectores de actividade económica, o que induz constrangimentos de carácter transversal no contexto da execução do Programa, para além de que imprime uma pressão de cariz psicológico sobre os operadores económicos, com reflexos extremamente negativos ao nível do emprego e do mercado de trabalho em geral.

A crise financeira global começa assim a exercer uma influência cada vez mais acentuada, nomeadamente no que concerne

à dinâmica do Programa, o que implicou alguns ajustamentos nas prioridades relativas aos apoios mais directos no âmbito das políticas de âmbito social.

Destaca-se assim como medidas já implementadas em 2008 para contrariar a crise económica actual, traduzida num aumento do desemprego da Região, em particular do desemprego registado, o reforço da formação para desempregados (Eixo I), ajustamento esse que se manterá para o ano de 2009, nomeadamente para as tipologias associadas à formação de adultos desempregados, e em concreto ao nível da formação modular e dos cursos de educação e formação de adultos.

No âmbito do emprego, tem sido dada particular atenção aos projectos que facilitem a inserção no mercado de trabalho, nomeadamente através de estágios, programas ocupacionais, apoios à criação de emprego, procurando-se também estimular a vertente de criação do próprio emprego, através de projectos que fomentem o empreendedorismo.

Com as perspectivas de agravamento da crise para o próximo ano, procurar-se-á manter esta dinâmica no contexto do quadro de apoios acima referido, por forma a permitir esbater ao máximo os aspectos negativos que esta situação induz, mas fundamentalmente espera-se que as medidas tomadas, bem como o seu reforço em 2009, venham a constituir elemento determinante para uma estruturação mais consistente do mercado de trabalho da Região.

Legislação produzida

A alteração da envolvente socioeconómica teve consequências ao nível das medidas adoptadas no plano comunitário e nacional.

No que respeita aos domínios de intervenção do Programa, os fundos comunitários desempenham uma função relativamente relevante, no contexto da actual crise, para apoiar e complementar as medidas anti-crise na área do emprego e da formação que, se perspectivam, serão tomadas em 2009 e anos subsequentes.

Em 2008 foram definidas diversas medidas ao nível comunitário e nacional, cuja operacionalização se perspectiva ser regulamentada em 2009.

Refere-se de seguida a legislação produzida no ano de 2008, com efeitos directos sobre o Programa:

- Portaria n.º 80/2008, que define as condições de funcionamento dos cursos de educação e formação de adultos na Região, adiante designados por Cursos EFA, e das formações modulares, publicada no JORAM, I S, n.º 77, de 27 de Junho;
- Rectificação à Portaria n.º 80/2008, de 27 de Junho que se encontra publicada no JORAM, I Série, n.º 77, de 27 de Junho, publicada no JORAM IS, n.º 101 de 13 de Agosto;
- Portaria n.º 194/2008, que procede à alteração do o artigo 3.º da Portaria n.º 80/2008, de 27 de Junho, publicada no JORAM, IS, Suplemento, n.º 139, de 3 de Novembro;
- Portaria 60/2008 de 15 de Maio que regulamenta o acesso aos estágios profissionais no âmbito do PE – Europa;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos;
- Resolução n.º 361/2008, de 21 de Abril, do JORAM, Série II – n.º 43 que aprova orientações gerais de informação e comunicação dos PO Regionais;
- Decreto-Lei n.º 74/2008, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais (DR, SÉRIE I, n.º 79, de 22 de Abril);
- Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2008/M, de 2 de Julho - Aprova os Estatutos do Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Regulamento (CE) n.º 800/2008, da Comissão, de 6 de Agosto – Regulamento geral de isenções por categoria em matéria de auxílios de estado;
- Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto - Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- Portaria n.º 191/2008, de 24 de Outubro, aprova a organização interna do Instituto de Desenvolvimento Regional.

Para além da legislação produzida no ano, é de realçar a legislação existente de apoio às sub-tipologias do Eixo II, que se materializam em medidas de emprego objecto de diversos diplomas regionais, com influência na execução do Programa, nomeadamente:

- Portaria n.º 53/2003, publicada no JORAM n.º 50, I Série de 13 de Maio – Estágios Profissionais;
- Portaria n.º 94/2001, publicada no JORAM n.º 96, I Série de 20 de Agosto e Portaria n.º 64/2006 publicada no JORAM n.º 68, II Série de 06 de Junho – Apoio à Contratação;
- Portaria 101/2001, publicada no JORAM n.º 88, I Série, 6 de Setembro e Portaria n.º 57-A/2007 publicada no JORAM n.º 47, II Série de 31 de Maio – Criação do Próprio Emprego por Beneficiários das Prestações de Desemprego;
- Portaria n.º 156/2002, de 4 de Outubro de 2002, publicada no JORAM, I Série, n.º 116, Portaria n.º 57-A/2007 publicada no JORAM n.º 47, II Série de 31 de Maio e Portaria n.º 64/2006 publicada no JORAM n.º 68, II Série de 06 de Junho – Iniciativas Locais de Emprego;
- Portaria n.º 184/2004 de 06 de Outubro, publicada no JORAM, I Série, n.º 118 – Formação -Emprego;
- Portaria n.º 177/2002, publicada no JORAM n.º 139, I Série, de 20 de Novembro – Vida e Trabalho;
- Despacho do Secretário Regional dos Recursos Humanos, publicado no JORAM n.º 185, II Série, de 25 de Setembro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º I-A/99 do Secretário Regional dos Recursos Humanos, publicado no JORAM n.º 65, II Série de 5 de Abril e Portaria n.º 57-A/2007 publicada no JORAM n.º 47, II Série de 31 de Maio – Apoio à Criação do Próprio Emprego;
- Portaria n.º 164/2003 de 2 de Dezembro; publicada no JORAM, I Série, n.º 137; Portaria n.º 57-A/2007 publicada no JORAM n.º 47, II Série de 31 de Maio e Portaria n.º 4/2008, publicada no JORAM n.º 7, I Série de 22 de Janeiro – Empresas de Inserção;
- Portaria n.º 82/2003 de 18 de Junho, publicada no JORAM, I Série, n.º 79 – Programa Ocupacional de Desempregados;
- Portaria n.º 119/2007 de 9 de Novembro de 2007, publicada no JORAM, I Série, n.º 107 – Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados.
- Despacho Normativo n.º 4/96, publicado no JORAM n.º 22, I Série, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo 6/99 publicado no JORAM n.º 67, I Série, de 25 de Julho – Clubes de Emprego;

Destacam-se ainda documentos orientadores com influência na execução do Programa, em concreto, os da responsabilidade do Observatório do QREN: “Orientações gerais para a implementação dos Planos de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais” e “Orientações para a Estratégia Global de Comunicação do QREN 2007-2013”, os quais foram de grande relevância para a implementação das funções Avaliação e Informação e Publicidade cometidas à AG do Programa.

Importa ainda referenciar a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN (CMC QREN), de 15 de Outubro de 2008, relativa à simplificação dos procedimentos de financiamento público de projectos.

2.5. Complementaridade com outros instrumentos

A forma de concepção e de estruturação dos Programas Operacionais (PO) relevantes para a RAM para 2007-2013 dispensa a utilização, no quadro do Programa Rumos, do mecanismo de flexibilidade estabelecido no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, com excepção do Eixo VI - Assistência Técnica (vd. Informação sobre a repartição da utilização do Fundo), contudo no âmbito da intervenção do FSE o Programa prevê a sua acção complementar acções desenvolvidas no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial (Programa Intervir+), co-financiado pelo FEDER.

São exemplos das sinergias e complementaridades alcançadas entre as operações co-financiadas pelo Programa Rumos e pelo Programa Intervir+, as candidaturas aprovadas no Eixo I, especialmente a relativas às vertentes de intervenção “Qualificação inicial” e “Formação Avançada”, e as candidaturas aprovadas no Eixo II, em particular na vertente de intervenção “Apoio ao Emprego”.

Dirigido a complementar e a propiciar o desenvolvimento de sinergias com as actuações que serão concretizadas no quadro dos Programas Operacionais co-financiados pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu para as Pescas (FEP), o apoio do FSE ao desenvolvimento rural e às pescas visa essencialmente assegurar a criação ou o reforço das condições envolventes que propiciem a maximização das respectivas potencialidades de desenvolvimento.

Neste sentido, em 2008 iniciaram-se os trabalhos de elaboração do protocolo a celebrar entre as Autoridades de Gestão do Programa Rumos e do Programa Operacional Regional co-financiado pelo FEADER, onde serão estabelecidos os mecanismos e procedimentos a implementar para evitar a sobreposição de operações e financiamentos entre os respectivos Programas.

Os trabalhos similares relativos ao protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa Rumos e do Programa Operacional co-financiado pelo FEP em 2008 ainda não tinham sido iniciados.

2.6. Modalidades de acompanhamento

2.6.1. Actividades de Gestão

Governança do Programa

A governação do PO compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento de acordo com o artigo nº 35 do Decreto-Lei nº. 312/2007 de 17 de Setembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 74/2008, de 22 de Abril, e tendo em conta também o Decreto Legislativo Regional nº 20/2007/M de 27 de Novembro onde se define o modelo de governação dos programas operacionais regionais e a articulação com os demais financiamentos com origem na União Europeia de que seja beneficiária a Região.

A Autoridade de Gestão do Programa Rumos é exercida pelo Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, a quem compete assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa de acordo com o princípio da boa gestão financeira.

Em 2008, encontravam-se associados à Gestão do Programa dois Organismos Intermédios, a Direcção Regional de Qualificação Profissional, para a prática de actos no âmbito do Eixo I – Educação e Formação, e o Instituto Regional de Emprego, para a prática de actos no âmbito da sub-tipologia “Integração Sócio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência” do Eixo II – Emprego e Coesão Social.

A Direcção Regional de Qualificação Profissional da Região Autónoma da Madeira é um serviço simples da administração regional dotado de autonomia administrativa, criado com o fim específico de promover a execução da política regional definida pelo Governo Regional da Madeira para o sector da formação profissional.

O Instituto Regional de Emprego da Região Autónoma da Madeira é um Instituto Público, criado com o fim específico de conceber, definir e promover a Política de Emprego na Região.

Considerando que o IDR não detém experiência directa na gestão de projectos e políticas de emprego e na gestão de operações no âmbito de programas financiados pelo Fundo Social Europeu, esta delegação assegura mais valias na gestão das operações a financiar que não seriam obtidas caso a Autoridade de Gestão mantivesse para si os poderes delegados.

A gestão do Programa Rumos integra neste novo período de programação, a figura do Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP), conforme previsto no Artigo nº. 65 do Decreto Legislativo nº. 321/2007, de 17 de Setembro. Assim, é considerado BREPP, o Instituto Regional de Emprego, beneficiário do Programa, para a generalidade das tipologias do Eixo II com excepção da tipologia “Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho”. A gestão destas operações é assegurada pela Estrutura de Apoio Técnico da Autoridade de Gestão.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios, evidenciadas nos contratos de delegação de competências, resumem-se às actividades relacionadas com a recepção, análise de candidaturas e contratação do financiamento, verificações administrativas e no local, sendo esta última apenas adstrita ao IRE, bem como com a recepção, análise de pedidos de pagamentos e pagamento do financiamento ao beneficiário final. Os organismos intermédios prestam à AG toda a informação necessária para o desempenho das actividades.

A Comissão Europeia ao não validar a conformidade do Sistema de Gestão e Controlo quanto ao OI-IRE, gerou algumas indefinições quanto ao seu estatuto, sendo que serão adaptadas as necessárias alterações à delegação de competência efectuada com este Organismo (matéria desenvolvida em ponto específico relativo ao processo de descrição do Sistema de Gestão e Controlo - SGC).

No exercício das suas funções, a AG é assistida por uma Unidade de Gestão (UG) que, exercendo funções consultivas, emite em particular pareceres não vinculativos sobre as candidaturas apresentadas.

Com a aprovação do Regulamento Interno da UG, que aconteceu em Fevereiro de 2008, estavam reunidas as condições necessárias para que os membros da UG pudessem iniciar os trabalhos. Neste sentido, os membros da UG foram chamados a emitir pareceres sobre as candidaturas apresentadas, bem como, sobre determinados dispositivos de implementação do Programa (de que foi exemplo o Projecto de Portaria Conjunta dos Secretários Regionais de Educação e Cultura e do Plano e Finanças, relativo aos regimes de apoio no âmbito da tipologia de intervenção 1.2.6 – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências). Aos membros da UG é sempre apresentada informação sobre a situação financeira do Programa e a sua contribuição para a Estratégia de Lisboa (earmarking).

Quadro n.º 17 - Unidade de Gestão

Unidade de Gestão	Data	Assuntos relevantes
1ª Reunião	28.02.2008	Apreciação de candidaturas Eixo II
2ª Reunião	04.04.2008	Apreciação de candidaturas Eixo I, II e III
3ª Reunião	27.06.2008	Apreciação de Candidaturas Eixo I
4ª Reunião	26.08.2009	Apreciação de Candidaturas Eixo I e II Parecer sobre a proposta de projecto de Portaria Conjunta dos Secretários Regionais da Educação e Cultura e do Plano e Finanças, relativo aos Regimes de Apoio no âmbito da Tipologia de Intervenção 1.2.6 – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
5ª Reunião	25.11.2008	Apreciação de Candidaturas Eixo I

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Nestas reuniões da Unidade de Gestão, a AG faz ainda um ponto de situação das actividades da gestão e em particular, do estado de implementação do Programa. Dos assuntos mais relevantes em 2008 trazidos a este fórum, destacam-se o estado de elaboração do Plano de Comunicação, da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e respectivas missões das Autoridades Nacionais, do Plano de Avaliação do Programa e do QREN, da legislação aplicável ao Programa e por fim a participação da Autoridade de Gestão em comités ou outros órgãos do QREN, de que são exemplo a participação nas Redes de Interlocutores de Comunicação e de Avaliação, bem como na Comissão Técnica de Coordenação do QREN (CTC QREN), nos termos previstos no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

As candidaturas apreciadas foram submetidas ao procedimento de audiência prévia e posteriormente aprovadas pela Autoridade de Gestão e homologadas pelo Secretário Regional da respectiva tutela.

Relativamente ao acompanhamento do Programa, este é assegurado pela Comissão de Acompanhamento onde conta com a participação dos municípios, parceiros económicos e sociais, sendo responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as comissões de acompanhamento.

A Comissão Governamental de Orientação (CGO) do Programa Rumos funciona no âmbito do Conselho de Governo da RAM e é o órgão de direcção política e estratégica de governação do Programa. No âmbito das suas competências, no ano 2008 a CGO emitiu parecer sobre as matérias apresentadas no Quadro n.º 18.

Quadro n.º 18 - Comissão Governamental de Orientação

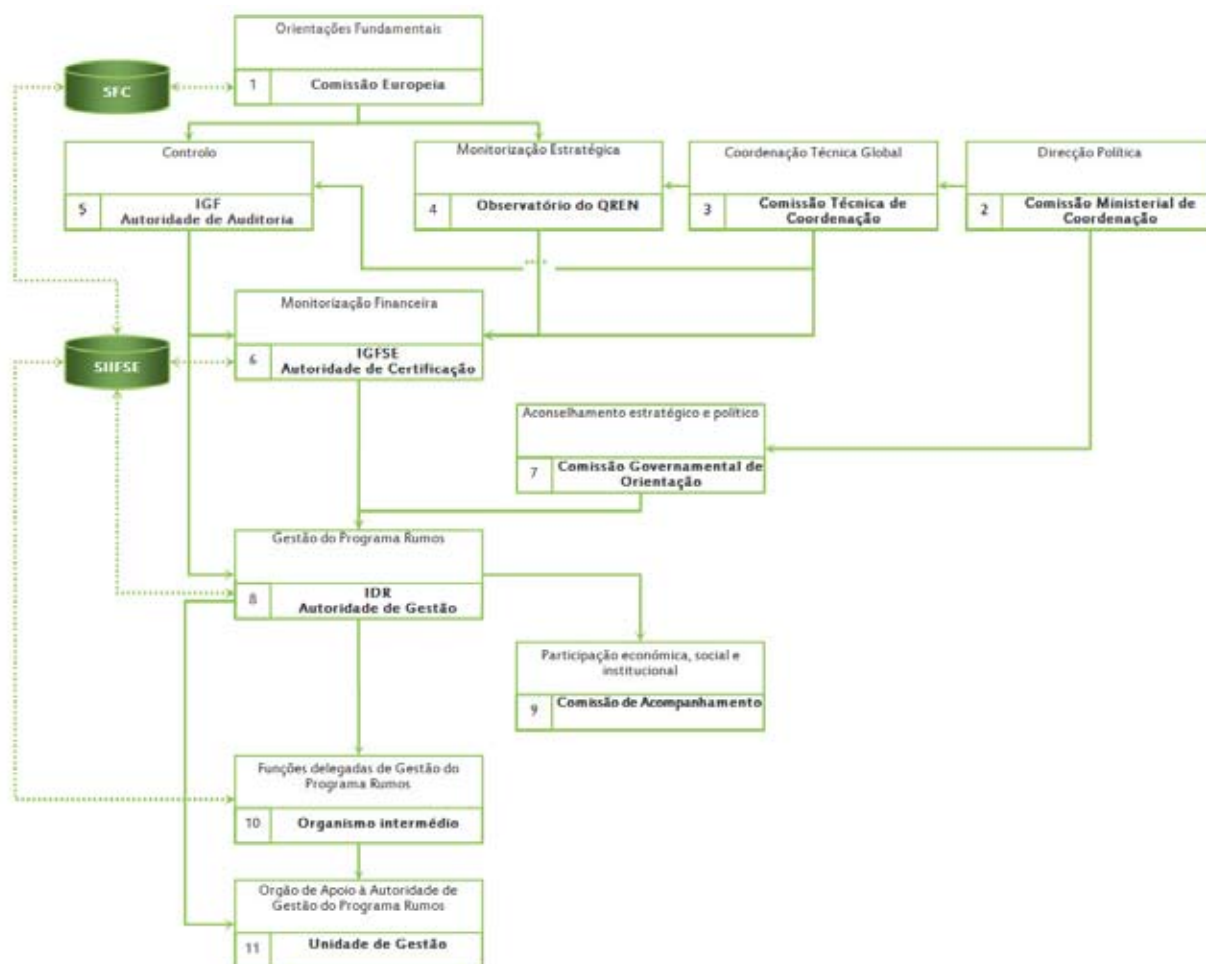
Data	Assuntos relevantes	Resolução
07.03.2008	Aprovação dos contratos de delegação de competências nos Organismos Intermédios	Resolução n.º 211/2008, de 7 de Março
21.04.2008	Orientações em matéria de Comunicação	Resolução n.º 361/2008, de 21 de Abril
13.06.2008	Apreciação da proposta de Relatório de Execução de 2007	Resolução n.º 558/2008 de 13 de Junho

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Procedimentos internos – descrição dos sistemas de gestão e controlo

O modelo de gestão e controlo adoptado para o Programa Rumos envolve o conjunto de órgãos de governação, de gestão e controlo associados em parceria para o cumprimento das disposições comunitárias, nacionais e regionais inerentes à implementação dos Programas Operacionais, o qual se sintetiza no fluxograma seguinte.

Fluxograma do Modelo de Gestão do Programa Rumos



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, é responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Rumos a elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, que engloba todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, dos Organismos Intermédios afectos ao Programa e, finalmente, da Autoridade de Auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Procedeu-se assim, no mês de Fevereiro de 2008, ao início dos trabalhos de elaboração do referido documento, os quais foram efectuados em estreita colaboração com as Autoridades de Certificação e de Auditoria, tendo sido promovidas várias reuniões de trabalho. Este processo culminou em 30.09.2008, com o envio à Autoridade de Certificação da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Rumos, a qual foi transmitida via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), em 14 de Outubro, após o respectivo parecer de conformidade por parte da Autoridade de Auditoria.

Na sequência do envio da mesma à Comissão Europeia, esta considerou que os sistemas de gestão e controlo criados para o Programa não cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, tendo sido desencadeados todos os esforços para a resolução das observações efectuadas por este órgão.

Neste sentido, e por indicação da Comissão Europeia, viu-se esta Autoridade de Gestão obrigada a reorganizar o modelo de gestão criado, por um lado, com a extinção do OI-IRE pelo facto de ser entendimento da CE que estamos perante uma subdelegação de funções de gestão do IRE para a Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, único beneficiário da sub-tipologia alvo de delegação, situação que não é enquadrável nas normas comunitárias, e, por outro, com a introdução de uma nova figura, o Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP).

A AG prevê então celebrar no início do próximo ano um outro contrato com o Instituto Regional de Emprego, desta feita como OREPP, procedimento que decorre do reconhecimento das suas competências estatutárias no âmbito da prossecução de políticas públicas de emprego, enquadradas no Eixo II do Programa Rumos.

Assim sendo, a Autoridade de Gestão do Programa Rumos irá desencadear o procedimento necessário à revogação do contrato existente de Delegação de Competências entre o IDR e IRE, enquanto OI, e proceder à revogação da Decisão de Aprovação das candidaturas aprovadas no âmbito da sub-tipologia “Integração Sócio – Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência”.

A situação de indefinição do papel a exercer pelo IRE e o seu estatuto face ao Programa Rumos, gerou alguma instabilidade na implementação do Sistema de Gestão e Controlo, criando alguns constrangimentos à estabilização de procedimentos e obtenção de resultados ao nível das novas exigências comunitárias. Mesmo assim, a AG promoveu a elaboração de documentos de gestão que apoiam a sua actividade, os quais são discriminados no quadro seguinte.

Quadro n.º 19 - Manuais de Procedimentos do Programa Rumos

Descrição	Versão	Data de aprovação		Aplicabilidade
		OI	AG	
Manual de Procedimentos do Eixo I – Educação e Formação (Organismo Intermédio: Direcção Regional de Qualificação Profissional)	2	22.08.2008	29.08.2008	(OI) DRQP
Manual de Procedimentos do Eixo II – Emprego e Coesão Social (Organismo Intermédio: Instituto Regional de Emprego)	2	23.05.2008	18.06.2008	(OI) IRE
Manual de Procedimentos do Emprego do Eixo II – Emprego e Coesão Social (Candidaturas BREEPP)	2	09.06.2008	18.06.2008	(OI) IRE
Manual de Procedimentos do Acompanhamento do Programa Rumos	2	-	16.06.2008	(AG) IDR
Manual de Assistência Técnica do Eixo III	2	-	03.06.2008	(AG) IDR

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Regulamentos Específicos

A Autoridade de Gestão promoveu, no ano de 2008 a elaboração da seguinte regulamentação específica do Programa, que permitiu a operacionalização do mesmo, nomeadamente:

- Portaria n.º 15-A/2008, de 15 de Fevereiro: Aprova o regulamento que estabelece as regras específicas de atribuição de co-financiamento comunitário do Fundo Social Europeu, no âmbito dos domínios de intervenção previstos no Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região;
- Despacho Conjunto dos Secretários Regionais da Educação e Cultura, dos Recursos Humanos e do Plano e Finanças, de 15 de Fevereiro de 2008: Fixa a natureza e os limites máximos de custos elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM;
- Alteração do artigo 26º do Despacho Conjunto dos Secretários Regionais da Educação e Cultura, dos Recursos Humanos e do Plano e Finanças, de 15 de Fevereiro de 2008: Fixa a natureza e os limites máximos de custos elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM;
- Resolução n.º 361/2008, de 21 de Abril: Regras para divulgação pública do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região;
- Portaria n.º 177-A/2008, de 10 de Outubro: Aprova o regulamento de aplicação da tipologia de intervenção 1.2.6 – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências prevista no Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região.

Verificações de gestão

De acordo com as competências atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Regional, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Rumos, compete-lhe, designadamente, proceder às verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários e às verificações no local de operações singulares no âmbito do artigo 13º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro. Parte destas funções encontram-se delegadas nos Organismos Intermédios, mediante acordo escrito, concretamente, com a Direcção Regional de Qualificação Profissional, no que se refere ao Eixo I – Educação e Formação e com o Instituto Regional de Emprego, para o Eixo II – Emprego e Coesão Social (sub-tipologia “Integração Sócio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência”).

A DRQP, no âmbito do Eixo I – Educação e Formação, efectua com carácter permanente as verificações administrativas.

Em relação a cada pedido de reembolso apresentado, é efectuada a sua análise - prévia à respectiva certificação das despesas - sendo que a mesma consiste nas seguintes verificações administrativas:

- análise de uma amostra de 25% do valor total das despesas declaradas, através da verificação de cópias dos respectivos documentos de suporte;
- a amostra será apurada com a selecção de um documento de cada rubrica utilizando os seguintes critérios:
 - dúvidas decorrentes da análise da listagem;
 - materialidade por rubrica;
 - tipo de fornecedor;
 - diversidade de tipos de despesa;
 - natureza da despesa;
 - taxa de imputação;
 - aleatório por rubrica;
 - outro (identificado).
- Se esta amostra não atingir os 25% da despesa, serão escolhidos os documentos da rubrica com maior peso ou das várias rubricas que suscitem dúvidas.
- a verificação dos documentos de suporte é efectuada de acordo com a grelha constante do Anexo VII do Manual de Procedimentos;
- em relação à totalidade das despesas, serão conservadas cópias dos respectivos documentos de suporte;
- análise do nível de execução física da candidatura, através dos respectivos indicadores de execução física, declarados pelos beneficiários nos respectivos reembolsos;
- os resultados destas verificações são registados no Sistema de Informação.

O IRE, relativamente à sub-tipologia “Integração Sócio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência”, procedeu à análise de 100% da despesa apresentada pelo beneficiário, tendo inclusive efectuado uma visita ao local, embora, pela sua natureza, sem enquadramento nas verificações no local.

No âmbito das verificações administrativas ao Eixo III, estas são efectuadas a todos os pedidos de pagamento e a toda a despesa formalizada pelos beneficiários. Estas verificações incidem sobre toda a documentação apresentada pelo beneficiário (análise a 100% dos documentos de despesa apresentada) que dá origem à despesa formalizada (facturas, recibos, extractos bancários, documentos de contratação pública, etc.).

No âmbito das verificações no local que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela Autoridade de Gestão do Programa. Em paralelo com os meios humanos da AG, as verificações no local no âmbito do Eixo I – Educação e Formação, foram realizadas pela empresa “BDO bdc & Associados, SROC, S.A.”, contratada em finais de Outubro para o efeito.

Estas verificações foram desenvolvidas tendo por base as orientações emanadas pela Autoridade de Certificação – IGFSE, de acordo com as quais, para o primeiro ano de execução do Programa, o esforço mínimo de verificação das despesas deveria corresponder a 10% do total da despesa incluída nos pedidos de reembolso.

Assim, a AG efectuou uma selecção das operações a verificar no local, a qual foi apurada pela aplicação dos vários critérios de selecção constantes do Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Rumos, tendo a amostra resultante abrangido as vertentes de intervenção abaixo indicadas.

Quadro n.º 20 - Verificações no Local (amostra seleccionada)

Tipologia de Intervenção	Nº de Operações	Despesa Aprovada (Euros)	Montantes Verificados (Euros)	Taxa Verificada (%)
01.01.02 – Cursos Profissionalizantes	1	705.052,52	212.776,32	30,2
01.01.02 – Cursos Profissionalizantes	1	70.426,61	24.812,54	35,2
01.01.02 – Cursos Profissionalizantes	1	48.933,52	14.798,89	30,2
01.01.03 – Cursos de Educação e Formação	1	29.936,14	9.388,79	31,4
Total	4	854.348,79	261.776,54	30,6

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Os montantes verificados corresponderam a uma amostra representativa das operações de, pelo menos, 30% dos pedidos de reembolso seleccionados.

Os relatórios resultantes das verificações efectuadas junto dos beneficiários basearam-se, essencialmente, na aplicação das check-list do referido Manual de Procedimentos e na verificação de documentos de despesa, tendo posteriormente sido analisados e validados pela AG.

À data da realização das verificações no local, as operações já se encontravam fisicamente concluídas, pelo que não foram realizados inquéritos aos formandos. No entanto, as mesmas não estavam concluídas em termos financeiros, atendendo a que os respectivos pedidos de pagamento de saldo final não tinham sido entregues por via desta funcionalidade não estar disponível no SIIFSE.

Das verificações efectuadas, não houve lugar à recuperação de verbas. Resultaram apenas recomendações, das quais se destacam:

- Cumprimento das medidas de informação e publicidade constantes dos n.ºs 8º e 9º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro, bem como as especificações definidas pela AG nesta matéria;
- Cumprimento do prazo legal para apresentação dos pedidos de pagamento conforme estipulado no n.º 4 do artigo 14º da Portaria 9-A/2001. Em caso de impedimento, o beneficiário deverá solicitar ao Gestor do OI a prorrogação do prazo;
- Quaisquer alterações a dados aprovados em candidatura deverão ser comunicadas e sujeitas à análise e aprovação pelo OI;
- Cumprimento dos requisitos previstos no Termo de Aceitação no art.º 16º da Portaria n.º 799-B/2000, no que respeita à utilização da conta bancária exclusiva;
- Actualização, no SIIFSE, da informação referente à execução física.

Estas recomendações foram notificadas aos beneficiários e ao respectivo OI, tendo sido concedido um prazo para a sua implementação.

Ainda no âmbito do Eixo I – Educação e Formação, a AG procedeu à elaboração de documento visando a notificação de todos os beneficiários com projectos em execução à data de 20.11.2008, num total de 71 beneficiários, alertando, por um lado, para o cumprimento dos requisitos impostos pela legislação comunitária, nacional e regional, nomeadamente no que diz respeito à organização documental dos processos contabilísticos e pedagógicos e, por outro, para a sujeição às verificações no local por parte da AG e às auditorias a realizar pelas Autoridades de Certificação (IGFSE), de Auditoria (IGF - Inspeção-Geral de Finanças) ou da Comissão Europeia.

Supervisão

Nos termos do contrato de delegação de competências entre o IDR e o IRE, o IDR supervisiona as verificações administrativas e no local realizadas pelo IRE no âmbito da delegação em causa. Neste sentido, foram solicitados ao IRE dados sobre as verificações das operações realizadas até Novembro de 2008, nomeadamente relatórios e/ou check-

lists das verificações efectuadas, com vista à selecção de uma amostra que possibilitasse a realização de uma acção de supervisão e controlo de qualidade dessas verificações.

Comissão de Acompanhamento

O Acompanhamento do Programa Rumos é exercido pela Comissão de Acompanhamento que, tendo em conta o disposto no n.º I do artigo 63º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Intervir+.

A composição e o essencial das competências da Comissão de Acompanhamento, são definidos nas decisões da Comissão Europeia que os aprovaram, sem prejuízo das competências definidas no artigo 43.º do Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e no regulamento interno aprovado na 1ª CA de 26.11.2007.

Após a aprovação do Regulamento Interno da CA, o que aconteceu em 2007, estavam criadas as condições para a CA exercer as suas competências, em conformidade com o artigo 65º do referido Regulamento.

Assim, em 2008 a CA analisou e aprovou o Relatório de Execução do Programa relativo ao ano de 2007, bem como os critérios de selecção respeitantes às tipologias “Assistência e orientação para a inserção na vida activa”, “Prémios à auto-colocação” e à tipologia “Assistência Técnica.

Quadro n.º 21 - Comissões de Acompanhamento

Comissão de Acompanhamento	Data	Assuntos relevantes
1 - Consulta escrita	11.03.2008	Aprovação dos critérios de selecção das tipologias Assistência e orientação para a inserção na vida activa e Prémios à auto-colocação
2 - Consulta escrita	18.04.2008	Aprovação dos Critérios de selecção da tipologia Assistência Técnica
2ª Reunião	12.06.2008	Aprovação do Relatório de Execução de 2007

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Outras tarefas de acompanhamento e monitorização

O Programa Rumos, enquanto Programa enquadrado no QREN é acompanhado nas várias componentes - estratégica, operacional e financeira - através do sistema de monitorização do QREN, bem como do sistema de monitorização interno do Programa. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização em Excel, tendo como base “queries” extraídas do SIIFSE.

O reporte desta informação é efectuado mensalmente, conjuntamente com o IGFSE que, por sua vez, a envia ao Observatório do QREN. Este trabalho dá lugar à emissão de boletins informativos da responsabilidade da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, composta pelo Coordenador do Observatório do QREN, que preside, pelos Presidentes dos Conselhos Directivos do IFDR e do IGFSE e pelo Inspector-Geral de Finanças, bem como a reportes internos que permitem à AG, quer verificar o desempenho do Programa a nível nacional, quer efectuar as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção, eventuais ajustamentos, no contexto de articulação da função monitorização e avaliação que o actual quadro de programação preconiza.

No âmbito da monitorização estratégica, o IDR contratou serviços de consultoria que têm vindo a desenvolver actividades técnicas com vista a apoiar a gestão dos Programas, nomeadamente mediante a combinação de: (i) elementos de acompanhamento (sistema de informação, entrevistas a responsáveis e técnicos, visitas a projectos, ...) que veiculem conhecimento empírico sobre a evolução da execução dos projectos e o andamento das diversas tipologias de intervenção; e de (ii) elementos resultantes de processos de avaliação formais a realizar no âmbito dos Planos de Avaliação aprovados para os Programas, com objectivos específicos ou de natureza temática.

Os produtos resultantes das actividades técnicas de monitorização estratégica contemplam as seguintes componentes técnicas: (i) análise das dinâmicas de candidatura; (ii) análise da pertinência e relevância dos projectos aprovados por Eixo Prioritário; (iii) apreciação preliminar do modelo de gestão e de estruturação dos recursos técnicos; (iv) visão de síntese das dinâmicas de absorção dos recursos de financiamento; e (v) sinalização de desvios relevantes face aos objectivos dos Eixos Prioritários do Programa.

2.6.2. Avaliação

A função Avaliação cometida à Autoridade de Gestão do Programa encontra enquadramento no artigo 47.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, sendo que importa aqui relevar o Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA), enquanto instrumento de programação das avaliações mediado pelos normativos comunitários e nacionais e enquanto documento de sistematização e articulação das diferentes avaliações do QREN e dos PO.

O planeamento e operacionalização da função Avaliação do Programa tem como suporte a Rede de Interlocutores de Avaliação, composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes do IFDR, do IGFSE e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, bem como a Unidade de Avaliação do Programa, entendida como órgão tecnicamente competente para, ao nível do Programa, apoiar a gestão no planeamento, lançamento e acompanhamento dos exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, tanto de natureza operacional, como de natureza estratégica.

O ano de 2008 centrou-se nas actividades que deram corpo não apenas ao contributo do Programa para a preparação do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO, bem como à própria adaptação da proposta de Plano de Avaliação do Programa, que havia sido concebida em finais de 2007, em conformidade com as orientações para a elaboração destes instrumentos desenvolvidas pelo Observatório do QREN, no âmbito da actividade da referida Rede de Interlocutores de Avaliação.

Assim, o Regulamento Comunitário e o Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO constituíram os referenciais de partida para, com base na natureza de objectivos estratégicos e Eixos Prioritários do Programa, formular o Plano de Avaliação do Programa Rumos.

Orientando os exercícios de avaliação a desenvolver durante o período de implementação das intervenções, avaliações quer de natureza estratégica quer operacional a realizar na vigência do Programa, o Plano de Avaliação aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. Trata-se não tanto, de efectivar a avaliação (em matéria das actividades de gestão e controlo estabelecidas) mas, sobretudo, de valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios face aos objectivos e metas e de (re)orientar as modalidades de intervenção, se tal se justificar.

As componentes do Plano relativas ao Programa Rumos foram objecto de prévia apreciação pelos intervenientes na gestão do Programa, tendo as mesmas sido aprovadas pela Autoridade de Gestão do Programa a 4 de Novembro de 2008 e, em resultado, o próprio Plano (vide www.idr.gov-madeira.pt).

O Plano estabelece os objectivos e princípios gerais da função Avaliação, com o respectivo enquadramento normativo comunitário e nacional e os mecanismos de coordenação para a implementação do Plano, apresenta a perspectiva “Avaliação On-Going” do Programa Rumos e desenvolve a programação do Plano, com uma lista indicativa de exercícios de Avaliação a realizar ao longo do período de vigência do Programa.

Os exercícios de Avaliação apresentados no Plano, e o próprio Plano, assumem uma natureza dinâmica, passível de ajustamentos, pois as Avaliações identificadas constituem um compromisso preliminar que deverá ser (re)ajustado, inclusive em termos de calendário, face às incidências do 1.º ciclo de execução do Programa.

Ressalve-se ainda que a Autoridade de Gestão do Programa incluirá nas suas propostas as recomendações específicas para a realização de exercícios de Avaliação que vierem a ser aprovadas pela Comissão de Acompanhamento e, em especial, as que decorram da identificação – designadamente, com base nos indicadores de desempenho – de desvios relevantes entre os progressos verificados e os objectivos fixados ao nível de cada Eixo Prioritário.

O cronograma de implementação do Plano de Avaliação concentra os exercícios no período 2009 a 2012, como poderá ser visto no Quadro n.º 22 sendo que, destacamos os exercícios da iniciativa e responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa.

Quadro n.º 22 - Cronograma de implementação do Plano

Ano	2008				2009				2010				2011				2012			
Exercícios de Avaliação / Trimestre	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t
Av G Implementação QREN (2007-08)																				
Av da Operacionalização dos PO no contexto da Estratégia do QREN (2007-08)																				
Rumos																				
Av Impacte Macroeconómico do QREN (2007-09)																				
Av Intercalar dos PO (2007-2010)																				
Rumos																				
Av Intercalar QREN (2007-10)																				
Av Global Execução QREN (2007-2011)																				
Av Transversais de Operacion./Globais (Vários PO e/ou Fundos)																				
Av. do Contrib. do FEDER e do FEADER p/ apoio acções abrangidas pelo FSE																				
Av. Integração Persp. Gen. Fundos Estrut. no período 2007-2013																				
Av Específica (de cada PO ou por Fundo) *																				
Av. Adequa. Quadro Regulam. Nacio. Desafios Assoc. Intervenção FSE (IGFSE)																				

* Não estão assinaladas as avaliações temáticas no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades estratégicas do Programa Intervir+, por não estar ainda o respectivo calendário estabilizado, prevendo-se o seu desenvolvimento ao longo dos anos 2010 e 2011.

■ Fase de lançamento ■ Fase de execução

Fonte: Observatório do QREN / Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013

O exercício de Avaliação a concretizar no ano de 2009, a Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos, tem em vista assegurar a adequada articulação entre uma vertente de operacionalização e uma vertente tendencialmente estratégica. Na perspectiva dos resultados esperados, tem-se em vista fundamentar eventuais necessidades de introdução de ajustamentos considerados necessários no sistema de gestão/governança do Programa e de melhoria da adequação do perfil de candidaturas com as prioridades estratégicas reflectidas nos Eixos Prioritários do Programa.

Os exercícios a realizar no período 2010-2011, já numa fase de consolidação das dinâmicas de execução do Programa, também privilegiam a articulação entre as vertentes operacional e estratégica quer os exercícios temáticos que se perspectivam, quer o exercício relativo à Avaliação Intercalar do Programa Rumos.

Este importante momento de Avaliação tem por finalidades: (i) reforçar a coerência e racionalidade das prioridades estratégicas de intervenção; (ii) melhorar a eficácia e eficiência na afectação dos recursos de financiamento; (iii) fundamentar eventuais necessidades de reprogramação interna do PO; e (iv) fundamentar eventuais (re)ajustamentos do modelo de gestão/responsabilidades de execução do Programa Rumos.

As Avaliações temáticas terão como finalidade proporcionar resultados em vista da (re)orientação dos instrumentos de política subjacentes aos Eixos Prioritários do Rumos. Estes Eixos respondem a prioridades e domínios estratégicos de intervenção consagrados no Plano de Desenvolvimento Estratégico e Social 2007-2013 (PDES) e, ainda, aos compromissos do Plano Regional de Emprego e da própria Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida, com peso determinante na concretização gradual dos objectivos da Estratégia de Lisboa Renovada, em matéria de desenvolvimento do Potencial Humano.

Destaque-se ainda que o Plano de Avaliação do Programa retrata a perspectiva monitorização estratégica vs avaliação, preconizada pelo actual quadro de programação, promovendo a operacionalização dos níveis de complementaridade e articulação efectiva entre a “função Acompanhamento/Monitorização” e a “função Avaliação”, de molde a assegurar a plena integração da função avaliação no âmbito da monitorização e acompanhamento.

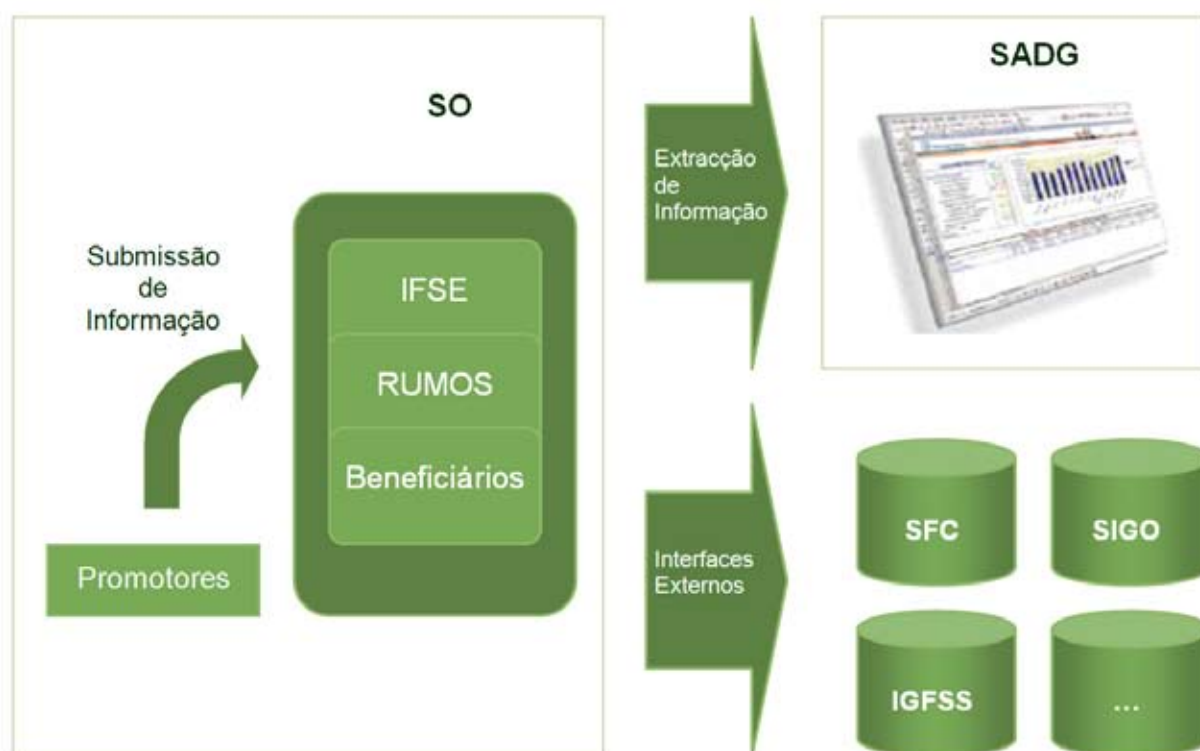
Neste contexto, como já referido anteriormente, a Autoridade de Gestão contratou serviços de consultoria no âmbito da monitorização estratégica para apoiar a gestão do Programa, resultante em actividades técnicas que suportaram as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos.

2.6.3. Sistema de informação

O Programa Rumos utiliza, à semelhança dos restantes Programas Operacionais co-financiados pelo FSE, o Sistema de Informação Integrado do Fundo Social Europeu como sistema de informação de suporte às actividades subjacentes à gestão do Programa.

Na sua configuração actual (versão QREN), o SIIFSE resulta da reutilização/adaptação da solução implementada no Quadro Comunitário de Apoio III, estando todos os Programas Operacionais com intervenção do FSE integrados neste Sistema de Informação que constitui o instrumento de gestão, certificação, registo de fluxos financeiros, controlo, acompanhamento, avaliação e, monitorização física e financeira das operações apoiadas pelo FSE no período de programação 2007-2013.

Fluxo de dados entre sistemas



Fonte: Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

A arquitectura aplicacional, esquematicamente apresentada na figura supra, identifica os dois subsistemas que constituem o SIIFSE: o Sistema Operacional (SO) e o Sistema de Apoio à Decisão e à Gestão (SADG).

O Sistema Operacional é composto por um conjunto de funcionalidades que corporizam as necessidades de informação das entidades envolvidas na aplicação do FSE em Portugal - Autoridade de Certificação, Autoridade de Gestão e Entidades Beneficiárias - integrando os processos inter-organizacionais associados à gestão do FSE, desde a apresentação de candidaturas e registo de execução física e financeira, pelas entidades que executam os projectos, o respectivo processo de análise e decisão, pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, e a recolha e tratamento dos dados de execução pela entidade responsável pela certificação de despesa, pela realização de auditorias e pelo acompanhamento e avaliação – o IGFSE.

O Sistema de Apoio à Decisão e à Gestão caracteriza-se por ser um instrumento que acede directamente ao repositório de informação do Sistema Operacional para a produção e exploração de indicadores físicos e financeiros indispensáveis à análise, monitorização e decisão dos vários agentes envolvidos na gestão do FSE.

No decorrer de 2008, ao abrigo do contrato de prestação de serviços com a entidade responsável pela manutenção do Sistema, procedeu-se à adaptação do SIIFSE ao Programa Rumos, tendo este projecto sido dividido em quatro grandes etapas, de acordo com o ciclo de vida dos projectos (Fase I – Candidaturas, Fase II – Circuito de Análise, Fase III – Gestão da Execução e Fase IV – Saldo), conforme espelhado no Quadro n.º 23.

Quadro n.º 23 - Fases do Projecto SIIFSE

Etapas / Tarefas	Jan 08	Fev 08	Mar 08	Abr 08	Mai 08	Jun 08	Jul 08	Ago 08	Set 08	Out 08	Nov 08	Dez 08	Jan 09	Fev 09
FASE I – Recolha Candidaturas (10 Formulários do PO FSE Madeira)	F1, F7 e F6													
			F4, F5, F8, F13 e F15											
							F3 e F17							
FASE II – Análise (Análise Candidaturas, Adiantamentos e Pagamentos)		F1, F7 e F6												
					F4, F5, F8, F13 e F15									
							F3 e F17							
FASE III – Gestão da Execução (Pedidos Alteração, Reembolsos e Execução Física)				F1, F7 e F6										
							F4, F5, F8, F13 e F15							
								F3 e F17						
FASE IV – Saldo (Pedido Saldo e Análise)												F1, F7 e F6		
													F4, F5, F8, F13 e F15	
													F3 e F17	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

A partir de Março, depois de uma sessão pública de apresentação do Sistema, procedeu-se à substituição da solução de contingência existente - e usada inicialmente pelo Organismo Intermédio responsável pela gestão do Eixo I do Programa - pelo SIIFSE, iniciando assim todo o processo de registo e recuperação de informação.

Do ponto de vista de recuperação de informação para o SIIFSE, à data de encerramento do ano em análise, encontravam-se registadas no sistema, as aprovações do Programa (Fases I e II) e os dados referentes à execução (Fase III) de algumas tipologias de intervenção.

3. Execução por eixo prioritário

3.1. Eixo prioritário I - Educação e Formação

3.1.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Informação e análise qualitativa relativa aos progressos físicos e financeiros

Pretende-se neste ponto descrever o estado de avanço do Eixo I e das respectivas vertentes e tipologias de intervenção, decorrente da análise da realização física e financeira até ao ano de 2008.

A informação respeitante aos indicadores de realização é apresentada no Quadro n.º 24 (informação relativa à realização física acumulada) e no Quadro n.º 25 (ventilação dos indicadores do Eixo I por género, nível de escolaridade, público-alvo e tipo de bolsa).

Quadro n.º 24 - Resumo Implementação Física - Eixo I

Eixo Prioritário	Indicadores	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo I – Educação e Formação	N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	Realização Efectiva (execução)	0	1.901								1.901
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	2.914								2.914
		Metas	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	14.400
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de activos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	982								982
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	7.425								7.425
		Metas	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	9.000
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de Funcionários Públicos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	1.308								1.308
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	7.428								7.428
		Metas	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	36.000
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de PME's abrangidas	Realização Efectiva (execução)	0	0								0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	510								510
		Metas	50	50	50	50	50	50	50	50	50	450
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	1.073								1.073
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	6.219								6.219
		Metas	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	18.000
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	Realização Efectiva (execução)	0	416								416
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	4.986								4.986
		Metas	550	550	550	550	550	550	550	550	550	4.950
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	N.º de pessoas que se encontram abrangidos por uma destas bolsas ou por estes programas	Realização Efectiva (execução)	0	348								348
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	465								465
		Metas	200	200	200	200	200	200	200	200	200	1.800
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.

NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

(2) Core indicators: na fase de negociação do QREN e dos Programas Operacionais foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem "metas" nem "valores de referência / situações de partida" para estes indicadores.

n.a. - não aplicável

Fonte: SIIFSE

Quadro n.º 25 - Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo I - Ano 2008

Eixo Prioritário	Tipologia de Intervenção	Indicadores de Realização Física	Nº	Género		Nível de Escolaridade				Público Alvo		Tipo de Bolsa				
				H	M	< 8º ano	3º ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	Docentes	Formadores	Prof./ Invest.	Pós-grd.	Mest.	Dout.	Pós-dout.
Eixo I - Educação e Formação	Sistema de Aprendizagem e Cursos Profissionalizantes	N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	1.901	1.098	803	469	1.334	94	4							
	Cursos de Educação e Formação															
	Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	N.º de activos abrangidos em acções de formação	982	527	455	258	130	335	259							
	Formação Profissional da Administração Pública	N.º de Funcionários Públicos abrangidos em acções de formação	1.308	342	966	30	256	312	710							
	Acções de Formação-consultoria	N.º de PME's abrangidas	0													
	Formação de Docentes e Formadores	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	1.073	202	871	3	16	41	1.013	868	205					
	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	416	162	254	234	182	0	0							
	Bolsas para Professores / Investigadores	N.º de pessoas que se encontram abrangidos por uma destas bolsas ou por estes programas	348	127	221							31	144	116	54	3
	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento															

Fonte: SIIFSE

No que concerne ao Eixo I, permitimo-nos destacar os indicadores associados ao número de jovens abrangidos em acções de dupla certificação e ao número de pessoas abrangidas por bolsas no âmbito da Formação Avançada, por terem superado, em cerca de 18% e 74%, respectivamente, a média anual prevista para este indicador. Ainda uma referência para o grau de cumprimento dos objectivos previstos ao nível da formação de activos, pois apresenta um valor próximo dos 100%, em relação ao programado.

Em sentido inverso, os restantes indicadores apresentam um desempenho aquém do previsto, sendo que, no que diz respeito a projectos de formação-consultoria, de que resulta o indicador “número de PME's abrangidas”, ainda não se registam valores, uma vez que os projectos aprovados apenas terão o início da sua execução no decorrer do ano de 2009.

O nível de cumprimento registado traduz o facto de muitos projectos apresentarem algum atraso no seu desenvolvimento, bem como por, da parte dos beneficiários, existir igualmente algum atraso na apresentação da respectiva execução. Verifica-se, no entanto, um número significativo de pedidos de reembolso intermédio e de pedidos de saldo final que já se encontram submetidos, facto que não se reflecte nos indicadores por se encontrarem ainda em processo de análise e decisão. Corroborando esta situação, registe-se que o número de projectos que contribuíram para os níveis reportados (realização efectiva) é substancialmente inferior ao número de projectos aprovados e em execução (realização prevista).

Ainda no que respeita aos indicadores definidos para o Eixo I, as suas diferentes formas de ventilação permitem-nos aferir o seguinte:

- Em termos de distribuição dos participantes por género, o sexo masculino apenas suplanta o do feminino no caso dos indicadores “N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação” (58%) e “N.º de activos abrangidos em acções de formação” (54%). Nos indicadores em relação aos quais o sexo feminino detém a maioria, a sua proporção varia entre os 61%, no âmbito do “N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências”, e os 81%, em termos de “N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional”.
- O Ensino Superior, quer ao nível de funcionários públicos, quer em termos de professores e formadores, concentra a maior fatia de abrangidos em acções de formação (54% e 94%, respectivamente).
- No âmbito da Formação de Docentes e Formadores, e no que toca à ventilação por Público-Alvo, a larga maioria dos participantes corresponde ao corpo docente (81%).
- No domínio da Formação Avançada, as Pós-graduações congregam 41% das pessoas abrangidas por bolsas/programas, logo seguidas dos Mestrados, a atraírem 33%.

Com base na informação apresentada, é assim possível aferir que os valores alcançados em 2008 concorrem, na sua generalidade, para o cumprimento dos objectivos operacionais propostos, com as ressalvas referidas.

No que respeita a apresentação de candidaturas, no ano 2008 foram abertos 9 concursos, tendo sido submetidas 457 candidaturas, envolvendo um investimento total de 100.896.542 Euros (vd. Quadro n.º 26), o que representa cerca de 88%, se tivermos em consideração o montante programado para o período do Programa para este Eixo (114.625.000 euros).

Quadro n.º 26 - Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por concursos

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Concursos	Candidaturas Apresentadas			Candidaturas aprovadas			Taxa de aprovação (%)
		N.º	Inv.Total	Fundo	N.º	Inv.Total	Fundo	
Qualificação Inicial	Concurso Rumos01/2008	19	7.985.443	6.766.916	17	6.261.462	4.989.677	89
	Concurso Rumos02/2008	3	1.170.522	936.420	2	966.150	772.920	67
	Concurso Rumos04/2008	55	17.216.644	13.156.426	41	13.158.012	10.472.314	80
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Concurso Rumos02/2008	188	21.665.324	17.515.921	120	8.165.156	5.637.593	64
	Concurso Rumos05/2008	157	43.313.365	33.453.694	23	9.394.159	7.471.936	15
	Concurso Rumos06/2008	6	2.390.898	1.912.718	6	2.069.970	1.655.976	100
	Concurso Rumos07/2008	16	3.291.031	2.632.825	0	0	0	0
Formação Avançada	Concurso Rumos07/2008	3	2.593.359	1.721.465	2	2.151.831	1.721.465	67
	Concurso Rumos07/2008	10	1.269.958	1.015.965	7	1.057.295	804.952	70
	TOTAL	457	100.896.542	79.112.350	218	43.224.037	33.526.835	48

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Fazendo uma análise por vertente de intervenção, é na “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” que se regista uma maior taxa de selectividade, cerca de 59%, logo seguida da “Formação Avançada” (31%) e por fim a “Qualificação Inicial” (18%). A constatação deste facto justifica-se pelo elevado número de candidaturas apresentadas e pela distribuição financeira programada para estas áreas.

Quadro n.º 27 - Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por tipologia

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Concursos	Candidaturas Apresentadas			Candidaturas aprovadas			Taxa de aprovação (%)
		N.º	Inv.Total	Fundo	N.º	Inv.Total	Fundo	
Qualificação Inicial	Sistema de Aprendizagem	4	3.111.270	2.575.594	2	1.821.620	1.457.296	50
	Cursos Profissionalizantes	15	11.947.925	9.740.331	12	10.657.690	8.477.837	93
	Cursos de Educação e Formação	52	8.308.672	6.120.290	41	5.837.699	4.645.943	81
	Cursos de Especialização Tecnológica	3	1.834.220	1.487.127	3	1.102.465	880.916	100
	Educação Especial e Reabilitação	3	1.170.522	936.420	2	966.150	772.920	67
	Sub-total	77	26.372.609	20.859.762	60	20.385.624	16.234.911	82
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Activos	94	9.529.912	7.623.930	59	3.872.222	2.210.652	63
	Profissional da Administração Pública	24	6.153.812	5.106.711	18	1.682.319	1.345.855	75
	Formação - consultoria	20	8.470.486	6.098.750	13	6.584.873	5.224.506	65
	Formação de Docentes e Formadores	27	1.670.314	1.336.251	19	1.036.055	823.520	70
	Formação de adultos	180	39.154.165	30.803.972	34	4.383.848	3.504.997	19
	RVCC	6	2.390.898	1.912.718	6	2.069.970	1.655.976	100
	Recursos e Materiais Didácticos	16	3.291.031	2.632.825	0	0	0	0
	Sub-total	367	70.660.618	55.515.158	149	19.629.285	14.765.505	41
Formação Avançada	Bolsas para Professores / Investigadores	2	377.171	301.736	2	377.170	301.736	100
	Programas e Bolsas de Pós –Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	3	2.593.359	1.721.465	2	2.151.831	1.721.465	67
	Cursos de Formação Avançada	7	358.443	286.754	4	145.781	75.741	57
	Projectos de Investigação	1	534.344	427.475	1	534.344	427.475	100
	Sub-total	13	3.863.317	2.737.430	9	3.209.126	2.526.417	69
		457	100.896.542	79.112.350	218	43.224.037	33.526.835	48

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O grau de admissibilidade, medido pela relação entre as candidaturas admitidas e o universo das apresentadas atingiu os 48% no Eixo I.

Visão compreensiva das dinâmicas de aprovação

A dinâmica de aprovação dos projectos, segundo as tipologias de intervenção abrangidas por este Eixo Prioritário, constitui nesta fase de desenvolvimento do Programa, um indicador seguro para apreciar o perfil de absorção de recursos do FSE na sua relação com as prioridades e objectivos fixados na fase de programação.

Os projectos aprovados até final de Dezembro de 2008, em termos de volume de investimento elegível, apresentam uma distribuição relativamente equilibrada entre a “Qualificação Inicial” (47,2%) e a “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” (45,4%), reflectindo as prioridades-chave de qualificação do potencial humano da Região. Estas prioridades evoluíram, no actual período de programação, para um peso de formação permanente mais consentâneo com as necessidades de qualificação dos activos empregados.

Na distribuição pelo número de projectos aprovados, mais de dois em cada três projectos reportam às tipologias de intervenção integradas na Prioridade da Estratégia Europeia de Emprego referente à Adaptabilidade de Trabalhadores, Empresas e Empresários. Neste quadro verifica-se uma maior diversidade de entidades beneficiárias, tanto na esfera privada e associativa (empresas, sindicatos, associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social, ...), como no sector público (organismos da Administração, Estabelecimentos de Ensino, etc.) e com peso relevante da formação de menor duração.

Na Qualificação Inicial (prioridade educação formal e formação inicial inserida no mercado de emprego) os projectos são de carácter mais institucional e com duração predominantemente de médio prazo (Ensino Profissional, Formação em Alternância, ...).

Quadro n.º 28 - Distribuição dos projectos aprovados por Tipologia de intervenção do Eixo I

%

Tipologia de intervenção	N.º Proj.	Custo Total Elegível	Despesa Pública	FSE
I.1. Qualificação Inicial	27,5	47,2	48,4	48,4
I.1.1. Sistema de Aprendizagem	0,9	4,2	4,3	4,3
I.1.2. Cursos Profissionalizantes	5,5	24,7	25,3	25,3
I.1.3. Cursos de Educação e Formação	18,8	13,5	13,9	13,9
I.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica	1,4	2,6	2,6	2,6
I.1.6. Educação Especial e Reabilitação	0,9	2,2	2,3	2,3
I.2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	68,3	45,4	44,0	44,0
I.2.1. Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos	26,6	9,2	6,9	6,9
I.2.2. Formação Profissional e Administração Pública	8,3	3,6	3,7	3,7
I.2.3. Acções de Formação-Consultoria	6,0	15,2	15,6	15,6
I.2.4. Formação de Docentes e Formadores	9,2	2,4	2,5	2,5
I.2.5. Formação de Adultos	15,6	10,1	10,5	10,5
I.2.6. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	2,8	4,8	4,9	4,9
I.3. Formação Avançada	4,1	7,4	7,5	7,5
I.3.1. Bolsas para Professores / Investigadores	0,9	0,9	0,9	0,9
I.3.2. Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	0,9	5,0	5,1	5,1
I.3.3. Cursos de Formação Avançada	1,8	0,3	0,2	0,2
I.3.4. Projectos de Investigação	0,5	1,2	1,3	1,3
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

A análise do Quadro n.º 28 permite salientar um conjunto de apostas alinhadas com as prioridades do PDES 2007-2013 e com os objectivos estratégicos do Programa Rumos, nomeadamente as seguintes:

- estruturação de percursos alternativos de formação inicial com quatro tipologias em presença, proporcionando uma paleta de escolhas apreciável para os jovens, entre percursos escolares mais clássicos (“Cursos Profissionalizantes e de Especialização Tecnológica”) que representam 27,3% do custo total elegível e formação claramente alternativa (“Sistema de Aprendizagem” e “Cursos de Educação e Formação”) que representam 17,7% do custo total elegível;
- dinâmica acentuada de candidaturas nas tipologias referentes à formação de activos empregados e desempregados (45%, no total das tipologias enquadráveis – “Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos”, “Formação de Adultos” e “Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências” - abrangendo 24,1%, do investimento total elegível);
- importante expressão do volume de investimento dedicado às acções de formação-consultoria, uma modalidade de intervenção que dá os primeiros passos na Região e que deve ser atentamente monitorizada, na óptica da estruturação dos recursos, das metodologias de consultoria e de intervenção nas empresas, da detecção de necessidades, da concepção/programação de formação, etc.

Ao analisarmos a situação financeira, até final do ano de 2008, o Eixo I apresentava um volume de despesa pública de 41.908.543 Euros a que corresponde uma comparticipação de FSE de 33.526.834 Euros, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 36,6% da dotação FSE disponível.

Quadro n.º 29 - Montantes Aprovados no Eixo I

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	82.840.336	66.272.269	20.293.639	16.234.912	24,5	24,5
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	24.777.021	19.821.617	18.456.882	14.765.506	74,5	74,5
Formação Avançada	7.007.643	5.606.114	3.158.021	2.526.417	45,1	45,1
Total	114.625.000	91.700.000	41.908.543	33.526.834	36,6	36,6

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Pela análise do Quadro n.º 29 constatamos que foi a vertente de Intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” que mais contribuiu para obter esta taxa.

Quadro n.º 30 - Montantes Executados no Eixo I

Unidade: Euros

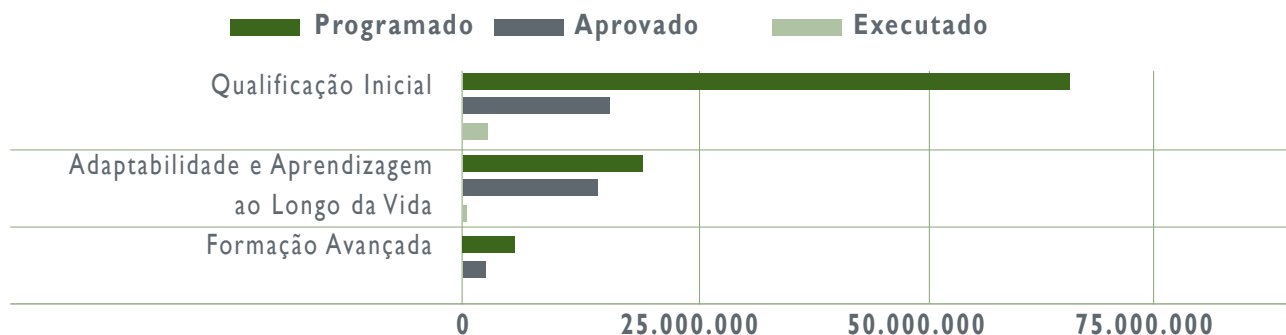
Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013		Execução		Taxa de Execução (%)	
	(PR)		(EX)		(EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	82.840.336	66.272.269	3.421.475	2.737.180	4,1%	4,1%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	24.777.021	19.821.617	562.824	450.259	2,3%	2,3%
Formação Avançada	7.007.643	5.606.114	6.364	5.091	0,1%	0,1%
Total	114.625.000	91.700.000	3.990.663	3.192.530	3,5%	3,5%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O Eixo I – Educação e Formação apresenta, em 31.12.2008, uma execução de 3.990.662 Euros, relativamente à despesa pública, e de 3.192.530 Euros, em termos de fundo, o que corresponde a uma taxa de 3,5% em relação ao programado e de 9,5% em relação ao aprovado, o que é reflexo do atraso sentido nas aprovações das operações. Por vertente de Intervenção, a taxa de execução mais elevada regista-se ao nível da Qualificação Inicial.

A baixa execução reflecte o atraso sentido na implementação dos procedimentos necessários à verificação das despesas apresentadas pelos beneficiários, nomeadamente ao nível do Sistema de Informação, uma vez que só no último trimestre de 2008 é que se efectivaram as condições para funcionar na sua plenitude.

Gráfico n.º 24 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Vertente de Intervenção



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Os elementos reportados à execução, até 31.12.2008, dos projectos aprovados traduzem fundamentalmente as dinâmicas induzidas pelos projectos transitados nas tipologias de intervenção de carácter mais institucionalizado (ex.º, sistema de aprendizagem e cursos educação/formação).

3.1.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No que diz respeito a este Eixo, os níveis de execução prendem-se com o atrás referido sobre o Sistema de Informação, designadamente por alguma delonga na sua adequabilidade, mas sobretudo pelo facto de estarmos perante um Programa ainda em fase de implementação, nomeadamente pelas razões relativas à conformidade do Sistema de Gestão e Controlo, questão absolutamente transversal e de cujo processo dependia a possibilidade de dinamizar financeiramente o Programa, ou seja, certificar despesa.

Assim em termos de fluxos financeiros a Autoridade de Gestão contou nesta fase com os recursos disponibilizados pelos dois primeiros adiantamentos da Comissão Europeia, de 6.500.000 Euros, valor manifestamente reduzido face aos montantes aprovados.

Espera-se em 2009 inverter o actual estado de situação, até porque é expectável virem a ser reunidas as condições para a certificação de despesa junto da CE.

3.2. Eixo prioritário II - Emprego e Coesão Social

3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Informação e análise qualitativa relativa aos progressos físicos e financeiros

Pretende-se neste ponto descrever o estado de avanço do Eixo II e das respectivas vertentes e tipologias de intervenção, decorrente da análise da realização física e financeira até ao ano de 2008.

A informação respeitante aos indicadores de realização é apresentada no Quadro n.º 31 (informação relativa à realização física acumulada) e no Quadro n.º 32 (ventilação dos indicadores do Eixo II por género, tipo de entidade e público-alvo).

Quadro n.º 31 - Resumo Implementação Física - Eixo II

Eixo Prioritário	Indicadores	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Nº de estagiários apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0								0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	852								852
		Metas	230	230	230	230	230	230	230	230	230	2.070
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	0								0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	0								0
		Metas	350	350	350	350	350	350	350	350	350	3.150
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº de postos de trabalho apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	17								17
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	174								174
		Metas	144	144	144	144	144	144	144	144	144	1.296
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	133								133
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	545								545
		Metas	119	119	119	119	119	119	119	119	119	1.071
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº de clubes de emprego apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	35								35
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	35								35
		Metas	17	17	17	17	17	17	17	17	17	153
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	760								760
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	1.714								1.714
		Metas	432	432	432	432	432	432	432	432	432	3.888
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.								n.a.

NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

(2) Core indicators: na fase de negociação do QREN e dos Programas Operacionais foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem "metas" nem "valores de referência / situações de partida" para estes indicadores.

n.a. - não aplicável

Fonte: SIIFSE

Quadro n.º 32 - Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo II - Ano 2008

Eixo Prioritário	Tipologia de Intervenção	Indicadores de Realização Física	Nº	Género		Tipo de Entidade		Público Alvo	
				H	M	Privado	Público	Desemp.	DLD
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Estágios Profissionais	Nº de estagiários apoiados	0	0	0	0	0		
	Assistência e orientação para a inserção na vida activa	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	0	0	0				
	Prémios à auto-colocação	Nº de postos de trabalho apoiados	17	1	16			12	5
	Apoios à Contratação								
	Apoios à Criação do Próprio Emprego								
	Iniciativas Locais de Emprego								
	Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família	Nº participantes apoiados	133	2	131			109	24
	Formação/Emprego								
	Clube de Emprego	Nº de clubes de emprego apoiados	0			0	0		
	Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas	Nº participantes apoiados	760	235	525	25	735	404	356
	Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência								
	Ocupação de Desempregados								
	Empresas de Inserção								
	Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção								

Fonte: SIIFSE

Ao nível dos indicadores de realização do Eixo II, verificamos que os níveis de realização associados aos Programas Formação Emprego e ao grupo dos Programas de Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas, Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência, Ocupação de Desempregados, Empresas de Inserção e Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção ultrapassaram as metas traçadas para os anos de 2007 e 2008.

Os indicadores associados às restantes tipologias de intervenção ao nível do Emprego apresentam desvios em relação aos objectivos previstos, embora a situação, em termos de projectos aprovados e em execução, subjacente ao “número de estágios apoiados”, ao “número de postos de trabalho apoiados” e ao “número de clubes de emprego apoiados” seja bastante favorável (realização prevista). Apenas o indicador associado à assistência e orientação para a inserção de jovens na vida activa não regista realizações.

A obstar ao pleno cumprimento das metas previstas, encontra-se a conjuntura desfavorável que tem condicionado a acção, por um lado, dos serviços de emprego e, por outro, dos próprios beneficiários, de que é exemplo a dificuldade sentida na criação de novos postos de trabalho e de pequenas iniciativas empresariais formadas por desempregados. Em particular, no que toca ao apoio a desempregados, a actuação será no sentido da revisão dos respectivos programas tornando-os mais atractivos e adaptados à realidade do actual contexto socioeconómico.

Em função igualmente das ventilações definidas para os indicadores do Eixo II, é possível aferir as seguintes relações:

- Em qualquer um dos indicadores já objecto de quantificação em 31.12.2008, é o sexo feminino que detém um maior peso no que toca ao número de abrangidos (entre 69% e 98%).
- No que respeita à Vertente de Intervenção “Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho”, as entidades públicas representam 97% dos participantes apoiados.
- Qualquer que seja o indicador já objecto de quantificação no final de 2008, e em termos de público-alvo, os desempregados de longa duração absorvem a menor fatia em termos de abrangência (entre 18% e 47%).

Com base na informação apresentada, é assim possível aferir que os valores alcançados em 2008 concorrem, na sua

generalidade, para o cumprimento dos objectivos operacionais propostos, com as ressalvas referidas.

No que respeita a apresentação de candidaturas, no âmbito do Eixos II são apresentadas ao longo do período de programação, ie, funcionam em regime de candidatura aberta (início a 18 de Dezembro de 2007).

Quadro n.º 33 - Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção

	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Contratadas	Nº de Candidaturas Concluídas
Transição para a Vida Activa	3	3	3	0	3	0
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	14	14	14	0	14	0
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	10	10	10	0	10	0
TOTAL	27	27	27	0	27	0

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O total das candidaturas apresentadas ao Eixo II - foram aprovadas por parte da Autoridade de Gestão.

Visão compreensiva das dinâmicas de aprovação

A distribuição de projectos aprovados no âmbito do Eixo Prioritário referente ao Emprego e Coesão Social, reflecte as opções das políticas activas de emprego da Região, no apoio à inserção e empregabilidade de jovens e adultos. Assim, observa-se uma concentração acentuada do investimento do FSE nos projectos de estágios profissionais para jovens (cerca de 37% do investimento total elegível) e no apoio aos adultos, nomeadamente aos desempregados, distribuídos entre acções formação/emprego (15,1%) e programas ocupacionais, com maior peso para os desempregados (13,3%), ligeiramente superior ao investimento na ocupação de trabalhadores subsidiados, uma tipologia que deverá ser objecto de pressão crescente, a curto prazo, face às tendências de evolução do desemprego registado.

Quadro n.º 34 - Distribuição dos projectos aprovados, por Tipologia de intervenção do Eixo II

%

Tipologia de intervenção	N.º Proj.	Custo Total Elegível	Despesa Pública	FSE
2.1. Transição para a Vida Activa				
Estágios Profissionais	7,4	36,7	36,7	36,7
Estágios Profissionais - Europa	3,7	0,2	0,2	0,2
2.2. Apoio ao emprego e Desenvolvimento Local				
Apoio à Contratação	7,4	4,0	4,0	4,0
Apoio à Criação do Próprio Emprego	7,4	0,5	0,5	0,5
Clubes de Emprego	7,4	2,3	2,3	2,3
UNIVAS	7,4	1,0	1,0	1,0
Criação do Próprio Emprego	7,4	0,7	0,7	0,7
Formação / Emprego	7,4	15,1	15,1	15,1
Iniciativas Locais de Emprego	7,4	5,4	5,4	5,4
2.3. Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos				
Programa Ocupacional de Desempregados	7,4	13,3	13,3	13,3
Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados	7,4	11,5	11,5	11,5
Subsídios de compensação e prémios de integração	7,4	1,7	1,7	1,7
Empresas de Inserção	7,4	5,6	5,6	5,6
Vida e Trabalho	7,4	2,0	2,0	2,0
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Não obstante a diversidade das tipologias de intervenção em presença, que responde de forma significativa aos pilares/directrizes do Plano Regional de Emprego, os volumes de investimento nas demais tipologias apresentam-se relativamente residuais. No entanto, merecem destaque as verbas aprovadas para as tipologias que remetem para o empreendedorismo de base sócio-local, designadamente os apoios destinados às empresas de inserção (5,6% da despesa pública) e às iniciativas locais de emprego (5,4%).

A dinamização destas tipologias de intervenção deverá continuar a constituir uma componente relevante do esforço de divulgação e suscitação de iniciativas, desenvolvido pelo serviço público de emprego regional, a par da activação dos instrumentos de apoio à procura de emprego (UNIVAS e Clubes de Emprego).

Relativamente a situação financeira, o Eixo II – Emprego e Coesão Social já apresenta um nível de aprovações elevado, 29,8%, face ao Programado, sendo a vertente de intervenção “Transição para a Vida Activa” que abarca a maior parcela de aprovações, contribuindo para dinâmica deste Eixo.

Quadro n.º 35 - Montantes Aprovados no Eixo II

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações (AP)		Taxa de Compromisso (%) (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.108.450	8.886.760	4.664.347	3.731.477	42,0	42,0
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	2.839.784	2.271.827	23,9	23,9
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	3.879.221	3.103.376	25,4	25,4
Total	38.250.000	30.600.000	11.383.351	9.106.681	29,8	29,8

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Ao analisarmos o Eixo II relativamente a execução, este apresenta uma taxa de execução face à programação de apenas 4,4% o que é reflexo do atraso sentido nas aprovações das operações.

Quadro n.º 36 - Montantes Executados no Programa

Unidade: Euros

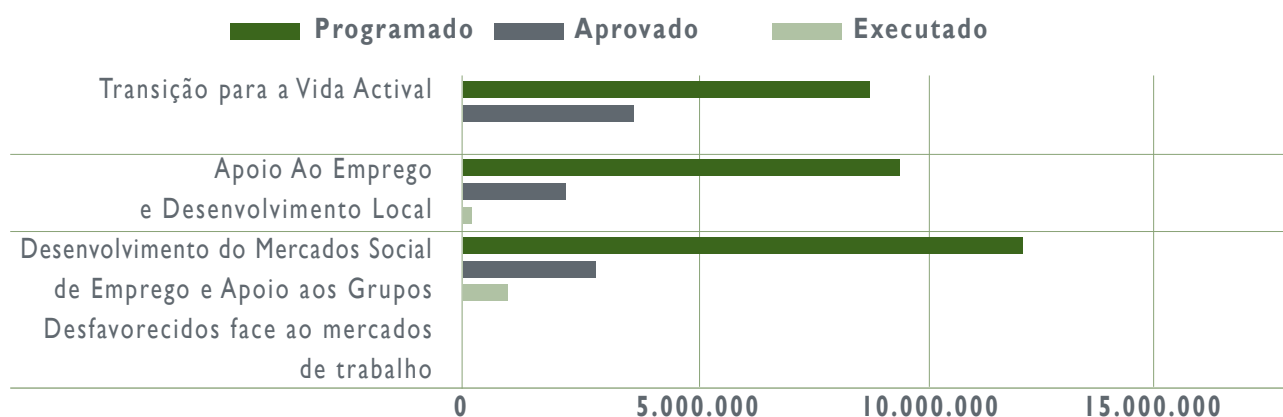
Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução (EX)		Taxa de Execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.108.450	8.886.760	0	0	0%	0%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	410.291	328.233	3,5%	3,5%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	1.254.276	1.003.421	8,2%	8,2%
Total	38.250.000	30.600.000	1.664.567	1.331.654	4,4%	4,4%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

A taxa de execução situa-se nos 4,4%, para a qual contribui a execução da Vertente de Intervenção “Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho”. Este Eixo atingiu já um montante de despesa pública de 1.664.567 Euros e 1.331.654 Euros de FSE.

A baixa execução neste Eixo reflecte também o atraso sentido na implementação dos procedimentos necessários à verificação das despesas apresentadas pelos beneficiários, uma vez que, a exemplo do sucedido com o resto do Programa, designadamente ao nível do Sistema de Informação, só no último trimestre de 2008 é que se efectivaram as condições para funcionar na sua plenitude.

Gráfico n.º 25 - Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Vertente de Intervenção (Eixo II)



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Os elementos reportados à execução, até 31.12.2008, dos projectos aprovados traduzem fundamentalmente as dinâmicas induzidas pelos programas de médio prazo destinados a apoiar adultos desempregados e subsidiados, no âmbito da Vertente de Intervenção “Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos”. Esta vertente de intervenção tem, aliás, a taxa de execução da despesa pública (executado/programado) mais elevada (8,2%).

3.2.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os principais problemas com a execução do Programa e as medidas tomadas para os resolver, apresentados nos pontos 2.4 e 3.2.1, estendem-se igualmente ao Eixo ora em reporte. De destacar, em particular, a demora na adequabilidade do Sistema de Informação e as razões relativas à conformidade do Sistema de Gestão e Controlo, agravada pelas questões pendentes na área do emprego, cujo processo conheceu variadíssimos desenvolvimentos, muitas vezes originadores de sucessivas indefinições e subseqüentes atrasos no processo de implementação do Programa.

4. Coerência e concentração

Na actual fase de desenvolvimento dos Eixos Prioritários do Programa, os elementos processados nesta secção do Relatório de Execução de 2008, são predominantemente centradas na concepção e formulação de objectivos estratégicos do Rumos na sua relação com as Orientações da Estratégia Europeia para o Emprego e com os objectivos comunitários relacionados com o emprego. No final de cada ponto são anotadas referências aos contributos potenciais para aquelas Orientações e objectivos comunitários, resultantes das dinâmicas de aprovação acumuladas ao longo da vigência do Programa.

4.1. Descrição da coerência e da sinergia do Programa com as acções empreendidas no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego

As Orientações para o Emprego que consubstanciam, em termos de domínios políticos, a intervenção do Fundo Social Europeu e enquadram o desenho dos Programas Nacionais de Reforma, consagram três prioridades de acção que deverão delimitar as políticas de desenvolvimento do capital humano dos Estados-Membros:

- atrair e reter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social;
- melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade dos mercados de trabalho;
- reforçar o investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências.

A Matriz seguinte, construída no âmbito da Avaliação ex-ante do Programa aprecia os níveis de intensidade de relação entre estas Orientações e os vectores/objectivos estratégicos do PO.

Orientações para o Emprego Objectivos Estratégicos do Programa Rumos	Atrair e reter um maior número de pessoas no mercado de tra- balho e modernizar os sistemas de protecção social	Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade dos mercados e trabalho	Reforçar o investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências
Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira	● ●	● ●	● ● ●
Elevar as competências regionais correspondentes à formação de base tecnológica e profissionalizante	● ● ●	● ●	● ● ●
Criar emprego em articulação pró activa com o fomento da iniciativa empresarial e a inserção profissional	● ●	● ●	×
Aumentar a coesão social	● ●	×	×
Melhorar a eficácia da governação regional nos domínios da educação da formação, do emprego e da coesão social	● ●	×	● ●

Legenda: × - Ausência de relação com significado; ● ● - Relação de complementaridade média; ● ● ● - Relação de complementaridade forte.

Na análise dos elementos de coerência e sinergia da intervenção apoiada pelo FSE na Região Autónoma da Madeira, importa salientar que a abordagem da programação atribuiu prioridade às intervenções no domínio da educação e da formação, uma preponderância que reflecte uma opção das políticas de desenvolvimento do potencial humano centrada na Orientação “Aumentar o investimento em capital humano melhorando a educação e as competências”.

No entanto, as intervenções de qualificação escolar e profissional dos recursos humanos apresentam sinergias com as outras duas Orientações:

- apoios ao emprego, na óptica da qualidade e da produtividade do trabalho (beneficiam de contributos da qualificação profissional); e
- melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas (recebe contributos das abordagens de aprendizagem ao longo da vida).

Na leitura dos níveis de coerência e sinergia patentes na Matriz, importa ainda evidenciar os seguintes elementos implícitos, decorrentes dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários do Programa Rumos:

- o investimento na antecipação de competências orientadas para o reforço da competitividade e da produtividade da economia regional, com base nas orientações do Estudo Prospectivo de Perfis Profissionais dinamizado pelo Organismo Intermédio Direcção Regional de Qualificação Profissional;
- a intenção de mobilizar as empresas para o investimento nos seus recursos humanos, através de uma (re)organização laboral facilitadora de frequência de acções de formação no quadro dos dispositivos de aprendizagem ao longo da vida, especialmente por parte dos trabalhadores de baixas qualificações e de meia idade;
- a programação das medidas facilitadoras do acesso ao emprego dos jovens e à transição do mundo escolar para o mundo do trabalho (modalidades formativas profissionalizantes, orientação profissional, acesso a acções de formação pré-escolar, ...), medidas que relevam também de orientações constantes do Pacto Europeu para a Juventude;
- a aposta na diversificação e consolidação de parcerias de integração para pessoas desfavorecidas ou em risco de exclusão (ex.º, jovens em situação de abandono escolar precoce, desempregados de longa duração e pessoas portadoras de deficiência) visando a garantia de mercados de trabalho inclusivos;
- a aposta na melhoria da eficácia e eficiência dos serviços de emprego na prestação de serviços aos candidatos a emprego, aos desempregados e às pessoas desfavorecidas, da responsabilidade do Instituto Regional de Emprego.

A repartição indicativa do Plano de Financiamento do Programa (componente financiamento comunitário), por categoria de despesa, é globalmente coerente com as apostas assinaladas, privilegiando na afectação de recursos as tipologias de intervenção que remetem para o aumento da participação no ensino e na formação ao longo da vida (53,1%), complementadas por intervenções dirigidas à qualidade do ciclo formativo e incluindo a formação de formadores ($\approx 8,2\%$). A promoção do emprego, nomeadamente via medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho, recebe do volume financeiro 16,2%, complementadas por apoios ao emprego independente e à criação de empresas (3%).

As alíneas seguintes sistematizam as principais sinergias e elementos de coerência dos objectivos estratégicos do Rumos com as perspectivas da Estratégia Europeia veiculada pelo PNACE (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego) e pelo PRAI (Plano Regional de Acção para a Inclusão).

a) Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE)

A implementação do PNACE 2005-2008 em Portugal teve em vista atingir quatro objectivos estratégicos que constituem uma agenda para a modernização visando concretizar a ambição de «Colocar Portugal de novo no centro do processo de desenvolvimento à escala da União Europeia e à escala global, promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, das empresas, das instituições, dos territórios, do desenvolvimento científico e do reforço da atractividade, da coesão social e da qualidade ambiental.».

Intensidade de articulação entre o Programa Rumos e o PNACE

Objectivos Estratégicos PNACE Objectivos Estratégicos do Programa Rumos	Reforçar a credibilidade	Apostar na confiança	Assumir os desafios da competitividade	Reforçar a coesão social, territorial e ambiental
Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira	✕	●●	●●●	●●
Elevar as competências regionais correspondentes à formação de base tecnológica e profissionalizante	✕	●●●	●●●	●●
Criar emprego em articulação pró activa com o fomento da iniciativa empresarial e a inserção profissional	✕	●●	●●	●●
Aumentar a coesão social	✕	●●	●●	●●●
Melhorar a eficácia da governação regional nos domínios da educação da formação, do emprego e da coesão social	✕	✕	✕	✕

Legenda: ✕ - Ausência de relação com significado; ●● - Relação de complementaridade média; ●●● - Relação de complementaridade forte.

Na perspectiva das complementaridades externas do Programa Rumos com o PNACE, importa destacar sobretudo a intensidade de relação com o objectivo estratégico “Reforçar a coesão social, territorial e ambiental” o qual enquadra, na óptica do PNACE, a promoção do emprego, o combate ao desemprego e o reforço da educação e qualificação da população portuguesa, numa óptica de aprendizagem ao longo da vida.

Trata-se de uma paleta densa de objectivos que integra significativamente os vectores/objectivos estratégicos propostos para o Programa, como integra também os objectivos específicos delineados para os respectivos Eixos Prioritários. Aquela paleta densa de objectivos é abordada, em termos de políticas transversais, na política de Qualificação, Emprego e Coesão Social.

b) Plano Regional de Acção para a Inclusão (PRAI)

A Região Autónoma da Madeira elaborou um instrumento próprio no sentido de enquadrar as acções para a inclusão social, o Plano Regional de Acção para a Inclusão.

Em matéria de níveis de complementaridade entre o Programa Rumos e o PRAI, valorizou-se sobretudo o facto de um dos cinco objectivos estratégicos reportar ao Aumento da Coesão Social, claramente integrador da “prevenção dos riscos de exclusão” e da “actuação em favor dos mais vulneráveis”, dois grandes objectivos do PRAI. Também no domínio da melhoria dos níveis educacionais e da eficácia da governação, na esfera da coesão social, se registam complementaridades potenciais relevantes.

Intensidade de articulação entre o Programa Rumos e o PRAI

Grandes Objectivos do PRAI	Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços	Prevenir os riscos de exclusão	Actuar em favor dos mais vulneráveis	Mobilizar o conjunto dos intervenientes
Objectivos Estratégicos do Programa Rumos				
Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira	×	×	×	×
Elevar as competências regionais correspondentes à formação de base tecnológica e profissionalizante	×	×	×	×
Criar emprego em articulação pró activa com o fomento da iniciativa empresarial e a inserção profissional	●●	×	●●	×
Aumentar a coesão social	●●●	●●●	●●●	●●●
Melhorar a eficácia da governação regional nos domínios da educação da formação, do emprego e da coesão social	●●	●●	●●	●●●

Legenda: × - Ausência de relação com significado; ●● - Relação de complementaridade média; ●●● - Relação de complementaridade forte.

c) Elementos de coerência e sinergia verificados

Os dados relativos às dinâmicas de aprovação analisadas no ponto 3 deste Relatório permitem destacar como principais sinergias do Programa com as acções empreendidas no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego, as seguintes:

- forte peso do investimento na transição para a vida activa, compreendida nas tipologias de intervenção do Eixo Emprego e Coesão Social, designadamente através dos apoios aos estágios profissionais que se tem revelado o principal instrumento facilitador do acesso ao emprego dos jovens;
- forte investimento no capital humano, através da melhoria dos níveis educativos e das competências da população jovem, mediante o financiamento de um leque diversificado de percursos alternativos, com destaque para as formações profissionalizantes (cursos profissionais, sistema de aprendizagem e cursos educação/formação para jovens).

As tipologias de intervenção associadas à melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, com expressão nas dinâmicas de investimento aprovado, têm níveis de execução ainda limitados e devem ser gradualmente enquadradas por uma aplicação dos critérios de selecção que reflecta, de forma dinâmica, as necessidades de reconversão profissional e de competências técnicas especializadas para a melhoria da capacidade competitiva das organizações empregadoras.

4.2. Descrições de como as acções do FSE contribuem para concretizar as recomendações referentes ao emprego

As complementaridades de actuação e os níveis de contributividade do Programa Rumos decorrem das dimensões de articulação com as políticas públicas regionais, parte das quais se encontra enquadrada em Planos Regionais de que são exemplo o Plano Regional de Emprego e o Plano Regional de Acção para a Inclusão.

Os quadros seguintes evidenciam sinergias potenciais relevantes que, em grande medida, deverão ser concretizadas: nas estratégias de abordagem das entidades beneficiárias, segundo as medidas de política e o conteúdo das tipologias de intervenção do Programa; e nos dispositivos de gestão e acompanhamento dos organismos responsáveis pela gestão.

a) Plano Regional de Emprego (PRE 2005-2008)

A versão mais recente do Plano Regional de Emprego (2005-2008) tem uma estruturação distinta do passado, desenvolvendo-se agora em torno das três prioridades gerais das Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego que se concretizam em sete orientações específicas acolhidas no PRE 2005-2008.

Prioridades/Orientações do PRE	Atrair e reter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas ...	Aumentar o investimento em capital humano melhorando a educação e as competências
Objectivos Estratégicos do Programa Rumos			
Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira	● ●	● ●	● ● ●
Elevar as competências regionais correspondentes à formação de base tecnológica e profissionalizante	● ●	● ●	● ● ●
Criar emprego em articulação pró activa com o fomento da iniciativa empresarial e a inserção profissional	● ●	● ●	● ●
Aumentar a coesão social	● ●	● ●	
Melhorar a eficácia da governação regional nos domínios da educação da formação, do emprego e da coesão social	● ●	● ●	● ● ●

Legenda: ✕ - Ausência de relação com significado; ● ● - Relação de complementaridade média; ● ● ● - Relação de complementaridade forte.

As dimensões de complementaridade entre o PRE 2005-2008 e o Programa Rumos são acentuadas face à matriz de referência de elaboração do Plano, embora fortemente medeadas pela vertente Educação-Formação do Programa.

Os aspectos ligados à transformação estrutural do sistema de emprego, ao modelo de organização do trabalho e de relações laborais, bem como as matérias de regulação salarial, não são objecto da programação, embora na formulação das condições de acesso e dos critérios de selecção, a preencher no âmbito dos apoios das diferentes tipologias de intervenção do Programa, tenham sido ventiladas descrições positivas destinadas a estimular a adopção das práticas subjacentes às orientações integradas para o emprego que foram vertidas no PRE 2005-2008.

(b) Recomendações comunitárias em matéria de emprego

A matriz seguinte sistematiza os elementos de contributividade das acções do FSE (segundo as tipologias de intervenção do Rumos) para a concretização das recomendações comunitárias em matéria de emprego nos domínios da educação e formação e da inclusão social.

Objectivos CE relacionados com o emprego	Educação		Formação
	Aprendizagem ao longo da vida	Reforço do capital humano	Adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários
Tipologias de Intervenção do Rumos			
I.1. Qualificação Inicial			
I.1.1. Sistema de Aprendizagem	●●	●●●	×
I.1.2. Cursos Profissionalizantes	●●	●●●	×
I.1.3. Cursos de Educação e Formação	●●●	●●●	×
I.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica	●●	●●●	×
I.1.6. Educação Especial e Reabilitação	●●●	●●●	×
I.2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida			
I.2.1. Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos	●●●	●●	●●●
I.2.2. Formação Profissional da Administração Pública	●●●	●●●	●●●
I.2.3. Acções de Formação-Consultoria	●●●		●●●
I.2.4. Formação de Docentes e Formadores	●●●	●●●	●●●
I.2.5. Formação de Adultos	●●●	●●	●●●
I.2.6. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	●●●	●●	●●●
I.3. Formação Avançada			
I.3.1. Bolsas para Professores / Investigadores	×	●●●	×
I.3.2. Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	×	●●●	×
I.3.3. Cursos de Formação Avançada	×	●●●	×
I.3.4. Projectos de Investigação	×	●●●	×

Legenda: × - Ausência de relação com significado; ●● - Relação de complementaridade média; ●●● - Relação de complementaridade forte.

Os contributos das acções FSE do Rumos para a concretização das recomendações comunitárias em matéria de emprego são especialmente intensos nas vertentes da Qualificação inicial visando o reforço do capital humano. Este objectivo recolhe complementaridades predominantemente fortes tanto com origem nas modalidades de qualificação inicial, como nas modalidades que desenvolvem uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida e na formação avançada.

O objectivo relativo à adaptabilidade dos trabalhadores das empresas e dos empresários tem respostas do Programa concentradas nas tipologias referentes à Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, as quais percorrem uma paleta enriquecida de modalidades que inclui, como novidades, a autonomia conferida à formação-consultoria e à formação para os agentes da Administração Pública Regional e Local.

O Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social do Rumos, por seu lado, estrutura um conjunto de tipologias de intervenção relativamente clássicas mas que percorrem a totalidade das modalidades de actuação das políticas activas de emprego, incluindo intervenções dirigidas ao estímulo do empreendedorismo social e territorial. Estas tipologias de intervenção são fortemente tributárias da relevância assumida no PRE 2005-2008 pelas vertentes de apoio aos jovens, aos adultos desempregados e aos grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.

(c) Elementos relevantes para a concretização das recomendações referentes ao emprego

Em breve síntese das dinâmicas de aprovação registadas pelos Eixos Prioritários do Rumos na relação com os objectivos comunitários referentes ao emprego, destacam-se:

- No *domínio da Educação e Formação*, o peso de investimento dos projectos enquadrados nas modalidades que remetem para o reforço do capital humano, inscritas na Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida, ligeiramente suplantado pelo investimento em tipologias revertíveis à Adaptabilidade de trabalhadores, empresas e empresários, quer no tocante à formação de adultos/activos empregados, quer no tocante à formação/consultoria.
- No *domínio do Emprego e da Inclusão Social*, as dinâmicas de aprovação (e de execução) do respectivo Eixo Prioritário são significativamente marcadas pelo apoio aos jovens e pelo peso das tipologias referentes ao apoio aos desempregados e à inclusão social. Trata-se de modalidades com elevada prioridade numa conjuntura caracterizada pela consolidação de níveis de desemprego elevados para o contexto regional.

Matriz de relação entre as tipologias de intervenção do Rumos e os objectivos comunitários relacionados com o emprego nos domínios do Emprego e da Coesão Social

Objectivos CE relacionados com o emprego	Emprego	Inclusão Social
	Acesso ao emprego e sustentabilidade laboral	Inclusão social das pessoas desfavorecidas
Tipologias de Intervenção do Rumos		
2.1. Transição para a Vida Activa		
Estágios Profissionais	● ● ●	×
2.2. Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local		
Apoio à Contratação	● ● ●	×
Apoio à Criação do Próprio Emprego	● ● ●	● ●
Clubes de Emprego	● ● ●	● ●
UNIVAS	● ●	● ● ●
Criação do Próprio Emprego	● ● ●	● ●
Formação / Emprego	● ● ●	● ● ●
Iniciativas Locais de Emprego	● ● ●	● ●
2.3. Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos		
Programa Ocupacional de Desempregados	● ●	● ● ●
Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados	● ●	● ● ●
Subsídios de compensação e prémios de integração	● ●	● ● ●
Empresas de Inserção	● ● ●	● ● ●
Vida e Trabalho	● ●	● ● ●

Legenda: × - Ausência de relação com significado; ● ● - Relação de complementaridade média; ● ● ● - Relação de complementaridade forte.

Neste contexto, e do ponto de vista da gestão e desenvolvimento do Programa, o Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social deverá enquadrar, pela positiva, os riscos de marginalização dos desempregados de longa duração e de aprofundamento da exclusão, mas deverá também estimular as iniciativas para a empregabilidade, nomeadamente dos jovens e desempregados, dotando-os de qualificações mais dinamicamente ajustadas às necessidades de iniciativa.

5. Assistência técnica

A Assistência Técnica pretende financiar as actividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo do Programa, bem como actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos Fundos.

Neste sentido, foi apresentado uma candidatura, da responsabilidade do IDR, com vista a cobrir as despesas decorrentes da actividade da implementação do Programa. Das despesas incluídas nesta candidatura destacam-se as relacionadas com o Sistema de Informação do Fundo Social Europeu, uma vez que absorve 63% do total apresentado.

No ano de 2008 foram efectuadas e pagas pelo Programa, no âmbito da Assistência Técnica, despesas no valor de 216.025 Euros, como se pode verificar no Quadro n.º 3 apresentado no ponto 2.1. Pese embora este Eixo assumia uma taxa de compromisso considerável face ao financiamento programado, 24% (Quadro n.º 9), a taxa de execução situa-se apenas nos 5% (Quadro n.º 10).

6. Informação e publicidade

O Instituto de Desenvolvimento Regional, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Rumos, tem como responsabilidade assegurar a ampla divulgação das intervenções deste Programa, visando uma vasta cobertura mediática e recorrendo às mais diversas formas e métodos de comunicação, concretizando assim um conjunto diferenciado de acções destinadas a potenciais beneficiários, a beneficiários e ao público em geral.

Para além da AG, os Organismos Intermédios, no âmbito das funções delegadas, procedem também à divulgação das possibilidades de co-financiamento do Fundo Social Europeu.

Assim, tendo em conta que a divulgação e a publicidade são consideradas instrumentos fundamentais da governação do Programa Rumos, e com vista a garantir os objectivos associados a este tipo de acções, o ano de 2008 destacou-se pela implementação de um conjunto de actividades integradas em duas fases de actuação e previstas na proposta de Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 (PEC): o Lançamento e Notoriedade (período: 2007-2008) e o Relançamento e Consolidação (período: 2008-2011) deste Programa/Marca.

Refira-se, contudo que mereceu destaque, na primeira metade do ano de 2008, a preparação, em paralelo, da proposta do Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013, bem como todo o processo decorrente da sua aceitação pela Comissão Europeia.

Importa seguidamente destacar em específico as características do PEC, no âmbito do Programa Rumos, bem como as respectivas acções de informação e publicidade implementadas em 2008. É ainda relevada a participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN.

a. Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013

Nos termos do artigo 69.º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho, é da competência da Autoridade de Gestão a responsabilidade de assegurar a informação e a publicidade relativas às operações e aos programas co-financiados, no quadro de um programa de comunicação apresentado à Comissão Europeia. Para tal, foi elaborado o Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013, aceite pela Comissão Europeia em 10 de Junho de 2008, o qual abrange a estratégia global da comunicação e o plano das acções a desenvolver em relação aos dois Programas Operacionais - Intervir+ e Rumos - por se entender a articulação entre ambos os PO como decisiva para o sucesso da comunicação, no sentido de os públicos-alvo reterem a existência de uma direcção comum, pensada, com estratégia.

O PEC, disponível na página do Programa Rumos no sítio Web do IDR, no campo de Informação e Publicidade, assume-se como uma ferramenta dinâmica de participação e diálogo com o cidadão e mobiliza os diferentes públicos-alvo (internos e externos, de potenciais e finais beneficiários a stakeholders, ao público em geral) dos Programas (Intervir+ e Rumos), com vista a assegurar uma ampla divulgação das intervenções operacionais e sobre as respectivas possibilidades proporcionadas por cada Programa.

A Estratégia Comunicacional da marca Rumos obriga-se a uma matriz de actuação compaginada com as normas comunitárias e como parte integrante da estratégia de comunicação do QREN e pauta-se por determinados valores, já enunciados no anterior Relatório de Execução do Programa.

A Estratégia de Comunicação visa garantir o conhecimento universal dos benefícios do Programa e estrutura-se numa ampla abordagem comunicacional recorrendo aos instrumentos mediáticos ajustados e sempre pautados pelos valores definidos.

Nesta linha, o Plano desenvolve-se em três palcos de comunicação, articulados entre si, designadamente:

- 1º Palco – Imprensa – como elemento fundamental de qualquer política de comunicação;
- 2º Palco – Internet – pelo facto das tecnologias digitais, como é o caso, serem também consideradas um veículo privilegiado de comunicação, sempre e quando seja utilizada de forma pró-activa;
- 3º Palco – Organização de eventos estruturantes do evoluir das acções ao longo do período de programação e que permitem uma importante interacção com o público.

Esta estratégia dos três grandes palcos de comunicação - como trave mestra do Plano - envolve, naturalmente, outras acções previstas no PEC.

Contudo, saliente-se o facto de estar prevista uma monitorização e avaliação das acções do PEC (Parte IV do Plano), com periodicidade anual, com vista a ajustar a acção prevista no Plano. Estes estudos constituem-se como novos conteúdos de comunicação e terão uma função também prospectiva, antecipando necessidades dos públicos e gerando insights para afinação das acções previstas. Nas metodologias a seguir nestes estudos de opinião serão consideradas as abordagens qualitativas e quantitativas. Refira-se que em 2008 foi lançado um concurso, tendo sido adjudicado no mesmo ano o Estudo à APEME – Área de Planeamento e Estudos de Mercado, Lda., para as acções desenvolvidas nos anos de 2008 (inclui finais de 2007), 2009 e 2010.

O primeiro estudo teve início em Dezembro de 2008 e prevê-se que decorra até finais de Março de 2009.

b. Acções de Informação e Publicidade do PEC

O conjunto das acções previstas no PEC para 2008, no âmbito do Programa Rumos, encontra-se dividido em dois tipos de acções. Por um lado, as acções estruturantes, que possuem uma acentuação informativa e, por outro, as acções temáticas que apostam na interacção entre as pessoas e as instituições, com vista a gerar uma inter-motivação dos actores sociais.

b.1. Acções Estruturantes:

No decorrer do ano em análise foram executadas as acções estruturantes seguidamente enunciadas.

- **Sítio Web:** actualização da informação da página do Programa Rumos – www.idr.gov-madeira.pt/rumos/ . Quanto ao número de visitas, apenas em Setembro foi possível proceder à contagem por Programa, tal como se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro n.º 37 - Visitas ao site em 2008

Mês	Visitas ao Programa	Total de Visitas
Janeiro	Não era possível a contagem por Programa	535
Fevereiro		441
Março		533
Abril		526
Maio		472
Junho		379
Julho		341
Agosto		231
Setembro [A partir deste mês foi possível a contagem por Programa]	69	234
Outubro	113	372
Novembro	154	449
Dezembro	79	276



- **SIIFSE:** Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu, apresentado através de uma Sessão Pública no dia 27 de Fevereiro, organizada pela Direcção Regional de Qualificação Profissional, Organismo Intermédio no âmbito do Eixo I “Educação e Formação” do Programa Rumos. A partir daí foi possível a apresentação das candidaturas via online.

- **Guia de Normas de Informação e Publicidade:** encontra-se acessível em suporte digital, desde 30 de Abril, na página Web do Programa Rumos, através do campo de “Informação e Publicidade”. Este Guia foi criado com vista a apoiar os beneficiários, responsáveis pela gestão e execução das operações co-financiadas pelo Fundo Social Europeu, na execução das medidas de informação e publicidade em conformidade com a Decisão da Comissão – Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão de 8 de Dezembro -, com o Decreto-Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, que estabelece o regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu – que estabelece o regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu – Artigo 34º “Informação e Publicidade” e com a Resolução n.º 361/2008 de 21 de Abril do JORAM, Série II – n.º 43, aprovada pelo Conselho de Governo da Região Autónoma da Madeira, órgão de direcção política e estratégica de governação dos PO da RAM, no que respeita às Orientações em matéria de Comunicação.
- **Newsletter:** com periodicidade trimestral, distribuída em suporte papel - 500 exemplares por edição (Março, Junho, Setembro e Dezembro) - e divulgada em suporte digital para 244 entidades do sector público e privado da Região, também por edição. Esta publicação encontra-se ainda disponível no sítio Web da Autoridade de Gestão.



- **Lista dos Beneficiários:** publicada a partir de 9 de Junho na página Web do Programa Intervir+. Atualizada, de 2 em 2 meses, no máximo, perspectiva-se para 2009 que tal ocorra com uma periodicidade trimestral. Esta lista está acessível através do campo “Listagem de Beneficiários”.

[illegible]

- **Materiais publicitários e de merchandising:** à semelhança do que aconteceu em 2007, foram distribuídos vários produtos nas exposições empresariais, nas sessões informativas sobre os Programas Operacionais nos vários concelhos da RAM, em reuniões de trabalho e na exposição de rua (street show) ocorrida de 9 a 14 de Maio.

Dos produtos distribuídos, constam:



- Publicação do Programa Rumos em suporte papel e digital (CD e na página web do Programa);
- Flyers: um relativo ao Eixo I “Educação e Formação” e outro ao Eixo II “Emprego e Coesão Social”;
- Bloco de notas;
- Marcador para livros.
- Esferográfica e lápis;
- USB’s;
- Lanyard’s.

■ Anúncios Publicitários

Até o mês de Maio foi utilizado o lema de lançamento “Dá um Novo RUMO a tua Vida”, posteriormente, o lema aprovado no âmbito do PEC (a partir de Junho) “Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região”, dirigidos, quer um, quer outro, aos potenciais beneficiários e ao público em geral.

- Na imprensa escrita regional e nacional:



- Em revistas das transportadoras aéreas TAP e SATA:



- Na RTP-Madeira, de 10 de Março a 31 de Dezembro, foi novamente divulgado o anúncio promocional elaborado no âmbito do lançamento do Programa, com a duração de um minuto:



- Nas rádios regionais e locais – Rádio JM 88.8, TSF-Madeira, Posto Emissor de Radiodifusão do Funchal e as Rádios privadas (Rádio Popular, Rádio Zarco, Rádio Palmeira, Rádio Clube, Rádio Girão e Rádio Sol)- procedeu-se à divulgação de um anúncio publicitário de duração de 30 segundos, o mesmo havia sido concebido para o lançamento do Programa;
- Nos transportes públicos, autocarro a circular em todas as freguesias do Funchal:



- Nos mupi's de rua (nos principais acessos à cidade do Funchal) e nos aeroportos das ilhas da Madeira e do Porto Santo:



- Nas salas de cinema na Madeira e no Porto Santo, divulgação de um anúncio publicitário com a duração de um minuto (o mesmo transmitido na RTP-Madeira);
- No Site da Autoridade de Gestão (no campo "Notícias"):



■ Artigos e Press Releases na Comunicação Social

- Na imprensa escrita regional;



- Na RTP-Madeira e rádios regionais e locais – nos noticiários.
- •Hasteamento da bandeira da União Europeia no dia 9 de Maio. Esta acção foi complementada com uma Exposição de Rua - Street Show - tal como refere o PEC, de 9 a 14 de Maio, sobre os vários Programas Operacionais, entre os quais se destacou o Programa Rumos.

b.2.Acções Temáticas:

■ Mural Digital:



A ideia do Mural Digital consiste em pôr as escolas (alunos do 3º Ciclo e do Secundário), utilizando a Internet, a construir cada uma o seu “Mural” apontando as suas opiniões/experiências acerca do que de melhor encontram realizado, participado e concretizado na Madeira através do Programa Rumos (para além dos outros Programas com aplicação na Região, designadamente: Programa Intervir+, POVT-Eixo V e o Programa de Cooperação Madeira, Açores e Canárias.

Foi adjudicada à empresa Novabase Consulting S.A. a preparação do design e da estrutura informática.

Em Junho, em parceria com a Direcção Regional de Educação, foi realizada a primeira reunião de sensibilização aos representantes dos trinta e quatro estabelecimentos de ensino do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Secundário da Região Autónoma da Madeira. Quanto à segunda reunião, que se previa para o início do ano lectivo de 2008/2009, com o objectivo de proceder à apresentação formal do sistema e de orientar para a sua operacionalização, não foi exequível. No entanto, e de acordo com o PEC, esta acção encontra-se dentro do cronograma previsto já que o arranque terá de acontecer, efectivamente, no ano de 2009.

■ Exposições Empresariais:

O IDR participou, através de um stand, nas três principais exposições empresariais da Região, com vista inclusive a divulgar o Programa Rumos:

- Expomadeira: de 11 a 20 de Julho com cerca de 80 mil visitantes;
- Expo Porto Santo/Nautitur: de 30 de Agosto a 7 de Setembro com aproximadamente 40 mil visitantes;
- FIC – Feira da Indústria e da Construção: de 8 a 12 de Outubro com cerca de 30 mil visitantes.

O IRE também participou nas duas primeiras feiras, com um stand, e promovendo as medidas de emprego. Medidas essas co-financiadas pelo FSE.

Estas Exposições, para além de representarem um dos veículos privilegiados de divulgação do Programa, permitiram, de igual forma, estabelecer contactos com os diferentes públicos proporcionando-lhes os esclarecimentos e encaminhamentos solicitados.

■ Suplemento Anual:

- Designado por “Espaço Global”, consiste numa publicação que se pretende que seja acessível/perceptível ao público em geral, versa a acção dos Programas, em particular do Programa Rumos.

O processo de preparação e edição decorreu em 2008, contudo a sua distribuição (num total de vinte e oito mil exemplares), agendada para o mês de Dezembro de 2008, não se efectivou por ter coincidido com uma altura de sobrecarga de encomendas nas gráficas, facto agravado pela avaria ocorrida numa das máquinas da empresa à qual foi adjudicado este trabalho, vindo a ser prorrogada a sua distribuição para Janeiro de 2009.



■ Participação no Madeira European Way of Life:

- Embora esta acção seja uma acção temática da responsabilidade do Programa Intervir+, o Programa Rumos é, de igual modo, um participante privilegiado pelo facto de haver uma convergência no âmbito das intervenções.

Ação prevista no PEC, organizada pela Associação de Investigação Científica do Atlântico (AICA) em colaboração com o Instituto de Desenvolvimento Regional e a Universidade de Aveiro. Foi desenvolvida através de Congresso Internacional e subordinada ao sector do Turismo por ser uma actividade económica de grande importância para o desenvolvimento da Região, constituindo uma das prioridades temáticas de actuação no âmbito do PDES 2007-2013 e, por conseguinte, uma das áreas abrangidas pelos Programas Operacionais em vigor.

Este Congresso realizou-se nos dias 4 e 5 de Dezembro no Museu de Electricidade “Casa da Luz”, e teve como tema **“O Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Ilhas”**. A sua abordagem pretendeu dar contributos para a arquitectura da implementação de um desenvolvimento sustentável do Turismo dado que os recursos das ilhas são relativamente mais limitados, tornando-se, por isso, imperioso que o planeamento dos recursos naturais esteja em sintonia com o planeamento do uso do território, sendo o Turismo uma componente primordial no respectivo ordenamento.

O Congresso teve como convidados especialistas e investigadores na área do Turismo de vários países, nomeadamente do Canadá, Brasil, Reino Unido e do continente Português, bem como das Ilhas Canárias, Açores e Madeira. Salienta-se ainda a participação de 140 congressistas, entre as quais estiveram presentes entidades oficiais, entidades públicas e privadas, técnicos profissionais do sector, investigadores, professores e alunos da Universidade da Madeira e da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira.

Dos temas abordados, destacam-se as apresentações intituladas de: “Planeamento do Turismo e Análises do Ciclo de Vida: Uma aplicação às ilhas da Madeira e de Fernando Noronha”, “Estratégias de Inovação e Sustentabilidade em Ilhas”, “Elaboração de diagnósticos de gestão tecnológica para um desenvolvimento sustentável do sector turístico” e “Planeamento da Urbanização e do Turismo em Retrospectiva: Análises Interdisciplinares”.

A divulgação desta acção foi realizada através da comunicação social da Região, Sítio Web da Autoridade de Gestão e por convite via correio electrónico.

As conclusões deste Congresso deverão servir para que os actores envolvidos incorporem dinâmicas no planeamento e na implementação de medidas de política sustentáveis para o sector e para uma região como a Madeira.

■ Conferências/Colóquios:

- O IDR deu início a um conjunto de Sessões Informativas nos vários concelhos da RAM - em parceria com as respectivas Autarquias Locais - e na Universidade da Madeira, as quais incluíram a apresentação do Programa Rumos. Estas Sessões realizaram-se nos seguintes concelhos (9): Ribeira Brava (10 de Julho), Santa Cruz (14 de Julho), Calheta (18 de Julho), Santana (21 de Julho), São Vicente (24 de Julho), Porto Moniz (29 de Julho), Porto Santo (19 de Setembro), Machico (15 de Outubro), e em Câmara de Lobos (21 de Outubro) com uma participação média de vinte pessoas por Sessão



Sessões públicas informativas Programas Operacionais da RAM				
Concelho	Data	Horário	Situação	Local
Ribeira Brava	Quinta-feira - 10 de Julho	19h00	Realizado	Salão Paroquial
Santa Cruz	Segunda-feira - 14 de Julho	19h00	Realizado	Salão Paroquial
Calheta	Sexta-feira - 18 de Julho	19h00	Realizado	Salão Nobre
Santana	Segunda-feira - 21 de Julho	18h00	Realizado	Salão Nobre
São Vicente	Quinta-feira - 24 de Julho	19h00	Realizado	Centro de Promoção Cultural de São Vicente
Porto Moniz	Terça-feira - 29 de Julho	18h30	Realizado	Museu de Ciência Viva
Porto Santo	Sexta-feira - 19 de Setembro	16h00	Realizado	Edifício Histórico do Paços do Concelho do Porto Santo
Machico	Quarta-feira - 15 de Outubro	18h30	Realizado	Sala de Actividades Culturais da Junta de Freguesia de Machico
Câmara de Lobos	Terça-feira - 21 de Outubro	19h00	Realizado	Casa da Cultura de Câmara de Lobos

- Realizou-se, ainda, uma Sessão Informativa na freguesia do Imaculado Coração de Maria, no concelho do Funchal, a convite da própria, no dia 17 de Julho e na presença de catorze pessoas.

Nos restantes concelhos, Ponta do Sol, Calheta (a pedido pela segunda vez, da própria Câmara Municipal) e Funchal, tais Sessões Informativas estão previstas para 2009, por depender da disponibilidade das referidas Autarquias. Prevê-se ser o Funchal a encerrar este primeiro ciclo de Sessões, na presença de catorze pessoas.

- E, finalmente, foram realizadas Sessões Informativas na Universidade da Madeira:

- No dia 25 de Junho realizou-se uma Sessão integrada na acção Market Meeting Point @ DGE 2008, da responsabilidade do Departamento de Gestão e Economia da Universidade, destinada a alunos finalistas e recém-licenciados dos cursos de Gestão e de Economia, com uma participação de 70 alunos;

- No dia 15 de Outubro Sessão Integrada no 7º Encontro de Investigação Científica em Enfermagem, da responsabilidade da Escola Superior de Enfermagem da Madeira, destinada a alunos finalistas, recém-licenciados, professores e investigadores do curso de Enfermagem, com uma participação de 150 pessoas (professores e alunos).

- Foram realizadas pelo Organismo Intermédio as seguintes acções:

- Acção de formação: Sensibilidade na Área de Economia Social e Solidária, Projecto Escala de 25 Março 2008 a 11 de Abril;
- Formação em Gestão para Empreendedores;
- Encontros com o Futuro Profissional: 12, 15, 16, 20, 21 e 26 de Maio.

Realizou-se durante o ano de 2008 diversas sessões colectivas de informação abrangendo cerca de 3.000 desempregados inscritos no IRE. Nestas sessões a documentação disponibilizada tem a referência a co-financiamento do Programa Rumos.

■ Street Show:



- Consistiu numa Exposição de Rua com início no Dia Oficial da Europa – 9 de Maio e uma duração de uma semana (até 14 de Maio).
- Esta exposição, foi projectado um expositor de rua para o Programa Rumos do qual constava a divulgação da marca, da missão, dos objectivos e dos beneficiários do Programa.

Prestação de esclarecimentos:



De acordo com as orientações do PEC, tem sido prestado um serviço de fornecimento de informação, esclarecimentos e encaminhamentos aos potenciais e finais beneficiários sobre os apoios do Programa Rumos, quer via correio electrónico (através da sua inscrição no Site), quer via telefone e/ou presencial.

c. Participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN

A Autoridade de Gestão dos PO da RAM, através do Núcleo de Comunicação e Imagem, participa na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN desde Setembro de 2007. A Rede tem operacionalizado o Plano de Comunicação do QREN e acompanha a implementação dos Planos de Comunicação dos vários níveis de governação do QREN/Programas Operacionais, assim como identifica as oportunidades em termos de sinergias (acções a implementar conjuntamente), bem como alerta para as potenciais insuficiências no que respeita à coerência entre as iniciativas.

d. Monitorização e Avaliação das acções de Informação e Publicidade do PEC

Em conformidade com o PEC, a Autoridade de Gestão, após a consulta realizada a três empresas de Estudos de Opinião, adjudicou à empresa APEME - Área de Planeamento e Estudos de Mercado, Lda., o Estudo relativo à monitorização e avaliação das acções de informação e publicidade do Plano implementadas nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Relativamente ao estudo alusivo às acções de 2008, este irá ser implementado a partir de Janeiro de 2009, conforme Quadro n.º 42 (Anexo IV).

7. Conclusão e perspectivas futuras

O presente ponto pretende fazer o balanço do ano 2008 e destacar ou antever os progressos expectáveis para 2009.

Uma vez ultrapassados os formalismos que permitiriam a aprovação de candidaturas - a aprovação dos critérios de selecção, a elaboração da regulamentação específica e dos manuais de apoio à gestão - foi possível à AG dar início à aprovação das candidaturas, atingindo-se no final de 2008 um nível de compromisso considerável.

Apesar da adesão dos potenciais beneficiários ao Programa, a execução apresenta ainda níveis manifestamente baixos decorrente em grande parte do atraso sentido na implementação dos procedimentos necessários à verificação das despesas apresentadas pelos beneficiários, nomeadamente ao nível do Sistema de Informação, uma vez que só no último trimestre de 2008 é que se efectivaram as condições para funcionar na sua plenitude.

À luz do actual contexto de crise, não podemos aqui deixar de referir que a extrema sensibilidade da economia regional à conjuntura económica internacional desfavorável e os constrangimentos financeiros decorrentes da própria situação financeira da Região, influenciada por alguns factores de natureza endógena e exógena, resultam num cenário adverso, com reflexos concretos à escala regional, o qual poderá obstar a ritmos de aprovação e de execução expectáveis para a intervenção em condições regulares, constitui de per si razão de força maior à adopção de medidas de estímulo para o relançamento da economia, a serem preconizadas ao nível do QREN e dos Programas Operacionais.

O Programa configurar-se-á assim como um instrumento relativamente relevante para apoiar e complementar as medidas anti-crise que se perspectivam serão tomadas em 2009 e anos seguintes.

As medidas já adoptadas pela Comissão Europeia e pelas Autoridades Nacionais, no sentido de fazer face à crise financeira global, revestem-se contudo de uma importância significativa, atendendo a que permitem uma maior adequação dos apoios comunitários face à actual conjuntura. Realce-se em particular os estímulos ao emprego e à formação enquanto acções de grande relevância no sentido de um maior ajustamento das políticas dessa área à actual situação, caracterizada por um aumento significativo do desemprego.

Existem contudo algumas medidas que poderiam ainda ser tomadas, concretamente, pela Comissão Europeia, ao nível de uma maior operacionalidade, o que passaria por criar mecanismos mais flexíveis ao nível da execução dos Programas Operacionais.

O ano de 2008 ficou também marcado pelos trabalhos de elaboração da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo que, com a não aceitação pela Comissão Europeia em finais do ano em reporte, criará constrangimentos à própria implementação plena do Sistema de Gestão e Controlo no ano subsequente, com algumas consequências menos positivas ao nível da estabilização de procedimentos e obtenção de resultados em termos de execução do Programa.

Não obstante o retrocesso verificado neste âmbito, prevê-se que os trabalhos sejam concluídos no 1º trimestre do ano de 2009, mediante o parecer de conformidade da IGF e a aceitação do Sistema de Gestão e Controlo pela Comissão Europeia.

O protocolo com as Autoridades de Gestão do Programa Rumos e do Programa Operacional Regional co-financiado pelo FEADER, que estabelecerá os mecanismos e procedimentos a implementar para evitar a sobreposição de operações e financiamentos entre os respectivos Programas, deverá ser concluído no primeiro trimestre de 2009. Os trabalhos similares relativos ao protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa Rumos e do Programa Operacional co-financiado pelo FEP deverão por sua vez ser iniciados.

O Programa ainda assim registou avanços importantes no que concerne à estabilização definitiva do modelo de gestão e controlo, que constitui a base para que em termos operacionais se criem as condições efectivas para o seu desenvolvimento.

Em matéria de registo de informação via Sistema de Informação, devido a um pequeno atraso na implementação do projecto SIIFSE, prevê-se concluir o desenvolvimento das funcionalidades programadas até ao final do primeiro quadrimestre de 2009, depois de concluídas as funcionalidades relacionadas com a gestão da execução de alguns formulários (tipologias de intervenção) e pedidos de saldo.

Após conclusão da fase de adaptação do SIIFSE ao Programa Rumos, o sistema deverá entrar numa fase de manutenção da aplicação, no sentido da melhoria de algumas das funcionalidades existentes e da implementação de determinadas necessidades que venham a ser identificadas.

Com a colaboração do IGFSE, prevê-se, a médio prazo, usufruir das funcionalidades do sistema de apoio à decisão, o que

permitirá a extracção de informação do SIIFSE de forma agregada. O quadro seguinte apresenta o cronograma previsto para 2009 relativamente ao processo de adaptação do SIIFSE ao Programa Rumos.

Quadro n.º 38 - Adaptações SIIFSE/QREN Janeiro a Dezembro 2009

Actividades	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Fase III – Gestão da Execução												
Fase IV – Saldo												
SIIFSE: SADG												
Operações de manutenção preventiva e evolutiva do sistema												

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Em termos de Avaliação (On Going), não foi ainda implementado qualquer estudo de Avaliação, perspectivando-se o lançamento de um exercício deste tipo – Estudo da Operacionalização do Programa – para o 2º trimestre de 2009, em concomitância com o definido no Plano Global de Avaliação do QREN e PO.

A Autoridade de Gestão do Programa promoveu ainda assim durante o ano de 2008 a operacionalização da articulação da “função Acompanhamento/Monitorização” com a “função Avaliação”, tendo desenvolvido actividades técnicas de monitorização estratégica, com recurso a serviços de consultadoria externa, que suportaram as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos.

Os documentos de monitorização estratégica resultantes são um importante instrumento de apoio à gestão pois permitirão uma visão compreensiva das dinâmicas de aprovação e execução, bem como deter elementos técnicos para reapreciações quantos às prioridades estabelecidas de modo a que sejam norteadas pelas necessidades de intervenção.

Com o estabilizar de todo o processo de gestão, prevê-se que durante o ano de 2009 se consiga recuperar alguma execução em atraso. Assim, apresentamos no Quadro n.º 39 os montantes previstos de pagamentos para fazer face a essa execução. Se o Programa responder como expectável, em 2010 e 2011 serão recuperadas as verbas programadas no ano inicial, tendo em atenção o cumprimento da regra “n+3”.

Quadro n.º 39 - Previsão de Pedidos de Pagamento Intermédios para 2009

Unidade: Euros

PO	2009	
	Despesas Elegíveis Totais (*)	FSE
Rumos	26.492.174	21.140.131

(*) - Corresponde ao Custo Total = FSE + Contribuição Pública Nacional + Financiamento Privado

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Neste sentido, perspectiva-se para o ano de 2009 o início do processo de certificação de despesas à Comissão Europeia, contribuindo decisivamente para o cumprimento da regra “n+3”, cuja aplicação ocorrerá pela primeira vez em 2010.

Em termos de acções de divulgação, informação e publicidade, e tendo o Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 (PEC) sido aceite pela Comissão Europeia, a AG empenhou-se na prossecução das respectivas acções preconizadas no mesmo, em articulação com os Organismos Intermédios e com o Observatório do QREN.

Quanto ao grau de implementação do PEC, realça-se o facto deste ter sido executado na sua quase totalidade, tendo faltado, apenas, a realização de uma Conferência de Imprensa (integrada na alínea “Conferências”). Porém, houve sempre um cuidado de informar os órgãos de comunicação social sobre a evolução do Programa, por um lado, à medida que os projectos iam sendo aprovados, em consequência das Unidades de Gestão e, por outro, no âmbito da 2ª Comissão de Acompanhamento, realizada em Junho.

O facto de estar prevista uma monitorização e avaliação das acções do PEC com periodicidade anual, com vista a ajustar a acção prevista no Plano, imprimirá com certeza uma nova dinâmica nesta importante função da gestão - Informação e Publicidade.

Antecipa-se que os primeiros dados do estudo do impacto das acções de informação e publicidade implementadas em 2008 contribuirão para introduzir melhorias na acção da AG, sem contudo deixarmos de antever que o saldo global será necessariamente positivo.

Em balanço, e apesar do contexto de crise, com a perspectiva de aceitação do Sistema de Gestão e controlo, no primeiro trimestre do próximo ano, estarão reunidas as condições para que 2009 seja determinante para imprimir a velocidade cruzeiro de que o Programa carece, em particular numa vertente essencial para a gestão, como é a da execução.



Anexos

Anexo I - Eixos Prioritários do Programa
Quadro n.º 40 - Eixos Prioritários do Programa

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo I - Educação e Formação	Qualificação Inicial	<ul style="list-style-type: none"> > Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce > Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens > Aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para os jovens 	<ul style="list-style-type: none"> > Educação Especial e Reabilitação > Cursos Profissionalizantes > Cursos de Especialização Tecnológica > Cursos de Qualificação Profissional de Jovens > Sistema de Aprendizagem > Cursos de Educação e Formação
	Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	<ul style="list-style-type: none"> > Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores > Aumento do nível de qualificação dos activos > Desenvolver a formação dirigida a empresas > Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública regional 	<ul style="list-style-type: none"> > Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos > Acções de Formação-Consultoria > Formação de Docentes e Formadores > Formação de Adultos > Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências > Formação Profissional da Administração Pública > Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos
	Formação Avançada	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional > Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica da região > Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais 	<ul style="list-style-type: none"> > Bolsas para Professores / Investigadores > Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento > Cursos de Formação Avançada > Projectos de Investigação
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Transição para a Vida Activa	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar a integração profissional de jovens > Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Estágios Profissionais > Assistência e orientação para a inserção na vida activa
	Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o emprego e a empregabilidade > Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial > Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho > Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> > Apoios à Contratação > Apoios à Criação do Próprio Emprego > Prémios à auto-colocação > Iniciativas Locais de Emprego > Formação/Emprego > Clubes de Emprego > Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família > Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego
	Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a coesão e o desenvolvimento social > Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Integração Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas > Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência > Empresas de Inserção > Ocupação de Desempregados > Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
Eixo III Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> > Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO 	<ul style="list-style-type: none"> > Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Anexo II - Acções de Informação e Publicidade – 2008
Quadro n.º 41 - Acções de Informação e Publicidade – 2008

Comunicação Social					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Jornal da Madeira	X	14.01.2008	Anúncio Abertura de Candidaturas (OI-DRQP)	Pago	6.500 exemplares/diário
	X	25.04.2008	Anúncio Rumos		
	X	01.07.2008	Anúncio Rumos		
	X	29.09.2008	Anúncio Rumos		
	X	31.12.2008	Anúncio Rumos	Gratuito	
	X	01.03.2008	Artigo/ Un. Gestão		
	X	16.04.2008	Artigo/ Un. Gestão		
Diário de Notícias da Madeira	X	01.03.2008	Artigo/ Un. Gestão	Gratuito	17.683 exemplares/diário
	X	16.04.2008	Artigo/ Un. Gestão		
	X	04.05.2008	Nota de Esclarecimento		
	X	28.05.2008	Artigo/ Un. Gestão Rumos		
	X	13.06.2008	Artigo Comissão de Acompanhamento		
Jornal Cidade	X	31.01.2008	Anúncio Rumos	Pago	15.219 exemplares / diário
	X	18.02.2008	Anúncio Rumos		
	X	24.03.2008	Anúncio Rumos		
	X	28.04.2008	Anúncio Rumos		
	X	26.05.2008	Anúncio Rumos		
	X	23.06.2008	Anúncio Rumos		
	X	22.07.2008	Anúncio Rumos		
	X	25.08.2008	Anúncio Rumos		
	X	27.10.2008	Anúncio Rumos		
	X	24.11.2008	Anúncio Rumos		
	X	24.12.2008	Anúncio Rumos		
	X	31.12.2008	Anúncio Rumos		
Tribuna da Madeira	X	25.01.2008	Anúncio Rumos	Pago	10.600 exemplares (Semanário - Sextas-feiras)
Rádio Jornal da Madeira 88.8 - Rádio JM	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 22.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
TSF Rádio Notícias -Madeira	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 22.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		

Anexo II - Acções de Informação e Publicidade – 2008
Quadro n.º 41 - Acções de Informação e Publicidade – 2008

Comunicação Social					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Posto Emissor de Rádiodifusão do Funchal, Lda. - PEF	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 22.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
Rádio Popular (gratuito ao abrigo do Protocolo com o Governo Regional) - Controlmedia	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Gratuito	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 22.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
Restantes Emissoras - Controlmedia - Cinco Emissoras: Rádio Zarco, Rádio Palmeira, Rádio Clube, Rádio Girão e Rádio Sol [O total terá de ser multiplicado por cinco emissoras]	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
	X	14.04.2008 a 27.04.2008	2 anúncios x dia		
	X	09.06.2008 a 22.06.2008	2 anúncios x dia		
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.03.2008 a 23.03.2008	2 anúncios x dia		
	X	12.05.2008 a 26.05.2008	2 anúncios x dia		
Rádio Televisão Portuguesa - Madeira - RTP-Madeira	X	07.07.2008 a 20.07.2008	2 anúncios x dia	Pago	90.000 a 120.000 de audiência/dia
	X	06.10.2008 a 19.10.2008	2 anúncios x dia		
	X	10.11.2008 a 23.11.2008	2 anúncios x dia		
	X	18.12.2008 a 31.12.2008	2 anúncios x dia		

Anexo II - Acções de Informação e Publicidade – 2008
Quadro n.º 41 - Acções de Informação e Publicidade – 2008

Outros Meios de Publicitação					
Meio	Entidade AG	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
Sítio Web [A partir de Setembro foi possível proceder-se à contagem por PO]	X	Janeiro	INTERVIR+/ Rumos	Não se aplica	535 VISITAS
	X	Fevereiro	INTERVIR+/ Rumos		441 VISITAS
	X	Março	INTERVIR+/ Rumos		533 VISITAS
	X	Abril	INTERVIR+/ Rumos		526 VISITAS
	X	Maio	INTERVIR+/ Rumos		472 VISITAS
	X	Junho	INTERVIR+/ Rumos		379 VISITAS
	X	Julho	INTERVIR+/ Rumos		341 VISITAS
	X	Agosto	INTERVIR+/ Rumos		231 VISITAS
	X	Setembro	Rumos		69 (de um total de 234 VISITAS)
	X	Outubro	Rumos		113 (de um total de 372 VISITAS)
	X	Novembro	Rumos		154 (de um total de 449 VISITAS)
	X	Dezembro	Rumos		79 (de um total de 276 VISITAS)
Mupi's de Rua - Funchal	X	12.03.2008 a 18.03.2008	16 mupi's - Imagem institucional do Rumos	Pago	16 mupi's
	X	11.07.2008 a 17.07.2008			
	X	08.10.2008 a 14.10.2008			
	X	24.12.2008 a 30.12.2008			
Mupi's nos Aeroportos da RAM - Madeira e Porto Santo	X	12.03.2008 a 18.03.2008	2 mupi's - Imagem do Rumos	Pago	mupi no aeroporto da Madeira e 1 mupi no aeroporto do Porto Santo
Autocarro - Horários do Funchal	X	11.07.2008 a 17.07.2008	1 autocarro - de um lado com a imagem do INTERVIR+ e do outro com a imagem do Rumos	Pago	Circulação diária por todas as freguesias do concelho do Funchal
Salas de Cinema - Castello Lopes (7 Salas), Lusomundo (6 Salas) e Porto Santo (1 sala)	X	08.10.2008 a 14.10.2008	Todos os dias - antes de cada sessão	Pago	Castello Lopes - 7 Salas de Cinema / 1467 Lugares / Média de 840 Sessões Mensais [uma média de 210 sessões por semana] Todos os dias - antes de cada sessão Lusomundo - 6 Salas de Cinema / 1165 Lugares / Média de 796 Sessões Mensais [uma média de 199 sessões por semana] Porto Santo - 1 Sala de Cinema / 4 Sessões (1 à Sexta, 1 ao Sábado e 2 ao Domingo)
	X	24.12.2008 a 30.12.2008			
	X	10 meses (Março a Dezembro 2008)			
	X	10 meses (Março a Dezembro 2008)			
	X	20.03.2008 a 26.03.2008			
Exposição de Rua - Semana da Europa - com autorização da Câmara Municipal do Funchal	X	9.05.2008 a 14.05.2008	Expositor de Rua - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	7 dias
Expomadeira	X	11 a 20.07.2008	Stand - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	10 dias - aproximadamente 80 mil visitantes
Expo Porto Santo/Nautitur	X	30.08 a 07.09.2008	Stand - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	9 dias - aproximadamente 40 mil visitantes
FIC - Feira da Indústria e da Construção	X	08.12 a 12.10.2008	Stand - Imagem e Informação sobre o PO	Pago	5 dias - aproximadamente 30 mil visitantes
Revista UP - TAP	X	Dezembro	1 anúncio	Pago	65 Mil exemplares/mensal
Revista Azorean Spirit - Companhia Aérea SATA	X	Primavera (Mar/Abr/Mai)	1 anúncio	Pago	20 mil exemplares (trimestral)
	X	Outono (Set/Out/Nov)	1 anúncio		

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Anexo III – Cronograma do Estudo da Monitorização e Avaliação das Acções do PEC – 2008
Quadro nº 42 – Cronograma do Estudo da Monitorização e Avaliação das Acções do PEC – 2008

Projecto	Janeiro																															Fevereiro																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16		
Fase Qualitativa																																																	
Preparação de trabalho de campo - levantamento de material, guiões de moderação e recrutamentos																																																	
Trabalho de campo - Focus Group e entrevistas individuais aprofundadas																																																	
Análise de resultados																																																	
Fase Quantitativa																																																	
Elaboração de questionário telefónico e online																																																	
Trabalho de campo - entrevistas telefónicas e online																																																	
Análise de resultados																																																	
Envio de relatório intercalar																																																	
Integração de resultados da Fase Qualitativa e Quantitativa																																																	

Técnicos Responsáveis pelo estudo:
 Fase Qualitativa - Susana Gonçalves
 Fase Quantitativa - Rita Valadão
 Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

[illegible]

Ficha Técnica

Título: Relatório de Execução do Programa Rumos

Ano 2008

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, n° 16

9000-715 Funchal

Região Autónoma da Madeira

Portugal

Tel.: (+351) 291 214 000 / Fax: (+351) 291 214 001

Data de Edição: Junho 2009

Informação disponível em www.idr.gov-madeira.pt

